



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO DAS AUDIÇÕES COM
CARACTER DE URGÊNCIA DA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DE
SANTO ESPIRITO DA ILHA TERCEIRA,
DO RESPONSÁVEL DA UNIDADE DE
DESLOCAÇÕES E DE EVACUAÇÕES
MÉDICAS DO SECRETARIO REGIONAL
DA SAÚDE E DO PRESIDENTE DO
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO
CIVIL E BOMBEIROS DOS AÇORES.**

Angra do Heroísmo, 07 de setembro de 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 3527	Proc. n.º 35-09
Data: 08/10/16	N.º 1/1



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 07 de setembro de 2018, na delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, as audições do Presidente do conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, do Responsável da Unidade de Deslocações e Evacuações Médicas, do Secretario Regional da Saúde e do Presidente do Serviço Regional de Proteção civil e Bombeiros dos Açores, com forme deliberação da Subcomissão, em 20 de agosto de 2018.

O mencionado requerimento, do Grupo Parlamentar do PSD, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 08 de agosto de 2018, tendo, por despacho da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sido remetido com caracter de urgência, ao presidente da Comissão de Política Geral em 10 de agosto de 2018.

A Comissão deliberou em 20 de agosto de 2018, por unanimidade com os votos favoráveis dos Grupos e Representações Parlamentares com direito a voto, proceder-se à audição requerida, tendo o Grupo Parlamentar do PS solicitado que a audição do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores fosse acompanhada do membro do Governo com a tutela em matéria de Proteção Civil.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição funda-se no poder conferido às Comissões para solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO II

Audições

**AUDIÇÃO DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA**

Terceira, 7 de setembro de 2018.

(*) **Presidente:** Bom dia todos, bom dia também ao Faial, ao Sr. Deputado Tiago Branco. O Sr. Deputado João Paulo Corvelo não está neste momento.

Vou só repetir duas ou três questões prévias que têm a ver com a metodologia de trabalho e têm também a ver com uma informação mais precisa em relação ao requerimento do PSD.

O requerimento do PSD que entrou e que é do conhecimento de todos previa as audições da Sra. Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito (está aqui fora e está pronta para entrar, já vou pedir para entrar), depois do responsável pela Unidade de Evacuações Médicas, que será ouvido às 3, e às 5 horas o Sr. Secretário Regional da Saúde acompanhado pelo Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil. Havia mais duas pessoas que foram contactadas, duas médicas, que estão também no requerimento do PSD, as médicas coordenadoras Catarina Martins e Manuela Henriques, que eu passo aqui a ler a resposta (eu tenho de memória, mas quero ler as palavras exatas; estou a falhar):

A Dra. Manuela Henriques, disse: “venho informar a minha indisponibilidade em relação ao convite que me foi endereçado, no passado dia 22, no sentido de ser ouvida em audiência na devida Comissão Parlamentar de Política Geral”.

A outra médica coordenadora que é a Dra. Catarina Soares: “venho por este meio acusar a receção do email enviado... agradeço desde já o convite emanado pela Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para uma audição na referida Comissão Parlamentar.

Lamento informar que no dia 3 de setembro não poderei comparecer na audição por motivos profissionais.”.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, isto é para ser no dia 3. Nós tínhamos, conforme se lembram (os coordenadores), aproveitado a Comissão no dia 3, que ocorreu em São Miguel e como estas duas médicas são do Hospital de Ponta Delgada, tanto quanto eu creio, do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, eram para ser ouvidas na Comissão no dia 3, a seguir à audição da Sra. Secretária Regional da Energia e Ambiente, que ouvimos. Não se disponibilizaram para ser ouvidas, de maneira que vamos ouvir hoje os quatro restantes que estão incluídos no requerimento.

Era só para dar esta informação.

A segunda informação e aquilo que estou a pensar fazer, em relação às três audições que vão ocorrer, mas uma delas é conjunta do Sr. Secretário com o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, em relação a cada uma delas, eu vou dar a palavra primeiro ao PSD para fazer a apresentação do requerimento e até para esclarecer aqueles que vão ser ouvidos o que é que se pretende, o que é que se pretendeu com aquele requerimento. Na sequência disso dou a palavra à pessoa que vai ser ouvida, que terá oportunidade para fazer uma abordagem inicial da questão, e depois é o normal, como costumamos fazer em todas as comissões e em todas as audições: será dada a palavra a todos os grupos e representações parlamentares, de acordo com o sistema normal.

Temos tempo suficiente para fazer tudo, portanto, não estamos apertados de tempo, temos a manhã de hoje, para ouvir a Presidente do Conselho de Administração, às 3 da tarde para ouvir o responsável das Evacuações Médicas e às 5 da tarde [impercetível] ouvir o Sr. Secretário e o Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil. Temos tempo suficiente.

No final disto tudo, faremos só algumas questões relativamente à programação das próximas comissões.

Fiz uma coisa que não devia ter feito, primeiro devia ter dado as boas-vindas ao nosso novo colega que substitui o Deputado Alonso Miguel, o Deputado Jaime Paiva, há bocado já estava ali, [impercetível], bem-vindo. Esta é uma questão Comissão de gente boa...

Voz não identificada: E trabalhadora!

O Orador: E trabalhadora.

Bem-vindo, bem-vindo a estes trabalhos.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Agora a pergunta sacramental é se alguém se opõem, uma vez que já foi colocada esta questão, à presença da comunicação social. As audições vão ser gravadas. Espero bem que isso seja garantido e serão transcritas tal como fizemos já relativamente aos bombeiros de Angra e faremos sempre que se trata de audições deste tipo.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Bom dia a todos, bom dia ao novo colega em particular.

Eu queria só dizer que do ponto de vista do Partido Socialista (eu poderia dizer isso ou não nas audições, se calhar, mas nós, desde a primeira hora, que manifestamos total apoio à pretensão do PSD de ver abordada essa questão, se a verá esclarecida ou não veremos. Queria registar que, de facto, parte acusatória, chamemos-lhe assim, portanto, a médica coordenadora era a médica coordenadora que estava de serviço naquele turno, que era coordenadora das médicas reguladoras, não aceitaram o nosso convite para aqui estar. Portanto, eu acho que isso também condiciona um pouco os nossos trabalhos, tal como também a existência de um inquérito que estará a ser concluído oportunamente, mandado elaborar pelo Sr. Presidente do Governo, pela natureza que tem e pelas inquirições que faz, inclusivamente pelas médicas reguladoras que são ouvidas e todos os intervenientes do processo, também condiciona os trabalhos desta Comissão.

De qualquer forma reconhecemos, como é óbvio, e daí o nosso apoio, a total legitimidade do Partido Social Democrata em apurar, deduzo, que as responsabilidades políticas que possam estar inerentes aos factos que ocorreram no dia 2 de fevereiro de 2017.

Muito obrigado.

Presidente: Já agora, só aqui uma pequena dúvida, a Presidente do Conselho de Administração chama-se?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Dra. Olga Freitas.

Presidente: E já agora o responsável pelas Evacuações Médicas?

Deputado José San-Bento (PS): Rui Bettencourt.

Presidente: Então eu vou mandar entrar e vamos começar a audição.

Bom dia, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, está longe, mas está junto de nós, sempre, no nosso coração.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(Pausa)

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira *(Dra. Olga Freitas)*: Bom dia.

Vozes dos Deputados da Comissão: Bom dia.

Presidente: Bom dia novamente a todos.

Vamos dar início à audição. De qualquer forma e uma vez que é a primeira vez que a Sra. Doutora Olga Freitas está nesta Comissão...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira *(Dra. Olga Freitas)*: Nesta é!

Presidente: ... não sei se conhece todos.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira *(Dra. Olga Freitas)*: Não senhor.

(*) Presidente: Então vou apresentar os colegas que estão aqui.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira *(Dra. Olga Freitas)*: Com certeza!

O Orador: Agradecer em primeiro lugar o facto de ser ter prontificado a vir esta Comissão, para esta audição. Muito obrigado pela sua presença desde logo.

Esta Comissão, tal como todas as outras, é constituída, por Deputados de diversos partidos, de todos os grupos e representações parlamentares. As representações parlamentares mais pequenas não estão presentes todas, mas de qualquer forma temos aqui, e falta chegar uma ou duas pessoas, que estão em viagem neste momento.

Temos o Deputado José San-Bento, do Partido Socialista, de São Miguel, o Deputado Ricardo Ramalho, do Partido Socialista, da Graciosa, o Deputado Iasalde Nunes, do Partido Socialista, do Corvo, a Deputada Sónia Nicolau, do Partido Socialista, de São Miguel, o Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda, da Terceira, e o Deputado Jorge Paiva, que está longe e a iniciar as suas lides parlamentares, uma vez que até agora não tinha havido substituição, que é do CDS, de São Jorge, a Deputada Mónica Seidi, da Terceira, do Partido Social Democrata, o Deputado Bruno Belo, das Flores, do Partido Social Democrata, que é Relator da Comissão, a Deputada Sónia Nicolau, de São Miguel, e eu sou o Presidente da Comissão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Depois, temos em videoconferência, à esquerda, o Deputado João Paulo Corvelo, do Partido Comunista, do PCP, que está nas Flores, e na direita o Deputado do Partido Socialista Tiago Branco que está a partir do Faial em videoconferência. Vão chegar eventualmente mais um ou dois, o Deputado Carlos Ferreira que está em viagem do Faial para cá, e o Deputado João Vasco Costa, que é de Santa Maria, do Partido Socialista, que está a caminho da Assembleia. Penso que disse todos.

Nós vamos fazer esta audição da seguinte forma. Foi a metodologia que há bocado tivemos aqui a conversar no início da audição: a Deputada Mónica Seidi, em nome do Partido Social Democrata, que é o Partido requerente, fará uma apresentação dos motivos que levaram à apresentação deste requerimento, depois será dada a palavra à Dra. Olga Freitas para fazer uma abordagem inicial das questões que entender por convenientes, e a partir daí abre-se, como é normal, a possibilidade de intervenções dos diversos Deputados da Comissão, que se inscreverão e que colocarão questões.

Não vamos utilizar aqui o método coloca questão/ responde; coloca questão/responde. Digamos que serão sempre mediados pelo Presidente da Comissão, que logo que as perguntas estiverem concluídas dará a palavra à Sra. Doutora para dar as respostas que entender por convenientes. Pode voltar ao mesmo se não estiver satisfeito para poder precisar melhor alguma questão e volta novamente à pessoa que é ouvida.

Depois as pessoas vão-se inscrevendo. Será esta a metodologia adotada.

Quero agradecer mais uma vez a presença da Dra. Olga Freitas aqui nesta Comissão, e sem mais delongas dava a palavra à Deputada Mónica Seidi.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Se me permite também gostaria de cumprir todos e de agradecer a vossa disponibilidade para me ouvir e ainda tornar as coisas mais transparente, que aliás é sempre o propósito de qualquer instituição pública.

As instituições também por si são muito importantes, mas sem as pessoas as instituições não existem.

Portanto, muito obrigado. É louvável estarem a dispender o seu tempo para me poderem ouvir e para podermos clarificar as situações.

Muito obrigada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi...

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sr. Presidente, só uma questão, antes de começar. Nesta primeira face, já poderei colocar algumas questões?

Presidente: É para apresentar os propósitos do requerimento. É apresentado os propósitos do requerimento e depois na fase de perguntas/respostas é que...

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Se o Sr. Presidente me permite eu não tenho nenhuma folha aqui para poder registar as perguntas.

Obrigada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia a todos os colegas, aos órgãos de comunicação social.

Como é sabido, penso que no dia 8 de agosto, o PSD deu entrada com carácter de urgência de um requerimento de forma a solicitar a audição do Secretário Regional da Saúde, da Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, do responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na Região, das médicas coordenadoras Catarina Martins e Manuela Henriques, face às notícias que foram tornadas públicas no dia anterior por um jornal desta região.

A nossa intenção era ouvir todos os intervenientes, e daí agradeço já a disponibilidade da Dra. Olga em vir à Comissão esclarecer a situação e lamentar que de facto duas das intervenientes não estejam presentes, seguramente também não é considere essencial, mas seguramente acho razoável ouvir aqui um contraponto e ouvir todas as partes intervenientes.

O propósito deste requerimento face às notícias que saíram é, de facto, insistir no esclarecimento cabal e total de toda a situação, na medida em que estamos a falar de um serviço deveras importante para a toda a Região.

Estamos a falar de um serviço de combate da insularidade na área da saúde e que permite aos doentes, que não têm ilhas com hospital serem evacuados para ilhas que obviamente



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

tenham outras condições, tenham outras possibilidades de os tratar, de oferecer garantias ao nível da sua saúde.

Quero, de todo, salientar, que o PSD quer fugir à questão pessoal e não pôr entraves à dignidade profissional da Dra. Olga enquanto médica pneumologista. Estamos aqui a ouvi-la...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Médica! Antes de ser pneumologista sou médica!

A Oradora: ... enquanto Presidente do Conselho de Administração.

Aliás, penso que basta recordar a audição de dezembro de 2016, quando foi indigitada para Presidente do Conselho de Administração, em que o parecer do PSD, que é favorável à sua nomeação, face ao ritmo e às sugestões que deu em sede de Comissão, de facto foi bastante esclarecedora e sabíamos que tinha conhecimento das dificuldades pelas quais a instituição passava e tinha na sua cabeça uma linha definitivamente e objetiva e ia ao encontro àquilo que o PSD tinha por estas instituições que era a sua rede, fomenta-se com formação e instrução.

No entanto, nós estamos também aqui a exprimir argumentos ou ideologias políticas, estamos aqui também para falar de factos. Até ao momento ainda não vimos declarações dos intervenientes no processo que, de facto, nos satisfizessem ou por enquanto negassem, inclusive desmentissem, aquilo que aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2017. Vimos antes, diferentes argumentos, a perspetiva clínica, de facto uma bebé 13 meses, que sofre uma paragem respiratória, ou uma jovem e 20 anos que terá sofrido um traumatismo crânio-encefálico. Esses são os factos clínicos, mas estamos aqui mais para discutir todo o processo e todo o desenrolar e todo o condicionamento que, no nosso entender, não foi o funcionamento normal da unidade de evacuações.

É nesse sentido que o PSD deu entrada neste requerimento para que seja esclarecida toda esta situação [imperceptível] normal que foi então desencadeada fase à denúncia no âmbito da comunicação social.

Da nossa parte, já referiu, também temos questões para colocar, mas face às indicações do Sr. Presidente, ficará para a primeira ronda.

(*) Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Uma coisa que o Sr. Relator me lembrou e que tínhamos estado a falar antes do início da audição propriamente dita. Apenas para informar a Sra. Doutor Olga Freitas, que estas audições estão a ser gravadas, depois vão ser transcritas e em vez de fazermos um relatório normal, será a transcrição das audições em que estarão disponíveis todas as questões colocadas e as respostas dadas às questões que forem colocadas.

Só para referir isto e dava a palavra à Dra. Olga Freitas, para uma primeira abordagem que queira fazer.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Cumprimentar a minha colega, a Dra. Mónica, porque nunca deixámos de ser colegas, como é óbvio.

Agradeço mais uma vez a vossa disponibilidade, e gostaria também de dizer que nunca me senti perseguida, nem senti que isso fosse um ataque político, de modo nenhum. Acho que as coisas de devem esclarecer. Aliás, tive a oportunidade de fazer uma carta que foi transcrita nos órgãos de comunicação social, que dizia que lamentava a situação não ter sido esclarecida na altura em que foi feita carta das minhas colegas, da coordenadora, relativamente ao assunto.

Eu acho que tenho que responder e tenho que me justificar por que é que foi assim. Não há nenhuma perseguição política. Aliás, como sabem, eu tenho alguma cultura democrática. É por isso que convivo há muitos anos no hospital com uma administração pluripartidária, nunca tive uma posição de modo nenhum dogmática, convivo com todas as pessoas, da melhor maneira, aproveitando sempre o mérito e não a questão partidária, nem a questão ideológica.

As questões ideológicas estão vistas noutra situação e não aqui.

Por isso estou aqui para responder a todas as perguntas que me forem dirigidas relativamente aos casos.

Começo por dizer que os jornais começam por dizer que eu interfeiri. Eu não interfeiri. Eu tive uma intervenção, como qualquer...

(corte na gravação aos 24 minutos e 15 segundos)



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(retoma da gravação aos 25 minutos e 28 segundos)

Presidente: Srs. Deputados João Paulo Corvelo e Tiago Branco estão a ouvir-nos?

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Agora afirmativo, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado. Era só para saber, porque houve aqui uma quebra.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (Dra. Olga Freitas): Isto foi praticamente uma introdução.

Não será necessário eu voltar a repetir, pois não?

Relativamente à abordagem da Dra. Mónica, quero referir que o episódio da criança, que era uma paragem respiratória, o processo que eu tenho no hospital, o que está escrito é que era uma crise de depressão respiratória num contexto de uma convulsão febril.

Como a Dra. Mónica sabe, as convulsões febris designadas entre os 0 anos e os 5 anos, são situações que não são graves, que são muito aparatosas especialmente para os pais, porque realmente ter uma criança, um menino que está muitas vezes em momento como se fosse uma crise epilética e com uma paragem da respiração, que é mais uma depressão respiratória, é muito..., mas não é uma situação de gravidade para transferir qualquer doente.

Aliás, tive o cuidado, durante esse período, de ligar aos colegas que estão há muitos anos em diversos centros de saúde, de todas as ideologias, portanto, de todas as áreas clínicas, e qualquer um deles me disse que nunca transferiam situações de convulsão, a não ser que houvesse por detrás uma situação de meningite, que naquele caso estava excluído, ou outras situações de gravidade. Inclusivamente um dos médicos de São Jorge, que foi diretor muitos anos, me referiu que houve realmente um caso que teve que transferir porque a situação não regrediu com a utilização do Hirschsprung retal, nem tão pouco [termo não identificado], teve que transferir porque era uma situação de epilepsia.

Portanto, as citações que eu fiz, eu trago aqui, até é literatura. Tive também o cuidado de falar com pediatras do próprio colégio da especialidade de pediatria e são situações autolimitadas. Sim senhor, a criança poderia vir no outro dia e não era uma situação grave. Mas a questão que está aqui colocada não é essa. A questão que está colocada é: quem é que decidiu o trajeto do avião?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Não fui eu!

Eu fui sempre afirmei, está nas gravações... Quem decidiu qual era o trajeto a fazer, até a este momento, eu não sei. Nem pela gravação que eu já ouvi percebo quem foi o decisor. No momento, o que está aqui em causa é aquele que, como Presidente do Conselho de Administração... Eu não posso e sei, porque conheço (qualquer presidente tem que conhecer as leis e não pode alegar o desconhecimento das normas) a norma.

Eu meramente falei com a colega. Como colega cumprimentei-a. Perguntei-lhe se era a Dra. Manuela dos Cuidados Intensivos, ela respondeu-me que sim, muito amigavelmente, o que me deu até muito segurança e expliquei-lhe que havia, desde há 4 horas, porque eu quando intervim eram 21h14, é o que está na gravação, e o acidente tinha sido às 5h26 da tarde, embora levasse uma hora a chegar ao centro de saúde, porque o acidente em causa, era um condutora encarcerada, houve a necessidade de vir os bombeiros, de desencarcerar e levou praticamente uma hora a chegar ao Centro de Saúde da Calheta, salvo erro.

O colega do Centro de Saúde da Calheta foi o primeiro a ligar para a reguladora, ainda antes de terem lá chegado os acidentados, dizendo que havia três acidentados, um acidente de aviação, uma situação muito grave, o nosso clínico é que ia receber para a senhora se preparar, ao que ela respondeu que a equipa de evacuações estava em serviço, tinha ido a São Jorge para trazer também um politraumatizado.

A hora de ligação com o colega posso precisar eram 18 horas e 02 minutos e não sei quantos segundos perdoem-me, e, entretanto, a equipa de evacuações deu entrada no Hospital de Angra às 18h26.

Eu só liguei para a Proteção Civil às 21h14.

Eu pergunto: entre as 18h02, que o colega telefonou, as 18h26 que chegou a equipa de evacuações, até às 21h00, o que é que foi feito?

Há aqui... Agora não sei se querem que continue com o relato da situação eu posso fazê-lo.

Relativamente, à outra questão que me acusam (eu não fui hipócrita!) eu disse que por acaso era uma familiar, mas se por acaso a minha familiar fosse a menina da convulsão febril não tinha vindo, na minha opinião.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Eu tive uma decisão meramente clínica. Estas decisões têm que ser clínicas, baseadas na evidência e na Les exatis, porque senão, nós não podemos agir por dentro, e o que aconteceu na Graciosa, depois de ter ouvido... Porque há muitas coisas que eu não sabia do processo. Só me informei do processo quando fui ouvir as audições na proteção civil e acho que posso utilizar isso aqui.

(Aparte inaudível)

A Oradora: O facto é que antes de mim, há uma outra Presidente de um Conselho de Administração que ligou à reguladora, que foi a colega da Graciosa, que também é Presidente do Conselho de Administração, porque no passado era explícito que os Presidente dos Conselhos de Administração... Por vezes a tutela ligava para a hospital a saber o que é que se passava.

Quando há demoras nas evacuações, as pessoas que são responsáveis pelas áreas, intervêm no sentido de melhorar a situação, não é no sentido de intervir e terem o poder de decisão. Não é para decidir, é para perceber a situação e melhorar para que todas as pessoas sejam atendidas da melhor maneira.

Nós fomos nomeados para cargos públicos é para servir o público, não é para servir A, B, ou C, não é para servir o meu familiar. Isto está completamente errado.

Agora eu não posso deixar de tratar um familiar, se for necessário, e o facto é que eu fui alertada, nem sequer foi pela mãe da familiar, foi por uma terceira pessoa, a quem ela tinha ligado, mas foi ao hospital de propósito, às 21h00 alertar que havia uma acidentada, um politraumatizado na Ilha de São Jorge, desde as 18h00 e eram 21h00 e o colega de lá, que era o Francisco Level, salvo erro nem é português, é cubano, estava apavorado porque a jovem estava com sonolência, estava com um Glásgow, que não era muito baixo, mas depois tinha outras situações, e a Dra. Mónica sabe perfeitamente que são situações de gravidade, tinha uma lesão carótida, tinha hematúria, tinha vómitos, os vómitos inicialmente eram alimentares, depois eram vómitos com sangue, haviam vários sinais de grande gravidade.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, ela tinha que fazer uma TAC, e num serviço onde houvesse neurocirurgia e o Hospital de Angra não tem neurocirurgia. Tem, por vezes, um colega que vem cá, com contratos de mensais de uma semana, mas no resto do mês não está cá e naquele período não estava cá.

Portanto, essa jovem de 20 anos, tinha que ser transferida imediatamente, situações que foram entendidas, pela ordem de acesso ao processo, pela Direção Regional, como comparadas.

Não são comparadas! São situações completamente diferentes. Não podemos comparar uma convulsão febril de criança de 5 anos, sem sinais de meningite, com um politraumatizado, porque não era só um traumatismo crânio-encefálico, é que ela tinha hematuria, não sabíamos se tinha rotura da bexiga.

Quando há um grande acidente tudo pode acontecer e ela estava num centro de saúde que não tem quaisquer recursos para estudar uma situação dessas.

Passadas essas horas todas, o que eu fiz foi, primeiro liguei a São Jorge e falei com um colega para saber o que é que se passava; depois falei com a Reguladora. Cumprimentei-a, e disse-lhe: ó colega, eu estou aqui só a tentar ajudar. Até disse mesmo: “estou aqui só para tentar ajudar, não quero interferir”. Aliás, eu digo várias vezes, “a decisão é sua, faça o que entender”. Isso é textual. Está lá nas audições. “A decisão é sua, faça o que entender”.

A senhora inicialmente afirmou-me que era uma convulsão febril. Eu até passados dois anos (há coisas que eu já não me recordava, confesso, se não fosse reavivar a minha memória com as audições) pensei, será que fui eu que fiz o diagnóstico de convulsões e o colega da proteção civil não o tinha feito? Não!... O colega percebeu que era uma convulsão febril, de tal maneira que quando eu estava [impercetível] com o colega da Graciosa, salvo erro (não me recordo o nome, mas já vos digo, porque ele já não está na Graciosa e já não sei o nome do senhor – são dois minutos, desculpem lá) Joaquim Nogueira...

Quando o Dr. Joaquim Nogueira liga para a colega a primeira vez a dizer que era uma criança, ele é que afirma que é uma paragem respiratória, mas no processo clínico está



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

escrito sempre é uma situação de [termo não identificado], nunca tem o termo paragem respiratória.

E a colega percebeu, e muito bem, que era uma convulsão febril e o que lhe diz a colega é “baixe-lhe a febre, tem que baixar a febre”, até lhe diz “pede-se auxílio à pediatria de Angra”. E ele responde “já solicitei, mas os colegas de Angra disseram que era para transferir”. Isto ainda não eram 20h30, porque a partir das 20h30. Eu só intervimos às 21h14.

A partir das 20h30 entra a outra colega para a pediatria, a Dra. Rita Lourenço, fala com a outra colega, que também tinha entrado porque há mudança de turno às 8h30 na Graciosa, o colega que ainda lá estava Dr. Helena Campos, salvo erro, que fala com a pediatra de Angra e lhe diz que a situação estava estável. Foi na verdade uma convulsão febril, e que avançava que a criança vinha no dia seguinte. Não havia necessidade estar a transferir a criança no dia.

Tal como disse, só intervenho mais tarde. Mas antes de eu intervir – eu aqui perdi-me um bocadinho – telefonou para a reguladora, a Dra. Manuela Henriques, a Dra. Carla, Presidente do Conselho de Administração da Graciosa e é textual o que eu vou dizer: “ó Manuela, ouve uma coisa, eu preciso de uma deslocação porque a avó está quase que bateu em todos médicos”, isto está nas gravações.

No meu entender, nunca a ameaça foi do Diretor Clínico. Se na verdade houvesse transcritos, sim senhor, mas isto está aqui, e a colega reguladora responde “sim, mas tem que baixar a temperatura à criança e aí ela está bem”.

Portanto, a Dra. Manuela Henriques, até a uma determinada altura, geriu as coisas bem. Percebeu qual era a situação da Graciosa, porque ela diz, a Dra. Carla “ó Manuela, sei que tens uma evacuação grave em São Jorge, mas também sei que existe uma segunda equipa de evacuações pronta e disponível”.

Resposta da reguladora, “vais ter paciência” (aqui, paciência...) “a prioridade é baixar a febre, já volto a ligar”, e diz, “tenho um caso grave em São Jorge”.

Ela nunca decidiu. A São Jorge, ela diz que tem um caso grave na Graciosa; à Graciosa, ela diz que tem um caso grave em São Jorge.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Nós nunca percebemos qual era a decisão da Dra. Manuela Henriques, agora pelas audições.

Eu naquela noite não percebi, não sabia o que é que ela dizia, o que é que falava, nem sabia que a Dra. Carla tinha intervindo nesse processo. Só agora é que tive realmente conhecimento disso.

Quando a Dra. Manuela Henriques responde à Dra. Carla que ela tenha paciência, a Dra. Carla diz que há uma segunda equipa e diz “o Sr. Secretário da Saúde diz que havia uma segunda equipa, caso fosse necessário” e Manuela responde “eu estou a tratar do assunto, se não me deixarem trabalhar, não consigo”, responde a Dra. Manuela.

Eu ainda não tinha sequer feito a minha primeira chamada. Portanto, já tudo isso vinha contaminado. Era uma situação que já estava contaminada desde o início, porque os senhores... O problema aqui é que, por um lado, a Dra. Manuela que é operacional, tem que ser operacional. Desculpem-me eu estar a dar o meu parecer, mas também acho que o posso fazer.

Presidente: Pode fazer todas as vezes.

A Oradora: Por outro lado, também não pode estar a ser pressionada, porque ao sentir-se pressionada ficou um bocadinho sem saber o que é que... E passaram-se horas! Até que eram 21h14, eu sabia que havia uma situação grave em São Jorge, da jovem (era uma jovem!), que por acaso, como disse no início, é da minha família, mas não é por aí, até porque, em termos de HSEIT, como os senhores sabem, há um documento administrativo, mas o problema aqui não é esse.

Eu não ia decidir porque eu não sou reguladora. Quem tinha que decidir era a Dra. Manuela e não eu. Portanto, a questão não se coloca aqui. Se eu decidia ou não decidia. Podia ter decidido, mas não decidi.

Relativamente à questão da decisão sobre familiares, isso agora é um aparte, há o artigo 117.º do Código do Procedimento Administrativo, que me permite deliberar sobre familiares que não me sejam em linha direta. Essa jovem é filha de uma prima-irmã. Portanto, nem é familiar em linha direta. O 117.º deste Código permite-me até decidir, mas não é fácil, porque aqui eu não era a reguladora.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Eu até podia ser a reguladora e ter um familiar nessa situação. Eu tinha que decidir. Por ser um familiar eu não ia deixar de decidir.

Portanto, mesmo sendo reguladora eu posso decidir sobre um familiar. Nesse caso eu podia decidir sobre um familiar.

A reguladora, se fosse um filho, aí já não podia porque é de linha direta e aí já estava a incorrer numa incoerência, portanto não estava a respeitar o Código.

Tudo isso decorreu dessa forma e eu acabei por intervir mais do que uma vez, porque eram 10 da noite e nada estava feito, e como sabem, o Conselho de Administração (estava até com a Diretora Clínica, que era a Coordenadora da Equipa de Evacuações) sugeriu que eu falasse à minha Equipa de Evacuações para vir para o hospital, para quando a reguladora decidisse qual era o trajeto, a equipa já estar no hospital e ter os equipamentos consecutivamente conciliados no hospital. Isso foi o que aconteceu.

Realmente liguei à Dra. Lúcia e disse “ó Lúcia, tens que vir para o hospital, vai haver uma evacuação, já está pedida desde o relatório e qualquer coisa e até agora nada feito”. E ela disse, “mas eu não sei de nada”. E quando eu própria liguei para a reguladora ela está nessa altura a falar com a Dra. Lúcia. Eu até interrompi de imediato a chamada, falei com a enfermeira e disse “ok, se a Dra. Manuela está a falar com a Dra. Lúcia, eu não interrompo e que faça ela para adiantar”, senão nessa noite ainda não estava nada decidido.

A Dra. Lúcia veio para o hospital e passado para aí meia hora eu voltei a ligar à Dra. Lúcia a perguntar: “mas então já sabe?”. “Não, ninguém decidiu nada.

Entretanto, a colega da Graciosa já falou com a pediatra e a colega da Graciosa acha que a criança pode permanecer na Graciosa até amanhã para vir a uma consulta, porque não é uma situação com gravidade.” E foi o que aconteceu.

Passado meia hora, a Dra. Lúcia estava no hospital informa que afinal iam evacuar a situação de São Jorge em primeira instância e que a outra seria no dia seguinte.

Eu ainda fui para casa. Por volta da meia-noite liguei para São Miguel, a jovem de São Jorge ainda não tinha chegado a Ponta Delgada, só chegou a Ponta Delgada já depois da meia-noite, acho que já até no dia seguinte, e entretanto, mais tarde, venho a saber que tinham adiado a evacuação por volta da meia-noite e tal da Graciosa. E porquê? Também



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

está nas audições. É que, entretanto, e está no processo clínico, a Dra. Helena escreve que a mãe ameaça novamente a Dra. Helena e que ia diretamente à Presidente do Conselho de Administração. A mãe da criança liga diretamente à Presidente do Conselho de Administração da Graciosa e essa pessoa decide a evacuação. A Dra. Helena fê-lo, porque era a sua superiora hierárquica, muito bem, e ela é transferida.

A situação, em linhas gerais, é esta. Há duas situações que surgem praticamente à mesma hora, que não têm a mesma gravidade, que são diferentes e que numa delas eu acabei por ter uma intervenção, numa discussão clínica com a minha colega, que até se ouvirem as gravações eu acho que devem haver as declarações. Aliás, era bom que as gravações se tornem públicas, porque a questão aqui é a minha dignidade e acho que é importante eu salvaguardar a minha dignidade.

Aliás, se isso não for resolvido como deve ser, há lugares próprios. Nós estamos num Estado de direito e há lugares próprios para resolver isso, relativamente aos jornais. Foram os jornalistas que levantaram isso e eles vão ter que justificar. Isso é como dizia o António Aleixo, a mentira passa, há sempre qualquer coisa à mistura que é verdade.

Eu desde o primeiro dia que eu disse à colega, que por acaso é meu familiar, mas não é por isso. É por critérios meramente clínicos. Se nós estamos a fazer a transferências de doentes não por critérios clínicos, mas porque nos ameaçam, estamos então numa região então muito má. Cada vez, digo desde já, há muito demérito.

Se nós não vamos governar pelo mérito, os senhores que são os representantes do povo, têm que governar pelo mérito. Com demérito não chegamos a lado nenhum.

Mais alguma pergunta?

Presidente: Não. Vamos agora começar com as perguntas.

A Oradora: Depois respondo a perguntas detalhadas.

Presidente: Muito obrigado pela sua explicação e, entretanto, abria, a partir de agora as inscrições. Deputada Mónica Seidi... agradeço que se vão inscrevendo. Agradeço que quem está fora da Terceira que me faça chegar a sua inscrição.

Deputada Mónica Seidi...

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** O Despacho Normativo 6/2014, de 28 de março, também de 2014, que nos remete para o funcionamento da unidade de evacuações aéreas



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

do HSEAH, diz-nos no ponto 5, e é bastante claro, que a coordenação da unidade de evacuações médicas é feita pelo Diretor Clínico do Hospital.

Deputado José San-Bento (PS): Da Ilha Terceira.

A Oradora: Da Ilha Terceira, sim.

Ao longo de todo o texto, e no corpo do Despacho não consta qualquer referência ao papel da Presidente do Conselho de Administração do Hospital no funcionamento desta unidade.

A minha primeira pergunta, e a Dra. Olga já respondeu, seria, uma vez que não mais teve lugar para o Presidente do Conselho de Administração ter qualquer tipo de papel ou de função nestas evacuações médicas, era saber de então como é que teve conhecimento como é que ia ser acionada uma das evacuações médicas e já sabemos que se deveu ao facto de uma das doentes ser sua familiar e também já percebemos a que horas é que foi estabelecido este contacto?

Volto a frisar, em situações normais, o Despacho não refere nunca que o Presidente do Conselho de Administração tem qualquer interferência no funcionamento desta unidade. Portanto, não terá tido conhecimento seguramente pelas vias oficiais, atenda-se oficial através da médica reguladora que estava em funções ou através de alguém que [impercetível] nesse dia. Portanto, há aqui uma interferência clara e que não é direta. Não é direta (porque nota-se bem) dos meios oficiais, mas sim por um contacto officioso de um familiar seu.

Também já percebemos que contactou as unidades de saúde. Pergunto à Dra. Olga, se sempre que vai haver uma evacuação entra em contacto diretamente com as unidades de saúde e com os médicos assistentes, ou então se não é prática habitual, por que é que desta vez decidiu interferir?

Além disso, na página 2 do Diário dos Açores, no dia 7 de agosto, está escrito: A Presidente do Conselho de Administração interferiu no processo «de forma ilegal, porque não tem voz nesta coordenação», dando ordens para que não houvesse a evacuação conjunta na mesma viagem e que a prioridade fosse dada ao do doente de S. Jorge, que, veio a saber-se, era seu parente.»



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Eu lamento, mas à nossa luz não há até agora, por aquilo que disse, qualquer tipo,... Não digo que esta acusação não seja verdade, porque aquilo que acabou de explicar, e uma vez que a Presidente do Conselho de Administração não tem qualquer tipo de atuação nas evacuações médicas, a Dra. Olga interferiu de forma ilegal.

Ligou à médica reguladora que teve uma decisão contrária à sua, ou já percebemos que houve aqui, Dra. Olga, uma confusão. Nós infelizmente, ainda não tivemos acesso às gravações, e espero que realmente que tenhamos, porque já percebemos que serão importantíssimas para percebermos aqui alguma confusão.

A Dra. Olga quando faz este contacto fê-lo na qualidade de Presidente do Conselho de Administração. Se assim não fosse não teria esta oportunidade, atendendo ao facto de hierarquicamente ser sua superior, contactar uma colega nossa, além de que pois em causa a primeira decisão da médica reguladora.

Portanto, além da interferência...

(corte na gravação aos 48 minutos e 02 segundos)

(retoma da gravação aos 49 minutos)

Presidente: Faça favor de continuar.

A Oradora: A médica reguladora teve uma decisão contrária à sua, já está a interferir, não só para saber o que é que se está a passar, porque ela tem competência para ter esse tipo de atitude, e além de que a colega já tem uma decisão que acaba por interferir uma segunda vez e que põe em causa a decisão clínica da médica, inicialmente decidida...

(Aparte inaudível)

Presidente: Não, não! Há um conjunto de...

A Oradora: ... pela da nossa colega.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, há uma primeira insistência de que legalmente, segundo o despacho, não lhe compete si fazer e há uma segunda interferência de norma clínica que obviamente me vou abster de comentar, por razões que todos conhecemos.

A minha outra questão é que a Dra. Olga tem noção (não se consegue compreender) que com os seus telefonemas acabou por prejudicar todo o trabalho de uma equipa. Se tem noção dessas consequências, inclusive se tem noção que acabou por levar ao despedimento da Dra. Manuela Henrique, despedimento não, à demissão da Dra. Manuela Henrique que face a este processo...

(Aparte inaudível da Dra. Olga Freitas)

A Oradora: ... deixou de trabalhar, de colaborar, aliás, com a Proteção Civil, facto que a deixou bastante transtornada.

Gostaria também de saber se novamente contactou algum Membro do Secretaria Regional, nomeadamente o Secretário ou algum dos adjuntos, e se apesar desta situação toda se continua a considerar toda a situação de normal? Ou seja, se não reconhece que de facto teve interferências, não só por ter contactado a médica reguladora, mas por ter contrariado uma decisão também tomada por ela, na medida em que a Presidente do Conselho de Administração não estava do lado do despacho normativo que prevê todo o funcionamento?

Gostaria de saber se continua a achar que, entretanto, toda a sua atuação está considerada pouco normal.

Segundo, noto que continua a existir uma evacuação para a Ilha Terceira de um ponto neurológico, neste caso da neurocirurgia, mas a informação que também está nas redes sociais é que curiosamente a TAC, o aparelho de TAC que seria essencial para a doente numa primeira fase...

(Aparte inaudível da Dra. Olga Freitas)

Presidente: Deixe-me só esclarecer uma coisa, para ver se a gente se entender.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Há um conjunto de questões colocadas pelos Srs. Deputados, e depois a Sra. Doutora responde.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Existe a evacuação para a Ilha Terceira onde existe o foro neurológico. Sabendo que o aparelho de TAC estava avariado quando a decisão era transferir os dois para a Ponta Delgada, onde havia um aparelho de TAC, teria a especialidade de neurocirurgia e o bebé, se tivessem vindo os dois na mesma evacuação, também teria cuidados de pediatria ao seu dispor.

Outra das questões que falou, e agora entrando em situações do foro médico, realmente uma convulsão febril, para nós, que somos médicas não digo que seja uma situação banal. Se for uma situação controlado, à partida, a situação terá outro tipo de cuidados ou de consequências maiores, mas estamos a falar de um público, estamos a falar dos pais e de uma família que não tem qualquer tipo de conhecimento do ponto de vista médico e que o meio distrital também preocupa por estar numa ilha em que todos nós sabemos que infelizmente do ponto vista da oferta de cuidados diferenciados não abunda.

Portanto, nós também temos que tentar perceber aqui o contexto em que estas situações de ameaça de agressão de mãe são colocadas, quando lhe dizem que seu filho vai ser transferido às 19h40, e lamentavelmente a mãe depois percebe que o filho perde a vez e acaba por ser só transferido às 5 da manhã.

Portanto, há aqui todo um outro contexto que para nós é mais fácil de perceber, mas que se calhar para os familiares e para quem está a lidar com os familiares diretamente não será tão fácil, até porque tem que explicar estas coisas e também seguramente não é uma situação agradável.

Portanto, eu lamento, mas apesar de todos os seus esclarecimentos, se começamos a entrar aqui a nível das evacuações que estão a ser feitas, Dra. Olga, nós sabemos que há muitas evacuações que seguramente não são feitas nas devidas condições, ou em situações que não há de facto emergência em fazê-las, e acaba por haver aqui alguma proteção dos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

colegas que estão ao telefone e outra proteção dos colegas que estão no local com o doente.

Há aqui ou tem que haver aqui também algum bom senso, de forma a combatermos esta nossa situação arquipelágica.

Já recebemos ambas muitos doentes que vêm de SATA e que nós achamos que os doentes não têm condições para vir de SATA; já recebemos doentes que vêm de evacuações e que nós abrimos o lençol e perguntamos: mas por que é que este doente veio?

Agora estamos a falar de um bebé de 13 meses. E obviamente, eu, como mãe, e a senhora também como mãe sabe isso, coitados dos pais que têm um bebé com uma convulsão febril, que teve uma depressão de estado respiratório, eu reconheço que não deve ser uma tarefa fácil, mas também reconheço a gravidade clínica naquilo que disse face à doente de São Jorge.

Agora a minha questão aqui é, a Dra. Olga em situações normais, se não fosse um familiar seu, nunca teria tido conhecimento desta situação. Portanto, interferiu!

Interferiu, telefonou, quis saber o que é que se estava a passar, aconselhou ou deu o seu parecer à colega, mas se não fosse um familiar um seu a Dra. Olga nunca teria ligado e nunca teria sabido o que é que se estava a passar, além de que (eu penso que percebi bem) a Diretora Clínica sugeriu que a Dra. Olga ligasse para a equipa de evacuações.

Portanto, está aqui toda a situação, que, de facto, é uma situação anormal e que não é de todo, de acordo com aquilo que está no despacho, bem como o funcionamento do serviço de evacuações médicas.

Há aqui uma interferência clara. Lamento que a Dra. Olga continue a não querer perceber isso e lamento que, de facto, se não fosse por esta senhora ou esta doente de 20 anos ser sua familiar, provavelmente não teria tido conhecimento...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Provavelmente!... Não seria de certeza!

A Oradora: Dra. Olga, veiculando este despacho, a Dra. Olga sabe perfeitamente a quantas evacuações terá tido conhecimento ao longo deste tempo todo.

A Dra. Olga ainda se me disser que está a trabalhar no serviço de urgência nessa noite, eu ainda percebo que (provavelmente, não!) de certeza teria sido contactada. Não estando,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

foi contactada porque era uma familiar sua, senão a Dra. Olga não tinha sabido, provavelmente estava em casa e provavelmente não tinha que ir para o hospital porque não era algo que lhe compete.

Alguém, os médicos, neste caso o Diretor Clínico, a médica reguladora e a equipa médica, são ambos médicos, tinham a decisão tomada e essa decisão também foi bastante contestada, porque mais uma vez a senhora interferiu e contestou aquilo que inicialmente foi decidido.

Para já fico-me por aqui. Recordo só que tinha colocado duas ou três questões, no sentido de saber se alguma vez contactou algum membro da Secretaria, nomeadamente o Secretário ou dos adjuntos, quantas vezes falou com a médica reguladora, e se continua a não reconhecer que de facto prejudicou o trabalho da equipa ao pressionar?

Só para terminar, pelas declarações da mãe do bebé, a mãe do bebé queixava-se ou lamentava-se muito que tinha sido entregue uma nota de alta do hospital. Eu gostaria de saber se a senhora já teve acesso a algum relatório médico do hospital?

(*) **Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Eu vou só dizer que relativamente à metodologia que nós utilizamos normalmente, eu estou a ver outro tipo de intervenções que se tornam mais longas, ao que me parece. Nós vamos utilizar o sistema de rondas, porque senão não vai dar para todos.

Há mais duas pessoas inscritas, faço saber isso. Portanto, não vamos fazer como fazemos normalmente, infinitamente, porque senão a determinada altura não há lugar para todos falarem.

Dava a palavra à Dra. Olga para comentar as questões relativas àquilo que a Deputada Mónica há bocadinho acabou de apresentar.

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Relativamente aqui à intervenção da Dra. Mónica, o que é que eu poderei dizer?

Eu não cometi nenhuma ilegalidade, porque eu, durante todo o processo, não decidi nada. Aliás, eu nunca soube qual era a decisão, não contrariei a decisão, porque não percebi qual era a decisão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Relativamente a vir para Angra não fui eu que insisti. Quando eu falei com a Dra. Manuela, penso que a situação de vir para Angra já estava ultrapassada, porque ela já tinha tido informação prévia que a TAC em Angra estava avariada. Independentemente da TAC em Angra estar avariada ou não, essa jovem não devia vir para Angra porque nós não temos neurocirurgia. Foi o que eu já afirmei logo. Quando fiz a primeira abordagem, eu referi que o doente com traumatismo crânio-encefálico, com indicação para TAC, não deve vir para Angra.

Já fizemos TAC's no passado, que correram mal e que até tivemos processos por isso, porque devem ir para Ponta Delgada, porque o serviço de neurocirurgia da Região está sediado no Hospital de Ponta Delgada.

Portanto, relativamente à questão da doente vir para Angra, e das duas irem em conjunto para Angra, já estava ultrapassado, penso eu, há hora que eu falei com a Dra. Manuela. Não fui eu que disse isso, nem contrariei nada da Dra. Manuela, porque eu nunca percebi qual era o percurso que iam fazer. Aliás, se ouvirem as gravações, há uma altura em que os operacionais da Proteção Civil, ou melhor, os nossos administrativos (quem estava naquela noite, salvo erro, era a Cristina Teles) pergunta qual é o itinerário, e o próprio funcionário da Proteção Civil diz que não sabe, que não está definido. Isto já eram 22 e não sei quantas. Por isso têm que ouvir as gravações, porque lá se esclarece muitas das situações.

Quantas intervenções eu fiz? Salvo erro, eu falei com a senhora por duas vezes, porque há uma segunda intervenção que eu não chego a falar com a Dra. Manuela porque ela está a falar com a Dra. Lúcia, e muito bem, e eu não quero interferir. Das vezes que eu falei com a Dra. Manuela, eu afirmo que “a decisão é sua, a senhora faça o que entender”. Eu disse isso pelo menos por duas vezes. Está lá plasmado.

A única coisa que eu tentei é que tivesse um alinhamento em que termos hierárquicos qual era o mais grave e qual era o menos grave, mas foi falando como colega, porque durante a minha intervenção com a Dra. Manuela, das duas vezes que falei com ela (duas ou três, mas posso precisar aqui, porque tenho aqui as horas e tudo), primeiro nunca disse que era a Presidente do Conselho de Administração, disse “boa noite, Dra. Manuela, sim... Dra. Olga, sim...”. Na verdade, eu não me desinvesti do meu cargo. Não vou dizer



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

isso, mas falei como colega, porque eu sou médica. Antes de ter a competência de Presidente, também sou médica, como também sou mãe da mesma maneira e como também percebo a sua alocução relativamente à ansiedade dos pais. Percebo perfeitamente!

Simplesmente essa situação da ansiedade dos pais, nós, médicos, com a formação que temos, os médicos de medicina geral e familiar, que são especialistas, que têm que ter a capacidade de informar os pais...

Aliás, há aqui da Sociedade Portuguesa de Neuropediatria, isso está na net (nem todos os pais têm acesso), explica muito bem o que é uma convulsão febril, o que é que se deve fazer. Até nem precisa ir ao hospital se for a segunda convulsão ou a terceira. A primeira vez deve ir, as outras nem precisa ir hospital. Diz que os pais não devem dar alimentos. Está tudo explicado.

Eu percebo a mãe! A mãe da criança eu percebo-a perfeitamente, porque eu também tive um filho que teve uma convulsão febril e eu na altura estava em Santo António de Cavalheiros, mas pronto, eu sou médica, não fui para o hospital. Se não fosse, também tinha ido.

Eu quando fazia urgência recebi crianças... Eu vi um pai em cuecas com uma criança com uma convulsão febril, tal era a ansiedade. Eu percebo perfeitamente!... Isso da parte dos leigos, tudo bem!

Um médico tem formação, tem seis anos de curso, mais quatro anos de formação como médico de medicina geral e familiar, tem cadeiras de psicologia, tem que saber transmitir aos pais, acalmá-los.

A primeira coisa numa convulsão febril é acalmar os pais. Está lá. É isso que tem que ser feito. Não é pegar num telefone e se pôr aos berros e dizer que tem que fazer, porque estão no centro de saúde. Não! Isso nunca deve ser feito.

Claro que naquela noite eu nem sabia. Eu só soube isso agora, porque ouvi as gravações. Ainda bem que há gravações. Quando disse-me que ia ser gravado, excelente, porque se eu continuar no hospital há uma coisa que eu vou pôr, que é, todas as conversas que a gente tenha com os colegas têm que ser gravadas, porque depois é o diz que diz.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Se eu não tivesse as gravações agora, a colega, a Dra. Manuela Henriques, que devia estar aqui, podia dizer “a colega disse isto, isto, isto”, e eu dizia, olhe... Porque passados dois anos, por muito boa que seja a nossa memória, há pequenas coisas e as frases, basta um “que”, um “se”, uma “vírgula” para mudar todo o sentido.

Portanto, há aqui coisas que eu percebo perfeitamente relativamente aos pais, agora o que não foi feito da parte, ... mas quando a colega Diana Campos chegou, a colega fez isso. Depois já falei mais vezes com ela, e das vezes que ela tem falado comigo para transferir doentes da Graciosa, é uma pessoa muito assertiva e penso que está à altura da necessidade daquela população. São populações pequenas, em que os recursos não são os melhores e têm que transferir os seus doentes para os hospitais. Ninguém põem isso em causa.

A questão é se emergente ou se pode vir no dia seguinte, Dra. Mónica. Ninguém está a dizer o contrário. Ninguém está a dizer... A questão é que a gente tem que ter capacidade de decidir e o não decidir fica muito mau. O que aconteceu naquela noite foi uma indecisão, desde o início até ao fim.

Agora, se eu intervimos porque era meu familiar? Intervimos porque me pediram. Se me pedirem uma coisa, se você tiver um problema com o seu filho não vai pedir a uma colega se pode resolver? Claro que vai.

Eu não decidi. Eu tive uma intervenção. Eu nem disse “ó colega eu sou Presidente...”, eu não disse nada disso. Eu fui muito humilde. Se ouvir as gravações eu disse “eu estou aqui só para ajudar” eu até disse “eu não quero nada estar aqui a decidir, eu sei muito bem quais são as suas funções”.

Relativamente à Diretora Clínica, a Diretora Clínica é a Coordenadora da Equipa de Evacuações, como a Sra. Doutora sabe. A Diretora Clínica pode pedir à equipa de evacuações para vir para o hospital. Não pode dizer é o que é elas vão fazer. Quem vai dizer é, na verdade, a médica reguladora.

Quem é que decidiu que o avião ia primeiro a São Jorge e para São Miguel? Não fui eu!... Não sei até agora quem foi! Não sei!... Nem as gravações me permitem saber quem é que teve essa decisão. Não sei!... Não contrariei nunca a Dra. Manuela.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Dra. Manuela, é que quando o colega de São Jorge liga a pedir para fazer a evacuação para São Miguel, que inclusivamente (e agora já existem gravações) já tinha falado com a neurocirurgia de São Miguel, com a Dra. Anabela, ela disse ao colega “ó colega, mas eu tenho um caso grave na Graciosa, ligue para Terceira”, ela até comenta “eu sei que a Terceira não tem neurocirurgia mas tente falar”.

Ele pergunta: “colega, falo com a neurologia da Terceira ou com a neurocirurgia?”, que não existia, porque não estava cá o Dr. Ricardo. E ela diz, “não, não! Fale com a chefe de equipa” e ela fala com a Dra. Aurora.

A Dra. Aurora, e muito bem, é que disse, primeiro a nossa TAC estava avariada. Como a Dra. Mónica sabe, nós temos TAC na Praia da Vitória. Agora, nessas situações, foi mesmo bom não ter ido para a Praia da Vitória, porque eu também sei quais foram os finalmente deste caso. Neste caso a miúda tinha uma concussão cerebral, uma mínima hemorrágica, e tinha depois, na TAC de controlo, um pequeno um pequeno cerebratenoide. Você sabe o que é isso, Dra. Mónica, não sabe?

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Não era para fazer nada se aumentasse, se aumentasse era para fazer e você sabe que quando recebe um doente nas primeiras horas o que é que vai acontecer? Pergunto-lhe?

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

Presidente: Eu agradeço que não interpele diretamente as pessoas.

Há pergunta/resposta; pergunta/resposta.

A Oradora: Ok. Tem que ficar de vigilância no hospital na neurocirurgia.

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Mais perguntas que a Dra. Mónica me colocou.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Relativamente ao relatório médico do hospital. Há um relatório médico, uma nota de alta. As colegas de pediatria fizeram uma nota de alta, agora se deram ou não deram, como sabem, eu também não intervenho nos serviços. É a diretora de serviços que deve ver isso, mas há uma nota de alta e que deve ter sido feita na altura. Aliás, [impercetível] terá a data e a hora.

Relativamente à interferência do pessoal da secretaria, penso que não houve, embora a Dra. Carla afirmasse que o Sr. Secretário tinha dito, nas gravações, que havia uma segunda equipa. Mas isso é dito pela Dra. Carla. Se ouvirem as gravações.

Não sei se há mais alguma pergunta. Não sei se respondi a tudo.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sim, Dra. Olga, acho que sim. Pelas minhas notas. Eu tinha colocado a questão diretamente... Isto é réplica já?

Presidente: Melhor é a réplica. Vamos lá ver. Se é para introduzir elementos novos, passo aos seguintes.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, não. Não é um elemento novo.

Presidente: Se é relativamente...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Eu tinha feito outra questão: se reconhecia ou não que com os seus telefonemas tinha acabado por prejudicar todo o trabalho da equipa de evacuações? Foi uma pergunta direta, que eu tinha feito.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Eu penso que não foi a minha intervenção que prejudicou naquela noite, porque isto tudo começa a acontecer às 18h00. Às 18h02 liga o Dr. Francisco Level. E às 21h14 a internada está decidido.

Portanto, naquela noite eu não sei o que é que se passou, mas realmente houve várias intervenções. Eu interfeiri... Ou melhor, eu intervim, não interfeiri!

O sentido de interfeiri, não é no sentido de intervir. A intervenção é uma coisa e a interferência é outra. É que a interferência leva a que as pessoas mudem o sentido das suas decisões. A intervenção não. É uma ajuda e a pessoa decide como quer.

A decisão, como lhe digo, ou foi da Dra. Manuela ou foi de alguém, não foi minha. Não fui eu que decidi.

Presidente: Muito obrigado.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Sra. Deputado Mónica Seidi, para já tá. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dra. Olga Freitas:

Em primeiro lugar, gostaria também de agradecer em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a sua vinda a esta Comissão para contribuir, e de certa forma simplista, porque é uma das principais envolvidas, ou mesmo a principal envolvida neste caso.

Eu não vou entrar em questões semânticas, por mais interessantes que pudessem ser, e estar aqui a distinguir entre o que é interferir e o que é intervir, mas parece-me que pela explicação que deu, e é uma explicação que por mais elucidativa que possa ter sido, é claro que ficaria muito mais enriquecida se nós tivémos acesso às gravações e de certo forma terémos que ter uma perceção mais próxima daquilo que se passou.

Daquilo que se passou, acho que a análise não se deve limitar, àquilo que é dito pelos pares envolvidos, mas também para todo o clima gerado à volta destas várias apropriações. É que me parece que foram um bocadinho segmentada, mas todas elas ligadas.

Eu tomei nota aqui de duas ou três expressões e afirmações que fez, que me parecem que podem ser bastante importantes para percebermos um pouco o que se passou.

Eu penso que estou a citá-la quando disse a páginas tantas que “a minha decisão foi meramente clínica” e depois acabou por dizer mais tarde “intervim no sentido de fazê-lo”, Sra. Deputado Olga Freitas, “no alinhamento entre o caso mais grave o caso menos grave”.

Portanto, [impercetível] óbvia aos casos em apreciação.

A minha pergunta tem a ver com estas afirmações que fez. É uma pergunta se calhar mais retórica, mas poderá considerar as afirmações que fez: é, quem tem competência e poder para decidir sobre as informações prévias, tendo em conta o que disse?

Também acabei por perceber, segundo o que nos transmitiu e tendo como base no caso as gravações, que afinal de contas não se percebe quem é que tomou a decisão. Ninguém sabe quem é que tomou a decisão.

Bem, parece-me que isso é uma perceção se calhar subjetiva, que poderá ser auxiliada pela audição da gravação, de que esse desconhecimento acerca de quem é que tomou a



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

decisão se calhar é sinal de que houve mesmo pressão e condicionamento sobre essa decisão.

Podemos especular sobre as razões que levaram a essa indefinição da decisão, mas quero dizer que se houve de facto condicionamento na tomada de decisão, poderá ter sido por acaso (e eu desconheço, por exemplo, a idade e a experiência profissional da médica reguladora que é quem tem competência para decidir) e se essa versão não terá sido agravada, porventura, com alguém com mais poder e com mais experiência, sobretudo com mais experiência, como no caso da Dra. Olga Freitas.

E a última pergunta já foi de certa forma feita talvez de uma forma tão direta pela Deputada Mónica Seidi, é se a intervenção que teve neste caso foi caso único ou mesmo exceção, ou foi uma prática comum da sua parte?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Presidente do Conselho de Administração.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Relativamente às perguntas que me coloca, primeiro as afirmações daquilo que eu disse, que era da área do departamento clínico, isso não é propriamente uma pergunta.

Quem tem competência para decidir os poderes de evacuação, está plasmado no Despacho Normativo n.º 6/2014, de 28 de março: é o médico regulador. Não há dúvidas. Isso eu afirmo, e até se ouvirem as gravações “é a senhora que decide”, “é a senhora que tem competência para o fazer”. O que eu queria era que ela o fizesse, mais nada e porque se estavam a passar muitas horas.

Aí não tenho qualquer dúvida. É a médica reguladora. No n.º 17 do mesmo despacho, diz que: “Em casos excepcionais o hospital de destino poderá ser definido pela equipa de saúde que efetua as evacuações que informará o centro de operações da BA4 para imediata notificação do médico regulador do SRPCBA.”

Portanto, está aqui esta cláusula. Há ainda uma outra cláusula, porque há um protocolo entre o hospital, o Governo Regional e a Força Aérea sobre evacuações, que é de 2009, e também tinha um ponto que quem decidia era o hospital. Na altura não estavam criados os reguladores. A figura de regulador só surge mais tarde em 2014, salvo erro.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, mas está aqui esse ponto que abre essa exceção. Portanto, em casos excepcionais. Mas como eu lhe digo, eu não consigo perceber pelas gravações quem foi o decisor final da rota do helicóptero, que é a pergunta que me faz (não é?).

Relativamente às pressões, eu nunca pus pressão sobre a colega. Por acaso acho que a Graciosa pôs muita mais pressão, na maneira como falou. Eu disse várias vezes: “eu estou aqui para ajudar”, “a colega tem que decidir, a decisão é sua”.

Se me disser, mas você não tinha nada de que ter atuado porque você não era reguladora naquela noite. Eu na verdade... Tinha ali um familiar.

Se alguém disser: você tenta sempre ajudar, seja familiar ou não? Se eu intervim outras vezes? Já intervim, até quando não era Presidente do Conselho de Administração.

Se outros Presidentes do Conselho de Administração, antes de mim, intervieram? Intervieram, sim senhor.

Se os Secretário anteriores intervieram? Intervieram sim senhor.

Tive várias chamadas no tempo do Dr. Miguel Correia e do Dr. Domingos a chamar-me “Olga, vem cá...” quando eu já era Presidente do Conselho de Administração. Na verdade, não havia a figura do médico regulador.

Aqui havia situações no Corvo e nas Flores que estavam a demorar muito e eu sempre intervim, desde o passado. Em todas as alturas houve intervenções de pessoas que estão em cargos públicos e que tentam fazer o melhor pelas populações que estão à distância. Isso é verdade e intervim, e não intervim só porque era meu familiar.

Sempre que alguém me pede uma coisa eu intervenho, seja ele meu familiar ou não.

Agora, eu não posso ligar só porque... Ah, não, não posso, porque isso pode dar-me problemas, pode... Eu não estou presa ao cargo! Eu sou uma pessoa humana.

Então uma pessoa da minha família, que já era afastada, que nem sequer era um familiar de grandes relações pessoais, da minha casa, nem nada disso. Mas por caso eu disse mesmo: por acaso ainda é meu familiar.

Não tenho que intervir. A resposta que eu dei aos jornais falo no juramento de Hipócrates, é por alguma razão, porque hoje em dia as pessoas... No meu tempo a gente não ia jurar Hipócrates, aquela festa que fazem agora. A gente não fazia nada disso. Agora até vão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Agora é que talvez... Há muita gente que vai para medicina só para ganhar dinheiro e isso é que é muito mau. Não estou a dizer que foram os colegas que intervieram nisso. Mas o facto é que as coisas estão a mudar. O mundo está a mudar. E se a gente não põe entraves nessas coisas.

Eu acho que deve haver regulação, sem dúvida. Não estou a aqui contra os reguladores. Agora regular não é fácil e não estou a dizer que a Dra. Manuela não fez o seu melhor e eu logo no início da minha intervenção eu disse-vos:

“É a Dra. Manuela, dos cuidados intensivos?”

“Sim”.

E eu fiquei descansada, porque era a Dra. Manuela dos cuidados intensivos.

Agora o facto é que há pessoas que são muito boas tecnicamente, são boas clinicamente, mas em termos operacionais... É que a operacionalidade é uma coisa diferente da clínica. Às vezes não são as melhores.

Pronto, não estou aqui a criticar a colega. É pena que a colega não esteja aqui para a gente falar. Eu não sabia que ela já não estava... Aliás, há sempre muitas coisas que eu não sei. Se calhar devia saber, mas não sei.

Eu lamento, se foi por isso, lamento.

Acho que não teria que ter saído. Não houve nada. Ela saiu realmente porque quis, não foi demitida, Dra. Mónica.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, foi por opção própria!

A Oradora: Ok. Tinha dito...

Eu não estou a dizer... Se calhar, que eu não tivesse intervindo, se a Dra. Carla não tivesse intervindo, se calhar tinha sido um bocadinho mais rápido. Agora, eu não interfeiri. Só tentei que ela fizesse aquilo que era melhor, mais nada.

Disseram se era caso único ou excepcional? Já respondi que não, que houve outras situações em que intervim.

Quanto à idade, a idade, a competência... Às vezes não tem nada a ver com a idade. Há gente nova muito boa, há gente idosa... Isso tem a ver com características, com perfis.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Há perfil da operacionalidade para estar em CODU. Há outras pessoas que não gostam disso, que não têm esse perfil. Isso é uma questão muito ligada ao perfil. Devia haver avaliação. As pessoas deviam ser avaliadas antes de ir para reguladores.

Devia haver... A gente sabe que muitas vezes os exames são aquilo que são, mas o problema é que não pode ir para regulador qualquer um que quer ir. Há pessoas muito boas numa área que noutra área não são tão boas, mas pronto!

Não estou aqui a criticar a colega. Aliás, a colega, se ouvirem as intervenções dela, ela está bem. Ela à Graciosa diz que mande descer a febre (está bem!), aos outros manda... Ela teve dificuldade de decisão. Agora, *a posteriori*, é a minha impressão.

Não sei se me fez mais alguma pergunta.

Presidente: Sr. Deputado, eu apelo que não façam a introdução de novas questões. Deixemos para uma segunda ronda.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Uma insistência, no que diz respeito ao enquadramento a uma das perguntas. Sem esse enquadramento a questão deixa de fazer sentido, que é: confirma que no dia no hoje, na sua primeira intervenção, disse “a minha decisão foi meramente clínica”.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sim, sim!

O Orador: Decisão!

Por que é disse...

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Não é decisão! Aí o termo... A minha intervenção foi meramente clínica.

Portanto, quando eu falo com a colega, a tentar perceber. Os critérios são meramente clínicos.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Então não disse “decisão”.

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Decisão não, porque eu não tenho decisão nenhuma. Aliás, está lá plasmado. Sabe como é. Nós ao falarmos até posso agora ter utilizado a palavra “decisão”, mas não foi decisão. Foi a minha intervenção foi meramente clínica.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** E quando disse que a intervenção que tinha tido tinha sido no sentido de fazer [*impercetível*] do caso mais grave e do menos grave. Isso quer dizer que mesmo assim não condicionou o processo de tomada de decisão da médica coordenadora?

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Isso só ela podia responder. Eu não vou responder pela minha médica coordenadora.

Vamos lá ver, Sr. Deputado! Quando nós num grupo de trabalho ou num grupo (há muito em clínica) chamado “juntas de médicas” em que as pessoas todas intervêm, quando nós damos a nossa opinião, sabe que a nossa opinião pode fazer mudar a sua decisão. Se fez ou não fez, não sei!

Quando você trabalha num grupo e quando dá a sua opinião, acha que a sua opinião é mais correta. Pode não ser. Pronto, mas é a minha opinião. Mas aqui não se trata bem de opinião. Trata-se de uma situação em termos clínicos que está plasmado na evidência clínica e científica, que aqui se diz de “métodos científicos”.

Presidente: Sr. Deputado, está? Muito obrigado.

Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Eu vou prescindir da pergunta que tinha a fazer, porque já foi aqui respondida.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Bom dia, a todos. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, bom dia à Dra. Olga, bom dia também aos senhores jornalistas.

Eu queria começar por dizer que o serviço de evacuações médicas e particularmente do departamento da Unidade de Deslocações e Evacuações Aéreas é um serviço, uma entidade, que nós consideramos ser idónea, com procedimentos íntegros. É isso que a prática tem demonstrado ao longo de muitos anos.

A regra é esta. Não temos qualquer problema em afirmar que a regra é esta. É uma regra enquadrada por condutas perfeitamente legitimadas, perfeitamente claras, sempre que por vezes existem exceções que me parece ter sido o que ocorreu no dia 2 de fevereiro, no



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

sentido em que há logo uma questão excecional, que é uma necessidade de evacuação em simultâneo, o que não acontece com muita frequência, mas é bom que fique claro que nós estamos aqui a trabalhar num caso excecional e, portanto, a primeira afirmação que eu gostava aqui absolutamente clara é que a regra de funcionamento do serviço de evacuações médicas, como eu referi, é idónea e com procedimentos íntegros.

Um dia antes do PSD apresentar esta proposta de inquirição de várias entidades, que é no fundo a proposta que nos leva a estarmos aqui, o Sr. Presidente do Governo, tomando conhecimento público destas ocorrências, mandou a Direção Regional de Saúde elaborar um inquérito urgente para proceder ao cabal e total esclarecimento destas situações.

Na altura também os meus colegas da Graciosa, dos quais um deles está aqui presente, o Deputado Ricardo Ramalho, que certamente me poderá corrigir, se eu estiver a cometer alguma imprecisão, pronunciaram-se no sentido de precisamente exigir o cabal esclarecimento desta situação, afirmando também e destacando a importância que este serviço tem para a Região Autónoma dos Açores, particularmente, mas não só, para as seis ilhas que não têm hospitais, embora como sabem também há evacuações de alguma ilha com hospital para outra ilha com hospital.

Portanto, o Partido Socialista também na altura procurou encarar este assunto com todo o cuidado, sem, todavia, inviabilizar a proposta que o PSD apresentou.

Nós reconhecemos que do ponto de vista da oposição essa é uma questão onde os partidos da oposição também têm que se pronunciar, porque isto é uma questão mediática, isto é uma questão que pode ter algum efeito de alarmismo. Portanto, essas questões têm que ser refletidas nos órgãos políticos.

Do ponto de vista do Partido Socialista, como eu referi o facto do Sr. Presidente ter ordenado a realização de um inquérito urgente, obviamente que condiciona os trabalhos e sobretudo obriga-nos a uma certa cautela.

Por isso é que o Partido Socialista, e eu gostava de destacar isso, desde a primeira hora, e o Sr. Presidente é bem testemunha disso, tirando alguns dias em que houve problemas de comunicação porque estávamos no mês de agosto, assim que eu tive conhecimento disso, imediatamente falei com a direção do meu grupo parlamentar, falei com os meus colegas



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

da comissão, e, portanto, posso assegurar que desde a primeira hora o Partido Socialista reconheceu a importância desta iniciativa do PSD e apoiou-a prontamente desde o início. E mais!... Nós estivemos disponíveis para reunir mais cedo. Não foi possível por questões regimentais e esta reunião hoje aqui marcada foi também resultado daquilo que nós solicitámos que fosse a diligência do Presidente da Comissão, questão que testemunho, reconheço e deixo também aqui uma nota de apreço ao Sr. Deputado António Marinho, porque procurou, de facto, no menor tempo útil marcar esta reunião.

Agora, como eu referi, infelizmente nós hoje não temos a parte, digamos assim, acusatória, a parte queixosa deste assunto e isto para nós é relevante. É relevante porque, como a Dra. Olga também aqui referiu, era muito importante. Como é evidente para todos, que quer a coordenadora do serviço médico regulador, quer a médica reguladora que estava de serviço naquele dia, aquela hora, pudessem estar aqui e ter, enfim, se submetido às questões dos Deputados. Portanto, isto é um segundo condicionalismo que nós também registamos.

A questão que foi aqui referida, o que também releva para importância do inquérito que está a ser realizado pela Inspeção Regional de Saúde, eu sei que as transcrições e as gravações vão ser todas analisadas e vão ser todas vistas neste relatório. E por isso é que eu enfatizo este aspeto: nós temos que ter nota de que este inquérito está a ser ultimado e penso que será divulgado hoje, tanto quanto é público, e este inquérito é muito relevante, desde logo, porque é feito pela Inspeção Regional da Saúde e, em segundo lugar, ele teve acesso, quer às médicas que no fundo fazem a denúncia e a acusação da interferência da Dra. Olga, quer também todo o processo cronológico, todos os intervenientes, todas as decisões tomadas. Portanto, isto significa que nós temos que ter cautela e sobretudo cuidado nas acusações que fazemos.

O PS, ao contrário de outros partidos, vem para aqui com o sentido de rigor e de exigência, porque nós queremos apurar a verdade, e queremos esclarecer cabalmente esta situação, do a quem doer, mas todavia nós não vamos utilizar esta Comissão para, como eu referi, outros partidos já o fizeram, nomeadamente o PSD, utilizar as inquirições para provar as conclusões que já trazem de casa.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, nós estamos aqui para ouvir as pessoas, questionar as pessoas se for caso disso e com base nisso retirar as nossas conclusões. Por isso é que me parece que este sentido de responsabilidade e de exigência é aquele que nos marca sempre na nossa atuação, mas hoje acho que é importante frisar esse aspeto.

Quanto às questões, Dra. Olga, eu gostava de clarificasse duas questões que a senhora já falou. Também houve aqui questões que os outros colegas já fizeram e que eram pertinentes e que eu não as vou repetir. Mas há aqui duas questões que lhe dizem diretamente respeito que eu gostava que explicitasse um pouco melhor e há uma terceira questão que é uma dúvida que me assola há muito tempo e penso que nunca falei nisso com a senhora, mas já falei com outros intervenientes, porque em certos casos, nessas evacuações e nesses problemas que por vezes são graves, e são em simultâneas, sempre me ocorreu uma dúvida e vou começar por esse aspeto.

Quando há dois casos praticamente em simultâneo, há aqui aspetos de natureza clínica e operacional, de ponderação da parte do médico regulador que eu imagino que sejam extremamente difíceis de proceder, porque eu já sei onde é que um médico regulador funciona, é só com um cenário muito complicado.

O que eu lhe queria perguntar – e a minha dúvida há alguns anos, como eu lhe referia, Doutora, é nesse sentido, é que há coisas que nós também não podemos ter, ou que seja possível verter neste caso num despacho normativo algo que preveja todas as situações em todas as circunstâncias.

Portanto, a pergunta é esta e é uma pergunta que eu já fiz a colegas suas, a outros intervenientes do Serviço de Proteção Civil dos Açores, é a seguinte: quando o médico (esta pergunta é um pouco especulativa, especulativa eventualmente na resposta) regulador se confronta com essas situações de que é preciso evacuar uma criança da Graciosa, ou um jovem de São Jorge, das Flores, ou de outro sítio qualquer, é normal, ou não é natural, que o próprio médico regulador proceda a outros tipos de contactos com colegas, com colegas de outras especialidades, com outros médicos, com os diretores das unidades de saúde de ilha onde está registado o alerta para a evacuação desses doentes? Quer dizer, há questões aqui que do ponto de vista quer da ponderação e da avaliação clínica, quer da ponderação e da avaliação do desencadeamento operacional das



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

evacuações, penso eu que são extremamente complexos e são muito difíceis de apurar e de hierarquizar numa corrida contra o tempo. Isto é tudo contrarrelógio, porque nós estamos a falar de vidas humanas, como é evidente e aí eu não tenho absolutamente dúvida nenhuma, que todos os colegas desta comissão, todos os Deputados do nosso Parlamento têm, como é evidente, a maior preocupação e o maior cuidado quando são estas questões que estão em cima da mesa, nestes casos muitas vezes extremos, porque são casos de emergência.

As outras duas questões então que lhe gostava de perguntar, mais explícitas é, digamos, em declarações àquilo que já aqui referiu.

Gostava que esclarecesse como é que tomou conhecimento das ocorrências ou das necessidades de evacuação dos doentes? Se pudesse explicitar como é que tomou... Percebi que foi pelas 18H02, desse dia. Esta era a primeira questão que eu queria clarificar.

Segunda questão, ou terceira ao nível das clarificações, terceira no total.

A senhora enfatiza muito que intervém no dia, mas não decidiu. Gostava também que explicitasse melhor por que é que diz isso dessa forma.

Eram para já, Dra. Olga, estas questões, agradecendo antecipadamente as suas respostas. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dra. Olga...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Eu começaria pela terceira, que foi a primeira, se o Sr. Deputado não se importa.

Deputado José San-Bento (PS): Pode ser, com certeza!

A Oradora: Relativamente às competências e às situações em concreto do médico regulador, confesso-lhe que é muito difícil ser regulador. É muito difícil porque são muitas as situações. Aliás, há duas equipas: a equipa dos adultos e uma outra equipa de obstetrícia e de neonatologia. São situações muito específicas e o regulador é sempre o mesmo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Os colegas entre uns e outros acabam por falar com os especialistas, e há especialistas que colaboram e há especialistas que colaboram um bocadinho menos, um bocadinho na sequência desse despacho, porque esse despacho... É muito difícil fazer despachos como disse...

Deputado José San-Bento (PS): Com certeza!

A Oradora: ... sobretudo nessas áreas muito sensíveis, que é nas áreas da saúde e nas áreas da educação. São sobretudo duas áreas muito difíceis em que é difícil a gente cimentá-las.

Tem que haver diálogo e é do diálogo salutar entre os colegas que as coisas são melhoradas e foi esse o meu sentido de intervenção naquela noite.

Eu sempre pensei que a colega não ia ter essa atitude. Ainda hoje em dia se eu não encontrar a colega proximamente acho que vou a São Miguel falar com a Dra. Manuel Henrique, até porque... Pronto, eu não percebo por que é que a colega... Mandou um colega mais velho falava comigo (mais velho ou mais novo, desde que fosse da área dele). Ele sempre deve aprender. Nós aprendemos sempre. Todo o nosso percurso é de aprendizagem

Não é fácil ser regulador. Não há cursos para reguladores. Depende muito do perfil. É muito difícil.

Em situações geográficas como a nossa, em que os colegas se sentem muito sozinhos nas ilhas, e eu sei, porque eu em 1983-84, trabalhei no Pico, mais uma colega que era da minha idade, estávamos sozinhas em São Roque, e é muito difícil. Inclusivamente fiz um parto. Se fosse hoje em dia se calhar ia para tribunal, porque eu era policlínica.

Portanto, é muito difícil estar fora e os colegas às vezes, até um bocadinho para salvaguardarem os doentes, acabam por dar indicações que não são as mais precisas. Aliás, na sua atuação, a coordenadora, a Dra. Catarina, diz isso, que é difícil, porque muitas vezes a informação é reduzida e os colegas não dão toda a informação ou dão a informação hipertrofiando alguns dos sintomas no sentido do doente ter [impercetível]. Isso eu percebo. Isso é humano.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Agora, o facto é que nós devíamos estar mais preparados para esse tipo de situações e inclusivamente a população precisa de estar mais educada. Não há muita educação para a saúde nos nossos meios, nem no nosso país. Não é só na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é difícil, não estou a dizer o contrário. A maior parte dos colegas... E naquela noite, a Dra. Manuela esteve bem. Nalgumas coisas ela esteve bem. Ela disse à colega da Graciosa: “baixe-lhe a febre”. Diz ao colega que a contacta primeiro: “olhe, já falou com o pediatra, o pediatra não o pode ajudar?”. Ela diz isso na gravação que vão ouvir.

Há coisas em que ela esteve bem.

A partir de uma certa altura, eu acho que ela ficou até um bocadinho má, foi quando há a intervenção da Graciosa, que a colega põe as coisas “já me estão aqui a bater”.

Agora nunca podem ser critérios de agressão, não são critérios clínicos. A gente não pode seguir por aí, embora muitas vezes acabe por pesar nas decisões, não estou a dizer o contrário.

Relativamente à hora que eu soube, não foi às 18h00, não percebeu bem. Às 18h02 é a hora que o colega de São Jorge contacta com a reguladora dizendo que tem acidente, que estão a chegar. A primeira comunicação com o Serviço Regional de Proteção Civil é feita por São Jorge às 18h02, antes da Graciosa.

Depois, a segunda comunicação de São Jorge é um minuto ou dois depois da Graciosa, porque ele já tem a avaliação feita dos três acidentados e em que precisa só de transferir um.

Eu só tenho conhecimento por volta das 21 e qualquer coisa, porque, como disse, foi outra pessoa que vem ao hospital, que já me tinham ligado e eu não tinha atendido, dizer-me que havia essa ocorrência em São Jorge. Portanto, eu só às 21... Agora eu não posso precisar a hora em que a pessoa me veio dizer isso. A única precisão que eu tenho é às 21h14 a minha primeira chamada para a Dra. Manuela. Até aí, até às 21h00, eu estava por fora da situação. Não tinha conhecimento das ocorrências que se estavam a passar.

Não sei se houve mais alguma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): E como é que tem conhecimento disso?

A Oradora: Como é que tive conhecimento?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Então foi assim. A jovem de São Jorge, a mãe dela estava na Terceira, que é a tal senhora que é minha prima. A mãe, sim, é minha prima-irmã. Estava na Terceira a cuidar da mãe que é uma idosa e soube da filha e ficou alarmada, porque estava fora de São Jorge. Estava num acidente, estava sonolenta, estava muito mal, ninguém ia buscá-la.

Aliás, a mesma família, tinha tido um caso semelhante na família de um grande [termo não identificado] do pai dessa jovem e na altura ainda não havia médicos reguladores e tinham ido buscar o senhor em menos de duas horas e levaram-no para São Miguel onde ele foi internado, onde fez uma trepanação, para tirar o hematoma.

Portanto, já tinham tido um caso na família e isso ainda os alertou mais, porque podia ser uma situação muito grave, como podia ter sido. Nessa altura, a minha prima ligou para a minha irmã que é enfermeira, a minha irmã ligou para mim e eu nunca atendi, e depois ela acabou por se deslocar ao hospital.

A primeira coisa que a minha irmã faz não é ir falar comigo. Foi à urgência perguntar à médica da urgência, que era a Dra. Aurora Lino, se sabia alguma, ao que a Dra. Aurora Lino respondeu, “sim senhora, que já lhe tinham telefonado”, isso era por volta das 21h00, “de São Jorge”, mas que ela tinha dito que a TAC estava avariado, como está e já o provámos, e que era uma situação de neurocirurgia, não era só pela TAC estar avariada (mais uma vez friso), é que era uma situação neurocirúrgica, com critérios de média gravidade. O PCE dessa jovem era de mera gravidade. Era de Média gravidade, tinha que ser imediatamente transferida era para São Miguel e não para Terceira.

Face a isso, ela pergunta à Dra. Aurora: “mas então, quando?”

Ela diz: “não sei”. O que ela tinha que fazer, já estava feito.

É nessa altura que a minha irmã vem falar comigo. A primeira coisa que eu faço é ligar para São Jorge para saber para saber o que é que se passa, porque às vezes dizem muita coisa. Não liguei logo para a médica reguladora, liguei primeiro para São Jorge, pedi para falar com o colega, era o Dr. Francisco Level, vi que ele estava muito ansioso, muito preocupado, dizia que ela estava com vômito com sangue. Estava preocupado!

Eu disse: “ó colega, pronto, vamos tentar perceber por que é que ainda não foram buscar a jovem e é nessa altura que eu liguei para a Dra. Manuela Henrique para tentar perceber.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Nessa altura, é a Dra. Manuela Henrique que me diz que tem uma situação na Graciosa, que eu também não sabia, e depois de ela me dizer que tem uma situação na Graciosa... A primeira conversa com ela é muito rápida: “ó colega, faça, o mais rapidamente possível, o que entender”, e desliguei. E tentei saber da Graciosa.

Quando liguei para a Graciosa já não era o colega que tinha contactado, já era mais das 20h30, falei com a Dra. Helena Campos, e a Dra. Helena Campos disse-me: “ah, a situação estão controlada, já falei com a médica pediatra, e a situação está controlada”. É nessa altura que eu tento falar novamente com a Dra. Manuela Henriques.

Quando eu tento a segunda chamada, a Dra. Manuela Henriques está a falar com a Dra. Lúcia, para chamar a Dra. Lúcia. Já era praticamente 22h00.

Eu disse à enfermeira: “então, pronto, sim senhor, estão a falar, estão a resolver”. E desliguei.

Passou 22h30, já estava a nossa equipa no hospital. Perguntei à equipa: “já deram alguma orientação?”. “Não”. É nessa altura que eu liguei a terceira vez e não havia nenhuma orientação dada ainda. Aí é que eu disse: “ó doutora, decida! Faça aquilo que entender. A decisão é sua, mas faça alguma coisa!”.

Aliás, isso está plasmado nas...

Há coisas que Dra. Manuela Henrique diz que não se consegue ouvir, eu pelo menos não consegui ouvir, não sei se me puseram a ouvir só o que me interessa a mim, não sei, mas não se percebe na gravação. Tem interferências.

A última abordagem que eu tive, na última intervenção que eu tive, percebi que a Dra. Manuela Henriques estava muito irritada, que não estava satisfeita, mas pronto, esta situação passou. Passaram dois anos! Qual foi o meu espanto, quando em agosto surge na primeira página do jornal essa notícia.

Pronto, tem as suas intenções, nunca foi as minhas. Eu faço um trabalho... Fui nomeada, como sabem. Agora nós somos eleitas pelos nossos pares, mas faço o meu trabalho de forma independente, de tal maneira independente que isso não tem nada a ver com questões de ordem política. Aliás, a jovem de São Jorge, é uma pessoa livre, até vai ser jornalista e, pronto, é da oposição, e muito bem. Ainda bem, é preciso gente numa boa oposição.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Só mesmo uma réplica.

Doutora, é então por esses factos que descreve que considera que não decidiu.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (Dra. Olga Freitas): Não decidi!

O Orador: Teve uma intervenção.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (Dra. Olga Freitas): Tive uma intervenção no sentido.

Eu podia naquela noite ter feito uma coisa, não ter dito que por acaso ainda era meu familiar. Podia não o ter feito. Se eu tivesse feito isso... Eu não tive qualquer intenção de utilizar o meu cargo de Diretora do Hospital...

Deputado José San-Bento (PS): Eu ia-lhe perguntar isso.

A Oradora: Nunca houve!

Eu nunca sequer disse... Aliás, a Dra. Manuela Henriques conhece-me também e possivelmente sabia que eu era... Mas não foi essa a situação. Eu disse:

- “Sou a Dra. Olga...”.

Ela disse:

- “É Dra. Olga?”

- “É sim...”.

- “Dra. Manuela, é a Dra. Manuela dos cuidados...”.

Não usei... Nunca uso os meus galões. Uso, se é preciso, para decidir.

Deputado José San-Bento (PS): Ou seja, a senhora não deu ordem.

A Oradora: Eu não dei ordens. Eu tentei falar com a colega, como nós costumamos falar com os colegas. Eu falo com toda a gente e sempre que qualquer colega, de qualquer ilha, me telefona a qualquer hora, mesmo que eu não esteja de serviço, só se eu não possa dar o meu parecer, desde que eu saiba. Se eu não sei, digo, olhe eu não sei, mas vou tentar alguém que resolva o problema.

Aliás, tive vários Deputados, de vários partidos, que já foram Deputados, que me ligaram, e sabem perfeitamente que eu sempre ajudei as ilhas, só se eu não posso. Não era por ser



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

minha prima que eu posso ajudar. Isso não faz... Nós somos pessoas humanos, somos seres humanos.

Presidente: Muito obrigado.

O Sr. Deputado José San-Bento está satisfeito?

Deputado José San-Bento (PS): Para já.

Presidente: Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradecer também a presença da Dra. Olga.

A questão que tenho que fazer é na sequência destas questões efetuadas pelo colega José San-Bento.

A Doutora estava de serviço, no Hospital de Angra, quando isso aconteceu?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Estava no Hospital de Angra.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Estava de serviço?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Estava de serviço. Agora se me perguntar, tenho que ir à escala, para ver se estava a trabalhar...

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Estava a trabalhar?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sim. Estava em reunião do Conselho de Administração.

Presidente: Vai colocar as questões todas?

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): São duas.

Essa é uma questão. Não estou a fazer nem juízos de valor, nem introduções, nem afirmações, absolutamente nenhuma. São duas questões.

Uma: estava no hospital ou não estava no hospital?

A segunda é, exatamente essa: porque eu sou de uma ilha mais pequena, onde não tem hospital e já assisti várias vezes a que os seus colegas de medicina geral (não sei bem o termo)...

Deputado José San-Bento (PS): Geral a familiar!



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Orador: ... e familiar, quando têm alguma dúvida telefonam para colegas para pedirem informações. Se acha isso normal ou não? Era só essa a questão.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Mas eu não percebi.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Se é normal os seus colegas pedirem...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): É normal nós estarmos de serviço. Normalmente ligam ao colega que está escalado de serviço.

Vamos lá ver! Eu estava no âmbito da função de Presidente do Conselho de Administração, em reunião de Conselho de Administração, às 9 da noite. Não estava como médica pneumologista. Certo?

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Se calhar não percebeu a pergunta que eu queria fazer.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Se é habitual os colegas ligarem?

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Os colegas ligarem para poderem trocar opiniões,...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sim, sim.

O Orador: ... aferir com mais ...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): É muito frequente.

O Orador: ... certeza relativamente àquilo que vão fazer.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): É frequente e sobretudo ligam ao colega que está de serviço, mas pontualmente podem ligar a outro colega, ou porque conhecem o colega... Quantas vezes há uma colega, sobretudo os colegas mais velhos, que eu tenho mais contacto, que me ligam na minha área a me perguntar ou até noutras áreas.

É frequente os Presidentes dos Conselho de Administração, até não sendo médicos, porque têm problemas não resolvidos, nos colocarem os problemas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Ainda esta semana tive uma unidade de saúde de ilha que me ligou porque havia um problema que não estava [*interferência na videoconferência*], eu interfeirei, e posso fazê-lo, com o colega do meu hospital no sentido de resolver o problema.

Portanto, isso é frequente e nós fazemo-lo variadíssimas vezes.

Presidente: Muito obrigado.

Deduzo que o Sr. Deputado João Vasco...

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Estou esclarecido. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dra. Olga Freitas, se não tivesse sido contactada pela sua prima teria intervindo neste caso?

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Se soubesse do caso.

Como digo, se o Centro de Saúde de Velas, ou da Calheta, como é o caso,...

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Se não tivesse sido contactada...

Presidente: Eu peço que faça as questões todas até ao final, porque se faz uma questão e fica à espera, depois faz a outra, estabelece o diálogo e eu não vou permitir o diálogo.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Segunda pergunta: agora percebendo melhor, ainda com maior precisão, aquilo que se passou, e tendo agora conhecimento que a médica coordenadora só por si, ou a própria função, como já percebemos, é uma função que requer capacidade de tomada de decisão, tomada de decisão sob situações de stress, o que ainda é mais difícil, e sabendo que neste caso em concreto tratavam-se de duas situações clínicas que ocorreram quase em simultâneo, em duas ilhas distintas, em que numa ilha há ameaças de agressão por parte de alguém para tentar resolver o problema o mais rapidamente possível, o que não é certamente um critério clínico, mas começa por uma decisão, como é óbvio...

Deputado José San-Bento (PS): Pode ter consequências clínicas!

O Orador: ... e por outro lado, numa outra ilha, temos aqui a influência, a intervenção por parte de alguém que na verdade não se assume claramente como Presidente do



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Conselho de Administração, mas, só por si, isso prova a mesma segurança, porque normalmente quem puxa dos galões são as pessoas mais inseguras, e a Sra. Doutora de certeza que não sentiu necessidade de o fazer porque é natural, mas também deve saber que quem recebeu a chamada sabia que estava a falar com a Dra. Olga Freitas, que não era uma pessoa qualquer, nem uma médica qualquer.

É uma médica com muita experiência e que, além disso, também é presidente do Conselho de Administração do Hospital.

Portanto, estes são elementos de pressão, quer queiramos, quer não. Na minha opinião é assim.

Na sua opinião acha que, mesmo com a melhor das intenções, será que não acabou por contribuir para tornar esta situação ainda mais difícil para a médica coordenadora e dessa forma em vez de ajudar desajudou?

Terceira pergunta:

Sabendo que a intenção da Sra. Doutora era sobretudo intervir no caso relativo a São Jorge, por que é que não entrou em contacto com a médica ou o médico da Graciosa?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Pela última pergunta.

Entrei em contacto para saber qual era a situação, porque podia ser mais grave do que a de São Jorge. Tinham-me dito que era uma febre, mas tinham que saber o que era a paragem. Eu tentei... Mas quando entrei em contacto foi-me dito da parte da Dra. Helena que a situação já estava resolvida e eu, pronto... Se já está resolvida, decidiram isso entre a Dra. Helena e a colega de pediatria do Hospital de Angra. Aí não... Pronto!

Essa situação... De tal maneira que a última vez que eu tenho a intervenção para a Proteção Civil com a Doutora Manuela Henriques, “ó Doutora, mas isso já está...”.

Houve um contacto. Como a senhora sugeriu, que a pediatria de Angra ajudasse (ela disse ao colega, porque foi com quem eu falei antes, mas o colega passa o turno à colega que é a Dra. Helena Campos) eles falaram entre si e consideraram as duas que a situação... “a criança vem amanhã para ser observada em pediatria, não é preciso uma transferência de helicóptero”.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, foi só para perceber, porque o facto de ser grave em São Jorge não quer dizer que a situação da Graciosa não fosse mais grave. Às vezes só porque me dizem que é mais grave, eu tenho sempre que ver.

Aliás, era umas das coisas que eu quando fiz a urgência, quando me passavam os doentes, eu ia sempre verificar se aquilo que me tinham dito era real, porque muitas vezes os colegas... Tem muitas vezes a ver com a comunicação e por vezes nós somos maus comunicadores, ou porque estamos com pressa e há coisas...

Às vezes há pequenas coisas que a gente vê, basta olhar para o doente.

Quando a gente está a decidir sem ter o doente à nossa frente ainda temos que fazer mais perguntas e é preciso ter muita experiência para fazer as perguntas certas, na altura certa, para depois não sermos enviesados nos nossos raciocínios. Foi só por isso, não foi no sentido de empatar a vinda da Graciosa, porque se a Graciosa fosse mais grave, eu diria dizer à colega. “olha colega, eu interfeiri primeiro sobre São Jorge, mas afinal a Graciosa é mais grave”. “Pronto! Ok! A colega decida”. Como disse sempre, “a decisão é sua!”.

Relativamente a isso, está justificado por que é que...

Relativamente ao stress da médica coordenadora, porque eu sou Presidente do Conselho de Administração, acho que não e vou explicar-lhe porquê. Eu conheço a Dra. Manuela, porque ela fazia parte da Comissão de Farmácia do Hospital de Ponta Delgada e houve um período em que eu fui Diretora Clínica e nós tínhamos umas reuniões mensais das Comissões de Farmácias inter-hospitalares, e a Dra. Manuela costumava fazer parte, por parte de Ponta Delgada, através de Skype.

E eu conhecia-a por Skype e nós falávamos. Ela até já me conhecia.

Portanto, acho que não houve... Nem eu fui intimidatória. Se ouvirem, eu nunca fui intimidatória. Até disse várias vezes (há aqui uma frase que eu ainda não... para não estar aqui a dizer aqui aquilo que não disse) à Doutora, disse mesmo: “eu compreendo o vosso trabalho, eu não quero de maneira nenhuma estar a interferir, era só perceber qual é que vai ser a decisão”, porque eram 22h00 e não havia decisão.

O meu grande problema é que se isso tivesse sido resolvido no *timing* correto, às 18h00 o colega telefonou, às 18h24 chegou a equipa, se a equipa tivesse sido logo alertada que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

tinha um acidente em São Jorge, se calhar às 18h30, ou às 18h40 podia ter saído para São Jorge e depois...

A primeira chamada da Graciosa é às 20 e qualquer coisa... 21 horas... Graciosa... 20h38, é a primeira chamada da Graciosa, enquanto que a primeira chamada de São Jorge, embora os doentes ainda não tivessem lá chegado, mas alertava que era uma situação muito grave, eram 18h02 minutos. O acidente foi às 17h26 e eles chegaram 18h26, praticamente uma hora depois, depois do desencarceramento que eles chegaram ao Centro de Saúde da Calheta.

Portanto, eu acho que não condicionei nenhum stress na médica reguladora. Aliás, os médicos reguladores têm que estar prevenidos quanto ao stress. Só o ter que regular já são fatores de stresse.

Eu acho que não tenho, nunca tive uma atitude intimidatória. Eu não intimido ninguém. Falei de uma forma... Não fui nada agressiva com ela. Não disse: “você tem que fazer isto!”. Não!... Não fiz nada disso.

Eu disse sempre: “a decisão é sua! Faça o que entender!”.

Não sei se respondi.

Estava-me a perguntar quem recebeu a chamada...

(* **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Se tinha sido contactada pela sua prima...

(* **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas)**: Se eu tivesse... De facto, se eu não soubesse não podia intervir. Se as coisas não existem nós não podemos fazer nada.

Deputado Paulo Mendes (BE): Mas existiam!

A Oradora: Mas existiam! Mas eu tinha que ser informada.

(* **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Independentemente de ter sido informada [impercetível]

(* **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Se eu tivesse sido informada que havia um caso que já estava há 3 ou 4 horas no Centro de Saúde, que era um TCE, e que ninguém... eu intervinha! Aliás, intervimos já noutras situações. É um dever público e eu tenho um dever público. Se eu souber eu intervenho.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Mesmo que eu não tivesse no hospital, que por acaso estava, se estivesse em casa, tinha-o feito da mesma maneira através do meu telefone de casa.

Portanto, isso é uma coisa... Sempre que eu sei que há qualquer coisa eu intervenho.

Se me é pedido superiormente, mas tanto faz ser a tutela ou alguém de base que me peça uma coisa, eu faço-o imediatamente. Ainda ontem à tarde, eram 7h00, eu ia a sair e alguém me liga (que não é familiar) que havia um pedido e que administração não tinha despachado.

“Então, mas não despachou porquê?”

E eu voltei atrás. Então era um pedido, sem sequer... Era de uma lâmina, que é um diagnóstico. O serviço estava fechado. Entrou às 5 da tarde. Só esta manhã é que se pôde resolver.

Portanto, eu, sempre que alguém me pede uma coisa, eu tento resolver o mais rapidamente possível.

Mesmo que não fosse meu familiar, se eu tivesse tido... Se eu soubesse! Aquilo que eu não sei, não posso intervir.

Presidente: Obrigado, Sra. Doutora.

Sr. Deputado Paulo Mendes está satisfeito por agora?

Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Doutora Olga Freitas, a minha questão prende-se essencialmente no seguinte:

Com base na sua experiência profissional, é prática habitual ter evacuações em simultâneo, ou seja, na mesma viagem evacuar dois utentes, ou duas evacuações? Se é prática habitual, tomando a sua experiência?

Também para que não fique aqui qualquer tipo de dúvida, no seu entender, a situação da utente da Ilha de São Jorge era mais grave do que a situação da Graciosa? – outra pergunta.

E também para finalizar, e para corroborar um pouco aqui a situação que o João Vasco já disse, sendo Deputado da Ilha Graciosa, tenho notado que há de facto muita pressão (é um facto) das famílias para as evacuações, nas situações graves.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, eu sei que muitas das famílias entram em contacto com muita gente, com Presidentes de Câmara, com os próprios Deputados, para ajudar a resolver a situação. Por isso eu corroboro com a situação que é muito complicado. Esse drama fora do hospital é muito complicado de gerir.

Era esta a questão e era a resposta a estas duas questões.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Certo. Obrigado.

Relativamente às evacuações em simultâneo, por vezes acontecem. Não são muito frequentes, mas se calhar no futuro vão ser mais frequentes, porque as pessoas são mais exigentes, a situação tem-se alterado nos últimos anos.

Eu vou dizer-lhe, eu nunca fiz evacuações quando não havia equipa de evacuações. Cheguei a ir a São Jorge buscar pneumotórax, mas na altura não estava criado, era quando éramos todos voluntários. Aí cheguei.

Depois de serem criadas as equipas de evacuações no hospital de Angra e isso, eu nunca fiz parte da equipa de evacuações. Particpei como médica que fazia urgências e era chefe de equipa e tinha que decidir. Na altura não havia a figura do regulador. Portanto, não tenho essa experiência de andar nos helicópteros porque aí, quando andei não havia equipas. Cheguei a ir, mas há muitos anos, no meu tempo de agir voluntária.

Duas evacuações em simultâneo não é assim tão frequente como isso, mas acontece, e acontece três, quatro, cinco vezes por ano. E outra coisa que tem vindo a acontecer cada vez mais é a necessidade de transportar doentes para hospitais centrais, quer para o Hospital de Angra, quer do Hospital de Ponta Delgada, situações porque a medicina avançou, as técnicas são cada vez mais complexas e há 3 ou 4 situações que a Região tem necessidade de enviar para hospitais do continente.

São sempre as equipas de evacuações que vão acompanhar, que é a tal segunda equipa que a Dra. Carla falava. A Dra. Carla quando intervém nesse processo fala que há uma segunda equipa. A segunda equipa não existe em termos de escalonamento, mas existe quando é preciso, e normalmente nós conseguimos, mas é por andar a pedir aos colegas, porque não está definida a segunda equipa. Está definido o pagamento da segunda equipa,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

isso está definido em portaria, mas ela não está em escala. Não há um escalonamento da segunda equipa.

Quando é necessário, dentro dos colegas que fazem evacuações, nós conseguimos sempre e temos conseguido sempre, mesmo para evacuar os doentes de Ponta Delgada, temos conseguido sempre uma segunda equipa, porque nesse caso, não é o caso de ser em simultâneo, é que nós não podemos deixar a Região sem ninguém e pôr uma equipa a viajar para o continente, e entretanto surge uma inter-regional e nós ficamos sem nenhuma equipa, porque a equipa que vai a Lisboa, ou vai ao Porto ou vai a Coimbra, por vezes demora mais do que 24 horas, depois no regresso ela vem num voo normal.

Portanto, como lhe digo, as evacuações em simultâneo não são todos os dias, mas acontecem. Posso dizer que não.

Quanto à gravidade das situações, vamos ver. Eu já disse aqui que um TCE tem vários graus de gravidade. Aquele TCE é de grau moderado...

Deputado José San-Bento (PS): Ó Doutora, se não se importa, fale português. TCE, nós...

A Oradora: É traumatismo crânio-encefálico.

Deputado José San-Bento (PS): Eu sei, mas talvez as pessoas aqui... Por acaso esse eu sei.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É um defeito genético.

Deputado José San-Bento (PS): Jargão, não, por favor.

A Oradora: Com certeza, desculpe lá.

O traumatismo crânio-encefálico, depende da gravidade.

Ela tinha critérios para fazer de imediato uma TAC, se tivesse TAC em São Jorge (não podemos ter TAC em todas as ilhas) era logo de fazer o TAC, se o TAC não tivesse nada, ela podia sempre ser transferida, mas não ia ficar em São Jorge, porque depois pode agravar e ela tem que estar numa equipa onde há neurocirurgião, porque as horas seguintes são imprevisíveis.

O problema que se coloca aqui é assim: no caso de São Jorge, já havia critérios de gravidade e a situação é imprevisível. Não há ninguém, nem um perito, nem um neurocirurgião que possa prever se aquela jovem vai fazer um grande hematoma ou não,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

e se for muito grande tem que ser drenado, se não dar compressão cerebral e dá morte. Isso já nos aconteceu, aqui. Não vou dizer nomes, como é óbvio, mas já tivemos nesta ilha uma TAC, com neurologia, casos em que estava tudo bem, o Glásgow era de 15, foi para enfermaria, durante a noite a situação agravou-se e no seguinte já não deu tempo de ir para São Miguel. Já tivemos.

Tivemos outro caso que estava em São Jorge, era de São Miguel, devia ter ido logo de São Jorge para São Miguel, e não, decidiram aqui na Terceira que ele vinha para aqui porque tínhamos neurologia. Chegou cá, por acaso a TAC também estava avariada, às vezes não é avaria, às vezes é porque a TAC está em manutenção (só temos uma TAC) e o caso em questão foi à Praia da Vitória, depois da Praia da Vitória veio para o Hospital, era uma situação muito grave, chegou a São Miguel morto. Esse deu um processo. Foi numa Páscoa. Nesse dia houve duas em simultâneo, já há alguns anos.

Portanto, essas situações também...

No caso do traumatismo craniano é imprevisível. No caso da convulsão febril não é imprevisível, a não ser que tivesse “nasmeníngios”. Não tinha. Não havia nada que fizesse prever que aquela criança nas próximas horas a situação se ia agravar e era complexa, que ela não podia vir no outro dia de manhã. Era isso. São situações que não são comparáveis, embora, porque eu agora tive acesso e os jornais dizem, que as duas situações eram comparáveis. Não são e eu não posso ser juiz em causa própria e perguntem aos peritos. As duas situações não são comparáveis.

E mais. Os jornalistas devem ser independentes. Quer dizer, ouviram a mãe da criança da Graciosa, e muito bem. Eu percebi. A senhora até esteve muito bem. A senhora estava aflita, era o seu filho. Com certeza, eu percebo perfeitamente, mas não ouviram a família de São Jorge, também não sei porquê. Não sei se tentaram e a família não quis, isso também não sei, porque não falei com eles. Se calhar até podem ter tentado e família se ter recusado. O facto é que só ouviram uma parte e isso aí também me deixa... Há sempre os contraditórios que têm que ser feitos.

Portanto, as situações não eram iguais. É a única coisa que me vou bater. As situações não eram iguais.

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Ramalho está satisfeito.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho várias questões para lhe colocar, mas só pegando nas suas últimas palavras.

Se as situações não são comparáveis, então não pode dizer que uma é mais grave do que a outra, Dra. Olga. De facto, se não são situações clínicas iguais, não temos aqui duas situações para estabelecer com um tipo de comparação. Temos, antes sim, se calhar, escalas de avaliação de risco que são aplicadas aos doentes e que seguramente a médica reguladora da SIV e o médico que estava no local seguramente aplicou escalas de riscos, se calhar uma jovem que tem um Glásgow de 14, tem outros sinais e não está aqui em causa que carece de ser transferida para um centro diferenciado de fazer uma TAC, e isso não está aqui em causa, até porque tem um Glásgow de 14. Obviamente que a escala de Glásgow é escala clínica de avaliar o estado de consciência da doente, vai até ao máximo de 15. Portanto, o estado de 14 ainda nos dá uma margem de segurança, ou alguma margem de manobra para podermos de forma mais calma, e não imediata, acionar toda o processo de evacuação.

Esta escala de risco, os médicos reguladores também as têm e permitem à distância, com base em critérios clínicos, nomeadamente pressão arterial, frequência respiratória, saturação periférica de oxigénio, estado de consciência, analisado através desta escala de Glásgow, estabelecer scores ou pontuações de gravidade.

É óbvio que uma convulsão febril... Se a convulsão é tratada, a criança lentamente recupera, mas estamos a falar de uma criança que efetivamente teve uma depressão de estado respiratório, e isto, perante uma mãe que vê uma criança a convulsipar, com depressão de estado respiratório, além disso tem uma equipa médica que obviamente (e não digo isto a prejudicar os colegas) não tem diferenciação para intervir se de facto a depressão de síndrome respiratória evoluir para uma paragem respiratória, é normal que a mãe da criança se sinta extremamente aflita e incomoda pelo risco eminente de morte daquela criança. Pronto, isto era a primeira questão, sobretudo se não são situações iguais e incomparáveis, então não se pode dizer que uma é mais grave do que a outra.

Mas também falou aí das questões familiares e da jovem de São Jorge, que é um segundo caso na família. Já tinha havido uma história de um traumatismo crânio-encefálico e que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

a família estava muito alertada e obviamente também tinha algum grau de ansiedade. Isto é o mesmo que ocorre à família da Graciosa, e quando diz que os médicos têm que ser capazes de tranquilizar, face à situação clínica que estão a avaliar, transmitir o potencial grau de gravidade, mas que estão a tratar das coisas e em tempo útil a doente seria referenciada e transferida para um centro diferenciado.

Independentemente de não termos acesso às gravações e independentemente do inquérito também já percebemos, com todos as suas respostas que a Dra. Olga infelizmente não reconhece que haja aqui qualquer tipo de ilegalidade (vá!), algum tipo de ilegalidade nas suas atuações.

Já percebi que também há alguma confusão (e esta situação penso que só vamos conseguir ultrapassar quando tivermos acesso às gravações) quando diz que quando interveio no processo a decisão não estava tomada. Não é isso as informações que nós temos, mas isso tem a ver também com as notícias que saem nos jornais e que podem ser meramente especulativas, e nós não vamos saber enquanto não tivermos acesso às gravações, mas o que é certo é que está escrito que já estava decidido que seriam as duas em simultâneo. Esta informação terá de ser obviamente confirmada.

Depois, admita-me que lhe diga que é a partir do momento que a Dra. Olga liga para as unidades de saúde, está a intervir! Está a intervir! Não é sua função!

Surpreende-me, depois desta situação desagradável, que também acredito que não goste de ver o seu nome nos órgãos de comunicação social, de estar exposta a todo este frenesim, vá, que me diga que é um dever público intervir e que vai continuar a intervir, mesmo que não seja da sua competência, quando está bem explanado no despacho que não é da competência da Presidente do Conselho de Administração intervir em qualquer evacuação. E a senhora só neste caso teve qualquer interferência, porque tinha uma familiar sua, senão não teria acesso, nem sequer teria qualquer tipo de conhecimento.

É verdade que os médicos muitas vezes são contactados a dar a sua opinião, mas até neste caso, nenhum dos casos em concreto, seria da sua especialidade. Tínhamos uma criança que seria contactada pela pediatria, teríamos uma criança que o médico se tivesse alguma questão eventualmente poderia contactar alguém do foro da neurocirurgia, do foro neurológico, ou quanto muito dos colegas que estavam no serviço de urgência.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Eu penso que ouvi bem, inicialmente até a Dra. Olga terá dito que estava em casa...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Não, não!

A Oradora: Então, peço desculpa. Fui eu que não percebi bem. Mas inicialmente teria percebido que estava em casa e que lhe teriam ligado.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Não, não. Estava no hospital.

A Oradora: Portanto, face a situações, que até podemos fazer um tipo de analogia e relembrando a situação que aconteceu com o Presidente do INE, depois da questão do helicóptero, face a este frenesim todo, ao facto de ter o seu nome todo na comunicação social, de estar exposta a isto tudo, fico com alguma estranheza que me diga que vai continuar a intervir, mesmo que não seja da sua competência, quando neste caso específico não é claramente da sua competência.

Por último também, inicialmente a Dra. Olga terá dito que foi a Diretora Clínica que sugeriu que ligasse à equipa médica, ou neste caso, que ligasse diretamente à Dra. Lúcia Fraga, quando isto não é uma competência da sua parte. Eu gostava que esclarecesse melhor esta questão.

Para finalizar, eu lamento profundamente as declarações do meu colega, Deputado José San-Bento, quando diz que o PSD já traz as conclusões de casa. Lamento imenso, porque isto foi um trabalho que foi feito, é um trabalho que nós temos acesso à mesma informação que o senhor teve, mas também lhe digo que é um trabalho que me dá algum prazer de o fazer, porque gosto de fazer o meu trabalho de casa, sem sombra de dúvida, e que resulta muito do contacto direto com os próprios.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Doutora Olga...

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha**

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Na sua primeira intervenção, agora a Dra. Mónica falou na questão da morte da criança com convulsão febril.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Na morte, não!



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Oradora: Que podia morrer.

Não há casos descritos de morte por convulsões febris simples.

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Não há casos descritos na literatura. Isso é uma das coisas que está bem explícito.

Se houvesse... A não ser que a situação de base fosse uma meningite, sim senhora. Não havendo uma situação de base de gravidade... Não é a convulsão febril em si, a não ser que a situação que leva à convulsão febril é de tal gravidade que pode estar na origem de uma morte. Não há casos descritos desses. E quando lhe disse que não são comparáveis com certeza que estou a admitir qual é o mais grave ou o menos grave.

A colega diz... A Sra. Deputada diz que eu digo que não são comparáveis, logo não sendo comparáveis não estou a pôr qual é mais o grave e qual é o menos grave. É isso que disse, não?

Presidente: Eu agradeço que... Peço desculpa, mas não estabeleçam diálogo.

A Oradora: Quando digo que não são comparáveis, é que um tem um índice de gravidade que é superior ao outro, porque comparando um traumatismo crânio-encefálico com convulsão febril, são situações que não são comparáveis, porque as gravidades não são comparáveis, são diferentes.

A previsibilidade de uma situação com traumatismo crânio-encefálico é muito diferente de uma situação de uma convulsão febril numa criança entre os 0 e os 5 anos, porque se for depois dos 5 anos já não podia dizer isso, Dra. Mónica.

Até aos 5 anos são as convulsões febris que são muito frequentes e que acontecem, não digo todos os dias, mas sobretudo nos períodos de inverno em que há muitas infeções respiratórias, não são situações de gravidade que imponham transferências. São situações muito aparatosas, são!

E eu quando falei do caso de São Jorge e da ansiedade, não era para comparar a ansiedade. A ansiedade da mãe da criança é muito superior à dos de São Jorge, possivelmente, e além disso o médico de São Jorge esteve muito bem, porque acho que também as famílias,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

embora a mãe não estivesse presente porque estava na Terceira, estava lá o pai e estava lá os amigos, e estavam a pressionar. Mas o médico de São Jorge esteve muito bem, foi explicando a par e passo o que se passava e não houve nenhuma reclamação. As pessoas de São Jorge aguardaram, esperaram.

A jovem estava sonolenta, a jovem teve que fazer Manitol no transporte (pode ser discutível também, mas fez, ok, decisão de quem a transportou), mas o facto é que foi sempre tido como sendo uma situação de grande gravidade, até que fez a TAC, tinha contusão hemorrágica e que depende da localização onde ela está, Dra. Mónica. Há lugares que podem deixar sequelas para sempre. Um derrame cerebratenóide pode ser grave. Conteve-se porque foi uma jovem, porque se fosse uma pessoa mais idosa,...

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Claro! Eu sei. Estamos a falar na base da ciência, do que está escrito.

Eu aqui não tenho nada que me defender em termos clínicos. Se há alguém para me defender... Vão a um perito. Os peritos é que têm que ver isso, não sou eu. Eu não posso ser juiz em causa própria, embora eu não tenha que ter esse tipo de discussão. Essa discussão, havendo dúvidas, chamam um pediatra credenciado, chamam um neurocirurgião, e dizem se é igual ou se não é igual. Não sou eu. Não vou ser eu a decidir a mim própria. Não faz sentido.

O que é que a Sra. Doutora me perguntou mais?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Se tinha contactado diretamente a Dra. Lúcia Fraga?

A Oradora: Mas isso eu já o disse, que eu contactei.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Quando falou que a diretora clínica tinha sugerido...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sugeriu, porque eram já quase 22 horas, eram 9 e meia, e ela não sabia de nada, e a Dra. Maria sugeriu, que era a diretora clínica de então, que fosse contactada.

Por que é que foi eu?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Há um processo na inspeção e o processo na inspeção tem lá as coisas todas e irá esclarecer tudo.

Portanto, há coisas que como o processo ainda não é público, nem eu sei. Só sei as declarações que prestei. O que os outros prestaram, não sei.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Mónica.

Não é questões adicionais, volto a reforçar.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Não. É só se teria respondido. Acho que fui bastante clara...

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Afirma muitas vezes se eu teria... Eu intervenho porque qualquer um de nós... Posso não é que resolver. Intervenho no sentido de alguém que tem poder em resolver. No caso, quem tinha o poder era a Dra. Manuela Henriques, não era eu. Foi por isso que eu liguei à Dra. Manuela Henriques, como é óbvio.

Quem tem o poder aqui é a Dra. Manuela Henriques que é a reguladora. Portanto, se me pedem de uma coisa que não posso resolver, que não é das minhas competências, eu vou a alguém com as competências, a tentar que as resolvam o melhor possível. Quando eu falei com a Dra. Manuela Henriques era para ela averiguar as situações e ver qual era... Se eram em simultâneo ou não eram em simultâneo, eu não decidi nada disso. Eu nem sequer falei sobre a simultaneidade das evacuações.

Alguém me perguntou se era habitual e eu não respondi.

Voz não identificada: Já respondeu.

A Oradora: Já respondi? Insisti.

Se se fazem em simultâneo, se se fazem de dois doentes de uma vez, normalmente isso é uma decisão da pessoa que vai acompanhar. O médico que vai fazer a transferência dos doentes é que depois de avaliar os doentes percebe se pode levar dois ou não. Às vezes nem sequer é a reguladora. Aí é a equipa de transporte que vai com os doentes é que pode decidir se leva um, se leva dois, quais são... É que decide!

Presidente: Muito obrigado.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sim, mas se a Dra. Olga diz que não decidiu, diz que não teve ação, mas o que é certo é que já disse aqui que ligou três vezes: “ó colega faça aquilo o mais rápido possível”, está a pressioná-la.

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** “Faça o que entender!”.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Mas há bocadinho disse que numa das vezes disse “ó colega, faça aquilo o mais rápido possível”.

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Por acaso acho que não disse.

Presidente: Desculpem, mas não vai haver diálogo.

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** A Doutora vá ver as gravações e vá ver o que é que eu disse.

Presidente: A Sra. Deputada Mónica tem alguma questão adicional... Questão adicional, não, é uma maneira de dizer. Fica para outra etapa.

Sr. Deputado Carlos Ferreira...

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria também cumprimentar todos os colegas.

O Sr. Deputado José San-Bento afirmou que “a regra de funcionamento do Serviço de Evacuações Médicas é idónea e íntegra” e acrescentou que “estamos aqui a falar de uma situação excecional”.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, nós ao trazemos conclusões de casa,...

Deputado José San-Bento (PS): Trouxeram!

O Orador: ... nós temos o direito e o dever...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor nem estava aí!

Presidente: Não vai haver diálogo. Já está inscrito. Fala depois.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Pode-me interpelar, não tem problema.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Orador: ... de fazer chegar tudo ao nosso alcance para apurar as circunstâncias exatas em que ocorreu esta situação que, como o senhor referiu, é uma situação excepcional. Pelo menos nós esperamos que seja e que se torne regra da *[impercetível]*.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe que é, perfeitamente.

O Orador: E para apurar por que é que uma criança de 13 meses foi preterida, em favor de um paciente em grau de gravidade clínica, pelo que foi tornado público e por coincidência, ou não, era familiar da Sra. Presidente e para garantir também que as interferências não se tornem a regra, quando alguém familiar ou conhecido de quem tem poder, pois só assim é possível garantir a idoneidade e integridade que o Sr. Deputado aqui referiu.

Presidente: Eu lembro que quem está a ser ouvido é a Dra. Olga.

O Orador: Relativamente à Dra. Olga, que referiu que não defendeu o seu cargo, a verdade é que a senhora utilizou o seu cargo e também referiu que interveio, como diz, porque é uma pessoa humana, e que sendo um familiar, não havia razão e tinha que intervir para ajudar.

Eu fico já muito preocupado e fico ainda mais preocupado e pergunto muito diretamente, Sra. Doutora, e eu como lhe ligo se não tenho o seu número de telemóvel? E os açorianos que não têm a quem ligar?

Que garantias é que podemos ter de que numa situação análoga, eles próprios, com os seus filhos, não voltam a ser preteridos para ser dada prioridade a um familiar ou alguém conhecido de alguém que tem o poder de intervir ou de decidir?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (Dra. Olga Freitas): Sr. Deputado, os açorianos são cidadãos privilegiados.

Qualquer açoriano tem sempre alguém a quem falar. Se não é ele, é o seu vizinho. Liga a um qualquer representante do povo. Qualquer um dos Srs. Deputados se tiver um problema ou se souber que o seu vizinho... e ligar para o Hospital de Angra, qualquer médico vai tentar resolver. Se não resolver, e se chegar à Presidente do Conselho de Administração, só se nós não pudermos resolver. Nós resolvemos. Sempre que nós temos conhecimento de uma situação de gravidade nós tentamos resolver rapidamente.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Como sabe, hoje em dia as comunicações entre as pessoas é muito fácil e eu não fiz de modo nenhum...

Eu quero que você ponha as questões ao contrário. Eu não posso deixar de intervir. Se eu intervenho em todas as situações, por que é que eu não vou intervir só porque a jovem em questão ainda era meu familiar? Ponha a questão ao contrário.

Você tenta, na sua missão de Deputado, fazer o melhor por aqueles que o elegeram. Se for alguém da sua família, mesmo que não seja alguém da sua família, que é que o tenha eleito, portanto que tenha votado no seu partido, você não deixa de o ajudar. Certo? Ponha as coisas ao contrário.

Apontem-me o primeiro caso em que me pediram alguma coisa e que eu não tivesse ajudado. Não é por ser Presidente do Conselho de Administração. Já tive períodos em que não fui.

Sempre que alguém me pede alguma coisa... Marcações de consulta. Eu vejo 10 doentes, 12 doentes. Mas se me pedem alguma coisa, eu não vou tirar nenhum doente para ver mais um, eu ponho é mais um, mais dois, mais três, mais aqueles que forem precisos, sempre que são situações que sejam necessárias. Se for uma situação que pode esperar, com certeza que vai aguardar, mas sendo situações graves eu nunca fecho os olhos; 24 horas por dia eu estou com o meu telefone à disposição das pessoas.

Portanto, nessa situação eu estou muito à vontade para o fazer. Quem não deve, não teme.

Portanto, eu fiz aquilo que a minha consciência me disse para eu o fazer. Eu fi-lo.

Vai-me perguntar, aliás, a Dra. Mónica já me perguntou, se eu voltaria a fazê-lo: voltava a fazê-lo, mesmo sabendo que vocês podem... porque eu não estou presa aos cargos. Eu estou presa à minha consciência, eu sou médica. Pelo facto de eu ser Presidente do Conselho de Administração, eu não deixo de ser médica.

Se alguém me pede uma coisa que está na minha área, que é dos meus conhecimentos, eu tento falar com os colegas.

Eu não obriguei. Eu tive uma intervenção. Eu não fiz uma interferência. Eu não intervi. Eu disse sempre à Dra. Manuela que ela decidisse como entendesse, porque ela era a decisora.

Não sei se o esclareci.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, pela réplica, porque não nos conhecemos, Dra. Olga, e dessas suas explicações, mas fiquei ainda mais preocupado,...

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Pronto! Tem todo o direito.

O Orador: ... porque em matéria de saúde nós temos um Serviço Regional de Saúde, efetivamente, mas não considero que os açorianos sejam privilegiados, muito pelo contrário, há milhares de açorianos inscritos em listas de espera cirúrgicas, por exemplo, e à espera de consultas e na Ilha do Faial, que é aquela que eu conheço melhor, há centenas de pessoas a aguardar há meses por cirurgias e por exames clínicos, e aguardam, aguardam, aguardam. Portanto, não se sentem nada privilegiados.

Por outro lado, eu não considero que nós vamos ajudar, no caso de quem desempenha cargos políticos, apenas aqueles que votaram em nós.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Não, não! De modo nenhum. Não foi isso que eu disse. Não foi isso que eu disse!

Presidente: Vai ter oportunidade de falar a seguir. Peço desculpa.

O Orador: Portanto, eu fico preocupado, porque fico com a clara perceção de que quem não liga a alguém conhecido, ou quem não tem mesmo a quem telefonar, fica claramente preterido perante as pessoas que têm essa sorte e não é isso que se pretende.

O que se pretende é que o sistema funcione, como disse e muito bem, o Sr. Deputado José San-Bento, de forma idónea e íntegra para todos os açorianos da mesma forma.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sim senhor.

O Orador: Voltando a pedir desculpa porque nós não nos conhecemos, fico com a sensação de que a Dra. Olga não conhece muito bem a escolaridade do povo, dos açorianos que estão na rua e que têm situações destas todos os dias, não apenas...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Sr. Deputado, eu sou do povo! Sou do povo, sou de uma freguesia!

O Orador: ... numa situação excepcional.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Está a ofender-me.

Se há uma pessoa que conhece a realidade do povo, eu acho que como muitos... Eu não estou a dizer... Não me conhece por isso está a dizer isso.

Eu conheço a realidade do povo e quando eu disse que os açorianos eram privilegiados era no sentido da facilidade com que nós todos temos de comunicar uns com os outros. Não disse que eram privilegiados relativamente às listas de espera.

Se quiser nós cheguemos lá. Se calhar, em Portugal inteiro, há listas de espera. Quase todo o Serviço Nacional de Saúde está a passar por uma crise. Não foi isso que eu disse. Se calhar não me fiz perceber. A gente às vezes... A comunicação... Mas não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que a facilidade de comunicação entre nós... Entre os açorianos há uma grande proximidade. Qualquer açoriano tem sempre alguém, nem que seja o pároco da sua freguesia, para se ir queixar e rapidamente é conduzido à assistente social.

Portanto, o sistema, a rede de apoio... Eu sei que nos Açores há problemas... Nós temos pobres, temos pessoas com muitas dificuldades. Eu não estou a dizer o contrário, nem estou a escamotear isso.

O que eu estou a dizer é que está a criada uma rede de acesso, a não ser que as pessoas desistam, há situações de doença que muitas vezes as pessoas desistem de proclamar os seus direitos, mas desde que os proclamem, está instituído nas ilhas, na Região Autónoma dos Açores, desde há muitos anos, uma rede de ajuda, de interajuda entre as pessoas.

Já alguém aqui hoje disse, e é verdade, as pessoas queixam-se ou nas câmaras... Queixam-se àquelas pessoas que têm algum poder e quem tem algum poder, tem por obrigação, sobretudo se for um cargo público, tentar resolver o problema, seja ele a quem for, não disse que era àqueles que o elegeram. Não foi isso que eu disse. Foi absolutamente o contrário. É a todos. Se calhar não me expressei bem.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Nós estamos aqui para ajudar não é a quem nos elegeu ou deixou de eger. É para todos. Isto é uma sociedade democrática, com uma cultura democrática, com pilares institucionais e com pessoas, porque não há instituições sem pessoas. E eu sinto-me uma pessoa que está numa instituição e que tem os seus deveres.

Eu, muitas vezes, não consigo resolver os problemas. Se o Sr. Deputado me pedir para eu resolver os problemas da lista de espera de ortopedia, claro que eu não tenho capacidade de a resolver, porque tenho só 2 colegas ou 3 e eles não têm capacidade de resposta para as necessidades que existem. Isso é outra situação. Eu percebo a colocação...

A gente faz tudo o que é possível.

Agora que os açorianos, nalgumas áreas, não são tão prejudicados como as pessoas que estão no continente, é verdade. A proximidade das coisas, as instituições, um hospital excelente, temos um hospital com condições... e até humanas, com alguns problemas. Problemas existem, não estou a dizer, nem estou a escamotear os problemas. Temos que arranjar as soluções.

O que eu disse foi que, se eu tivesse naquela noite, se não fosse da minha família, que por acaso disse logo, “por acaso é meu familiar”... Não fui hipócrita! Eu podia ter sido hipócrita!

Eu sou Presidente do Conselho de Administração, logo eu não posso dizer isso, mas eu não fui hipócrita. Fui sincera, se calhar demais. Podem dizer-me que eu fui ingénua, talvez, mas eu não fui hipócrita. Portanto, foi nesse sentido.

Qualquer pessoa, e é importante escalonar, as gravidades das situações para a gente perceber. Até pode haver três em simultâneo, há duas, pode haver três.

Se houve um acidente em duas ilhas, há vários para serem transferidos. Temos que ter a possibilidade de tentar escalonar as gravidades. Foi isso que eu disse.

Presidente: Muito obrigado. Sr. Deputado Carlos Ferreira, tá.

Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dra. Olga pela sua presença.

Já percebemos que intervém regularmente ou quando necessário nas evacuações.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Nas evacuações... Quando eu falei em situações...

Presidente: Sra. Doutora Olga, eu peço desculpa, mas na metodologia que mantemos aqui, tem a possibilidade de dar resposta.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Desculpe, Sr. Presidente.

O Orador: Percebemos que intervém e que acha que deve intervir sempre que necessário. Pronto!

Só há aqui uma coisa. Eu também sou novo nestas andanças e se calhar as pessoas também precisam de perceber. Que tipo de intervenção, enquanto Presidente do Conselho de Administração, tem nestas situações?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha

Terceira (*Dra. Olga Freitas*): Eu não disse nas evacuações. Eu disse que intervinha em muitas situações que chegam ao Conselho de Administração, tentando que as pessoas de direito...

O que eu disse foi: normalmente não sou eu que as resolvo, porque há pessoas que são responsáveis. Há uma distribuição de poderes, há delegação de poderes dentro de uma instituição muito grande como é um hospital e está definido que nessas situações quem decide é o colega regulador.

Só em situações excepcionais, no ponto 17, que diz pode ser... Está lá tudo descrito.

Portanto, o que eu disse, foi, como uma figura pública (estavam aqui a acusar que as figuras públicas não podem intervir porque...) só se eu não posso resolver as situações que me são colocadas por outras unidades de saúde. Não sou eu que as resolvo, vou tentar que alguém as resolva.

Se alguém me põe o problema... Ainda esta semana houve uma unidade de saúde que me colocava o problema de um doente que foi tratado no Hospital que Angra e que teria que fazer radioterapia e que ninguém tinha solicitado e que agora estava lá a pedir ao seu médico de família para lhe passar a radioterapia e o médico de família, e muito bem, dizia que não lhe passava, quem tem que passar é no hospital central, ou regional, neste caso, o médico que a tratou.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O que é que eu fiz? A médica não sabia resolver o problema. Colocou, e muito bem, ao Sr. Presidente do Conselho de Administração; o Sr. Presidente do Conselho de Administração colocou a mim; não sou eu que vou fazer o papel para o doente ir para a radioterapia. Falei com o colega, com o diretor do respetivo serviço, que por sua vez tratou.

Portanto, eu tenho permissão, eu ou a diretora clínica e nesse caso fui eu que o fiz, porque a diretora clínica não está esta semana... Muitas vezes eu acabo por tentar resolver as situações das pessoas ou pôr alguém a resolvê-las. Muitas vezes não sou eu. São as pessoas que têm isso a seu cargo.

Nessa noite, quem tinha a seu cargo esse compromisso, era Dra. Manuela Henriques. Foi por isso que eu telefonei à Dra. Manuela Henriques.

Presidente: Sr. Deputado...

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Então, por norma, o seu procedimento é ligar à médica reguladora?

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Se eu souber. Não sei todas as situações.

Como é óbvio não tenho que saber, nem poderia saber.

Se alguém me alertar, se algum dos senhores tiver alguém que está na sua ilha e que está não sei quanto tempo à espera e que ainda não está resolvido, ou eu ou a minha diretora clínica, normalmente esses casos, se tiver a diretora clínica, eu passo para a diretora... Naquela noite a Dra. Maria é que me pediu para eu é que falar com a colega, porque ela preferiu que eu falasse e acho que na sua... Ela foi ouvida e não sei o que é que a senhora disse, mas possivelmente disse-o.

Normalmente a diretora clínica vai tentar resolver com alguém que resolva a situação, não vai pressionar. Nós não pressionamos.

Se o colega... Posto o caso, visto o caso, às vezes os casos também não são como as pessoas o colocam.

Colocado o caso, como por exemplo, uma lista de espera, e muitos os doentes dizem que estão na lista de espera há não sei quantos meses, a gente vai ver, se ainda não chegou à



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

vez dele, é nossa obrigação, a do hospital, responder que está na lista de espera, qual é o local em que está e que vai ter ainda que aguardar x meses.

Presidente: Muito obrigado.

O Sr. Deputado está esclarecido?

Sr. Deputado José San-Bento...

(*) Deputado José San-Bento (PS): Eu queria apenas referir que nós estamos aqui numa audição muito específica, e eu não vou discutir as listas de espera. O país tem 200 mil, a Madeira tem 20 mil, os Açores tem 11 mil, muitos países por essa Europa fora, ou quase todos, têm listas de espera. Portanto, convém estarmos minimamente informados quando fazemos certas acusações.

Acho que se impõe aqui, ainda antes de fazer uma pergunta à Dra. Olga, queria reafirmar que o Serviço de Evacuações Médicas faz um trabalho extraordinário, salvando muitas vidas nos Açores ao longo do ano, e isso envolve muitos profissionais, envolve meios militares, envolve um conjunto de cooperações e de coordenações que têm que ser sempre acompanhadas e admito que possam ser afinadas e melhoradas.

Aliás, isso é uma das coisas curiosas que poderão resultar do dito inquérito urgente que está a ser elaborado e eu continuo a achar que, até prova em contrário, é uma entidade idónea e com procedimentos íntegros e é isso que interessa, independentemente de haver situações em que uma pessoa conhece uma pessoa que está próxima ou diretamente envolvida no processo e que a contacta. Isto são casos extraordinários, o que é bom que fique muito claro, e para isso basta ver o Despacho Normativo n.º 6/2014, 28 de março de 2014, que já foi aqui citado por alguns colegas, para dissipar as dúvidas que há uma preocupação em que este serviço funcione com independência, imparcialidade e com critério de natureza clínica. Portanto, queria reafirmar isso.

Dra. Olga, a última questão que queria colocar era a seguinte: algumas das notícias que vieram a público davam conta de ocorrências nestes termos, ou seja, já toda a decisão estava tomada e os procedimentos em marcha para proceder a uma evacuação conjunta, penso que num voo circular (parou primeiro numa ilha, depois noutra ilha; não sei primeiro qual seria as ilhas, mas de qualquer maneira seria uma evacuação em



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

simultâneo) e é referido que a senhora, por ordens da diretora do hospital, esse processo terá voltado atrás e terá sido dado prioridade ao caso de São Jorge.

Portanto, o que eu lhe queria perguntar é como é que comenta esta notícia e o que é nos pode esclarecer sobre essa atuação grave?

Muito obrigado.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Começando pela sua última questão, quando ouvir novamente as gravações vão verificar que quando eu tenho a minha primeira intervenção não estava nada decidido.

A colega ainda estava a falar com o Centro de Saúde, a tentar perceber as situações, e não estava decidido qual seria o trajeto do helicóptero.

E eu não tenho nenhuma intervenção no sentido... A única intervenção que eu tenho, que me invoca, ainda no sentido de alertar da gravidade das situações e de como é que ela poderá fazer. Porque na altura que falo a primeira vez com a Dra. Manuela eu penso que ela ainda estava numa tentativa de os dois doentes virem para Angra e o que eu alertei foi que o nosso serviço não tinha neurocirurgião. Penso que na altura até não falei na TAC, porque eu a primeira vez que falo com ela até ainda não estava informada se havia TAC ou não havia TAC, acho que nem falo na TAC. É no sentido de estabelecer prioridades. Não estava nada definido quando eu falei a primeira vez com a Dra. Manuela Henriques. Da última vez, a Dra. Manuela Henriques, aí disse-me:

- “Ah, mas falou com a Dra. Lúcia?”.

E eu disse:

“Falei com a Dra. Lúcia no sentido da Dra. Lúcia vir para o hospital com a sua equipa, para quando a senhora definir o percurso elas já estarem no hospital”.

Foi isso que foi feito e que aconteceu naquela noite.

Quanto ao serviço de evacuações, é realmente um serviço universal e respondendo ali ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, salvo erro, que serve igualmente toda a gente. Não olha a créditos, nem a raças, nem... Portanto, é um serviço universal e nós no hospital e também na Proteção Civil fazemos com aquilo que temos, da melhor maneira e eu não critiquei aqui o serviço em si, nem estou a criticar ninguém.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Houve realmente ali um impasse na decisão, houve muito tempo que não é habitual e não foi pela minha intervenção, porque a minha intervenção dá-se às 21h14 e a situação já vinha desde as 18h02 que a reguladora tinha sido advertida que havia uma situação grave na Ilha de São Jorge e pelas 20 e qualquer coisa a da Ilha da Graciosa. Pelas 20h00 outra vez, São Jorge volta a ligar, a dizer que já fez a avaliação dos casos e que só há um caso para transferir, era o caso do traumatismo crânio-encefálico.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado José San-Bento está...

Deputado José San-Bento (PS): Não tenho mais nada a acrescentar.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes...

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dra. Olga Freitas, eu considereei extremamente pertinente a questão colocada pelo Deputado Carlos Ferreira, porque a resposta que deu foi bastante esclarecedora.

Quanto ao conteúdo da resposta e não posso retirar as mesmas conclusões que o Sr. Deputado Carlos Ferreira retirou e passo a explicar.

Parece-me que a Sra. Doutora Olga Freitas até conhece bem o sentir e a maneira de ser do nosso povo, para o bem e para o mal e não vou fazer juízes de valor quanto à forma como o nosso povo se organiza, e aqui quando digo o nosso povo também me incluo naturalmente, ou faço aqui parte de uma elite, nem tenho pretensão nisso. Porquê?

Porque, infelizmente, o nosso povo vê-se forçado a adotar comportamentos e costumes que muitas vezes roçam aquilo que é a ilegalidade.

O que a Sra. Doutora nos disse quanto à cultura de proximidade que existe, na nossa Região podia ser convencível se essa cultura de proximidade tivesse a ver com assuntos de proximidade física das infraestruturas de saúde e dos serviços de saúde, o que nalgumas ilhas é mais verdade do que em outras ilhas. Por exemplo, nas Flores e no Corvo, ou mesmo na Graciosa ou em São Jorge, portanto, naquelas ilhas que não têm hospital, claro que a proximidade quanto ao hospital demora uma realidade. Se calhar seria uma realidade de uma região... De uma região não digo, mas de características geográficas contíguas, que não é o caso.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O problema aqui é que a Sra. Doutora refere-se a uma cultura de proximidade que implica uma proximidade daquelas que são pessoas que, no princípio, socialmente são reconhecidas como pessoas mais influentes do que outras.

Utilizando essa maior influência é normal que as pessoas, como disse (no seu entender é normal, para mim é completamente anormal), tentem, através de um contacto informal, estabelecer, ou tentar alcançar certos serviços de forma mais ou menos privilegiada, o que não poderia ser uma realidade.

Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sim, concordo.

O Orador: Não deveria ser uma realidade.

Portanto, pode acontecer (se é que já não aconteceu) me telefonarem a pensar que eu, como Deputado ou como dirigente político, poderei resolver problemas através do dito privilégio. Não é isso que pode, nem deve acontecer.

Infelizmente isso acontece, porque há falhas, e falhas graves, no nosso Serviço Regional de Saúde, para não falar nos nossos serviços públicos, o que não devia ocorrer.

Para obviar essas falhas, as pessoas veem muito bem como é que as coisas podem ser resolvidas e resolvem-se através, infelizmente, de uma certa informalidade que não é mais, muitas vezes do que tráfico de influências, e que se passa muitas vezes (não é?) e que não se limita ao serviço de saúde.

Nos estados mais comuns é chamada a “cunha”. Para entrar na Administração Pública, toda a gente nos Açores sabe que (e a Sra. Doutora Olga Freitas acaba por, de certa forma, assumir isso) “quem não telefona ao padrinho não se batiza”.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sr. Deputado, concordo consigo, mas não foi isso que eu quis dizer.

O que eu quis dizer foi a dificuldade que as pessoas às vezes têm nos acessos. Aqui é tudo muito mais fácil.

Eu concordo. Tem a sua ideologia em parte. Eu acho que os serviços, os públicos, têm que resolver as coisas às pessoas de uma forma universal, e acabei de o dizer ali ao Sr. Deputado, que o serviço é universal e é para todos. Com certeza!... Sem dúvida!... Disso



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

não tenho qualquer dúvida, simplesmente às vezes não é e isso não quer dizer que seja por “cunha”.

“Cunha” é quando as pessoas vão pedir uma coisa, ou obviam concursos... Não é nada disso!

É que quando alguém me pede uma coisa, desde que eu possa resolver, desde que não ultrapasse alguém... Nunca se deve pôr alguém à frente de outro, porque me pediram a mim para eu ser influente. Não é isso!

O que eu acabei de dizer ali ao Sr. Deputado é que relativamente às listas de espera, eu não posso resolver, porque há uma lista de espera, e muito bem que agora as há e que são transparentes, em que a pessoa entrou, está tudo escalonado. Eu não posso pôr A à frente de B. Isso eu não posso. São questões que têm resolução e não podem comparar... Já se entrou por uma situação que não era o caso em concreto.

Nesse caso em concreto, eram dois doentes em simultâneo, com casos clínicos. Era isso que a gente devia estar aqui a tratar hoje e não outras situações, listas de espera... Não! São situações que já não têm nada a ver.

Quando alguém me diz que nós aqui, nos Açores, em termos de saúde, não temos algumas valências muito diferenciadas, quando comparado com o computo nacional, nós estamos pior do que com o que se passa a nível nacional.

Eu conheço muito bem o que é que se passa lá fora.

Deputado Paulo Mendes (BE): E eu também não estou dizer que é um problema.

A Oradora: É isso que eu quis dizer.

Presidente: Eu não quero o diálogo. Quer colocar mais alguma questão.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Uma questão concreta.

(*) **Presidente:** Deixem-me dizer uma coisa. A Dra. Olga disse uma coisa acertadíssima agora. Eu relembro o requerimento. Diz que “os Deputados ... para prestar esclarecimento em função dos dados tornados públicos pela comunicação social relativamente à evacuação de dois doentes a 2 de fevereiro de 2017”. É isto o requerimento.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, evoluir para outras áreas não me parece aconselhável, mas a Comissão é que decide, o Presidente não decide nada disso. Atalha, quando acha, e depois tem que haver por parte dos Srs. Deputados a razoabilidade da utilização dos argumentos.

Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, eu não posso ignorar, e penso que nenhum Sr. Deputado e Sra. Deputada pode ignorar, o conteúdo das respostas dadas pela pessoa que está a ser ouvida, mesmo que esse conteúdo não tenha estritamente a ver com o objeto.

Presidente: Vá diretamente à questão.

O Orador: A questão que vou colocar, essa sim, tem a ver puramente com o objeto do requerimento, que é, sabendo que as evacuações simultâneas podem envolver dois ou mais casos, vão sendo cada vez mais frequentes, e a tendência será ainda serem mais frequentes, e tendo em conta os meios aéreos que nós temos neste momento disponíveis na Região, considera a Sra. Doutora Olga que havendo, e tendo em conta também este caso que está em apreciação e tendo em conta os meios aéreos atualmente existentes, se este problema podia não ter ocorrido, ou melhor se poderíamos até mesmo evitar novos problemas no futuro se esses meios vierem a ser reforçados?

(*) **Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas):** Eu penso que isso é uma situação que está em cima da mesa. A solução não é do Hospital de Angra. É uma situação mais alargada, é da Região. Aliás, esse serviço é um serviço regional, não é um serviço... Está sediado no Hospital de Angra, mas não é um serviço do Hospital de Angra.

Eu penso que é uma situação para a qual nós vamos ter que caminhar, de haver uma segunda equipa. Agora não sei se só uma segunda equipa resolve o problema, se for para ir para o continente, porque é outro meio aéreo.

A transferência de doentes, quer da Terceira, quer das outras ilhas, ou de São Miguel para Lisboa, é feita por outro meio aéreo, que não os helicópteros sedeados na Base Aérea 4. Dentro da Região, a haver em simultâneo duas transferências, mesmo havendo as equipas, haverá a necessidade, às vezes... Se o meio aéreo for suficiente, mas isso já é uma coisa



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

que não me pergunte a mim, porque eu não tenho capacidade de resposta para dizer, porque não faz parte das competências do hospital. Isso é uma situação já a nível do sítio.

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito bem, para terminar, até porque a audição já vai longa, a Dra. Olga já está aqui há bastante tempo a responder às nossas questões, eu gostava apenas...

Deputado João Vasco Costa (PS): Terminar da sua parte!

A Oradora: Diga?

Deputado João Vasco Costa (PS): Terminar da sua parte!

A Oradora: Ok!

... de dizer duas ou três coisas.

Primeiro, que a Dra. Olga fez aqui algumas considerações que eu penso que poderão ser mal interpretadas em relação à Dra. Manuela Henriques, em relação à decisão dela, ao facto de não ter sido operacional e essas questões até podem-nos levar para o facto de pensarmos se de facto a Dra. Manuela Henriques tem experiência para ser médica reguladora da SIV, até porque terá levado algum tempo a decidir, por aquilo que terá dito. Mas a resposta da Dra. Manuela Henriques, é uma médica já com alguma experiência, uma médica já com 41 anos, uma médica que tal como a Dra. Olga tem experiência em cuidados intensivos, e até teve dois anos a fazer o seu ciclo de estudos especiais, ao contrário da maior parte dos médicos que trabalham na SIV, que são médicos que nem sequer têm aptidão, os respetivos estudos.

A Dra. Manuela Henriques [*impercetível*], é uma pessoa que tem formação e que tem formação nesta área específica, como sendo a área de cuidados intensivos, mas obviamente que tem uma apetência maior para reconhecer o doente físico. Isso é sobretudo o que nos traz aqui. É o que nos traz aqui não, foi também aquilo que foi discutido, mas não é o que nos traz aqui. Eu aqui discordo totalmente daquilo que disse, quando a Dra. Olga diz que devíamos estar aqui a discutir gravidades clínicas.

Nós não estamos aqui a discutir gravidades clínicas. Nós estamos a discutir uma interferência direta sua, quando não tem essa competência. É isso que foi aqui discutido e é isso que também motivou a realização deste requerimento.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Para terminar, gostaria apenas de colocar a seguinte questão:

Gostaria que se colocasse no papel da mãe da criança e que se fosse eu Presidente do Conselho de Administração.

Aquilo que gostaria de perguntar era se a Sra. Doutora, perante esta situação toda, continuaria a manter confiança em mim, Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, para manter este cargo em gestão?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado.

Sra. Doutora...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Relativamente à Dra. Manuela Henrique eu acho que você mais uma vez não interpretou aqui bem aquilo que eu disse.

Eu disse, quando comecei a minha conversa com a Dra. Manuela Henrique, perguntei se era a Dra. Manuela dos cuidados intensivos, ao que ela me respondeu que sim. E eu fiquei muito descansada, porque era uma colega dos cuidados intensivos. Eu disse isso aqui e disse se ouvir... Porque como era uma colega dos cuidados intensivos, deixou-me mais satisfeita no sentido em que ela teria competência. Foi isso que eu disse.

Depois, se me disser... Eu não posso negar o tempo que foi para a decisão, porque foi muito tempo. Agora eu não pus aqui em causa a formação da Dra. Manuela Henriques. Há bocadinho a Dra. Mónica referiu-se a que eu naquela noite não podia ter... Até porque não era nenhuma situação de pneumologia.

Eu fiz cuidados intensivos durante 20 anos e a Dra. Mónica deve lembrar-se disso.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas estava de serviço nesse dia?

A Oradora: Não! Mas você disse que eu não tinha competência.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, não!

A Oradora: Disse, disse.

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

Presidente: Sra. Deputada, terá oportunidade de esclarecer.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Oradora: Você disse que eu, naquele caso, era um caso que não era da minha área...

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Disse isso. Como sabe...

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

A Oradora: Disse isso.

Eu fiz cuidados intensivos durante 20 anos, mas eu não estou aqui a alegar as minhas competências.

Relativamente à mãe da criança, o que eu sempre pergunto é se eu fosse a mãe da criança, se eu continuava com confiança em si... A mãe da criança penso que já percebeu a situação, porque a senhora... Os leigos também percebem as coisas. A mãe da criança possivelmente já foi educada no sentido de que a sua filha, que teve uma convulsão febril pode ter mais.

Como a Dra. Mónica sabe, normalmente as convulsões febris, as crianças que têm uma, podem ter duas, três e quatro. É mais frequente em determinadas famílias.

A mãe já percebeu que é uma situação que tem que estar mais calma. É uma questão de falarmos com a mãe da criança.

Eu não fiz nada para que ponham em causa a minha idoneidade para ser Presidente do Conselho de Administração. Desculpe, eu não tive nenhuma atitude contra a mãe da criança. Eu nem conhecia a mãe. Aliás, essas coisas que nós decidimos, nem devemos conhecer as pessoas.

Por acaso eu conhecia a outra, mas a mãe da criança... Eu já afirmei aqui também durante a minha audição que a criança da Graciosa se é que tivesse o TCE, a maior gravidade era da criança da Graciosa. Não entre por aí. Não vamos teatralizar aqui as coisas.

A mãe da criança perceberá que a sua criança foi tratada como devia ser, que da próxima vez ela vai ter mais calma, vai baixar a febre, vai pôr os paninhos de água fria na cabecinha da criança e depois leva a criança para o Centro de Saúde para ser observada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Os colegas, quer do Centro de Saúde da Graciosa, quer os colegas do Centro de Saúde de São Jorge, tiveram muito bem naquela noite. Não tenho nenhuma crítica para fazer. Eu não venho aqui para criticar ninguém, aliás quem está a ser criticada sou eu e eu só tenho que me defender. Eu não tenho que imputar culpas aos colegas. Os colegas fizeram o seu melhor.

A Dra. Manuela Henriques teve muito bem em toda a sua situação. A dificuldade foi depois decidir.

Agora se ela foi, como vocês querem fazer crer, porque eu intervim, porque a Dra. Carla interveio, isso eu não sei. Ela devia estar aqui para se defender. É pena que não tenha vindo.

Presidente: Muito obrigado.

Sra. Deputada Mónica está...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Estou esclarecidíssima.

Presidente: Eu não percebi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Estou esclarecidíssima.

Presidente: Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tanto quanto percebi, o objeto do requerimento tratava-se de uma interferência ou de uma hipotética interferência da Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Angra, em função de duas situações de emergência.

Daquilo que já percebi, pelas palavras da Sra. Doutora Olga, no seu entendimento são situações de gravidade diferente, considerando o traumatismo crânio-encefálico, mais grave do que um estado febril convulsivo, o que eu perguntava era à minha ilustre colega e Deputada, que também pelos visto é médica, se considera que tem a mesma gravidade ou não uma situação e outra?

Presidente: Peço imensa desculpa, Sr. Deputado, mas quem está a ser ouvido é a Sra. Doutora Olga Freitas. Portanto, não permito a interpelação à Sra. Deputada.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Agradeço a sua observação, mas eu não poderia deixar de fazer mais tarde.

Presidente: Também a sua pergunta, obviamente...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Deputada Mónica Seidi (PSD): Penso que já respondi a essa pergunta.

Presidente: Sra. Deputada, eu disse que não permitia que a interpelasse. Portanto, vamos pôr ordem na casa.

Não tenho mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Ferreira...

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para terminar, da minha parte, e porque eu continuo a entender que o requerimento está muito bem redigido e que deixa claramente margem para debatermos aquilo que tem sido indicativo, eu para sintetizar aquilo que tenho ouvido nesta Comissão, porque não temos acesso a documentos que já percebemos que outras pessoas têm, nós temos a informação que nos tem sido transmitida pela comunicação social, eu pedia de forma muito concreta uma resposta à Dra. Olga Freitas: sim ou não. Se, como diz aqui os jornais que relataram esta situação, a senhora admite que interferiu no processo de forma ilegal, porque não tinha voz nesta coordenação?

Pedia-lhe apenas uma resposta concreta. Admite ou não admite que interferiu de forma ilegal no processo, porque não tinha voz na coordenação?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Eu só admitiria de forma ilegal se eu tivesse definido o trajeto e é que tivesse... Eu não decidi nada!

Eu interfeiri, ou melhor, eu intervim, falei com a minha colega na minha qualidade de médica, que não deixo de ser, porque eu sou Presidente do Conselho de Administração, mas não deixei de ser esposa, mãe... Pronto! Tudo o que somos na vida!

Eu falei com ela como colega, sempre como colega, nunca referi até que era Presidente do Conselho de Administração, nem nada disso. E ela percebeu!

- “É a Dra. Olga?”

- “Sim, é a Dra. Olga!”

Falei com ela assim. Dra. Manuela... Sempre de uma forma muito correta. Se ouvirem... Não houve nenhum atropelo na comunicação entre nós e eu não quero de maneira nenhuma pôr aqui a minha colega em causa.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Eu quando soube que a minha colega (pensei que ainda estava) até fiquei incomodada, porque não tinha nada que deixar. Foi por causa disso. Foi por causa disso. Lamento.

Portanto, eu não cometi nenhuma ilegalidade, porque a única coisa que eu fiz a mando da Diretora Clínica foi chamar a equipa, porque o hospital é coordenador da equipa de evacuações, para a equipa vir para o hospital. Eu não defini rotas. Eu não desviei helicópteros. Não defini qualquer rota. A decisão foi de quem de direito.

Como é que foi, já disse já várias vezes que não sei. Não sei se a decisão foi da Dra. Manuela Henriques. O facto é que não foi minha, não fui eu que decidi.

Se eu é que tivesse decidido qual era a rota, aí eu tinha cometido uma ilegalidade relativamente ao despacho. Eu não defini rotas. Eu falei sempre em termos clínicos, meramente clínicos.

Presidente: Sr. Deputado...

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Mais inscrições? Não tenho mais inscrições neste momento.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Só para terminar. Eu não ia falar, mas perdoem. Então, Dra. Olga, desculpe lá, só mesmo para terminar, em relação à carta que a sua colega escreve, está aqui escrito (eu não vou ler obviamente a carta toda, mas diz): “ao contactar a médica da equipa de evacuação de serviço neste dia, Dra. Lúcia Fraga, a mesma concordou com o modo de evacuação (portanto, que estaria previamente definido, em que os dois utentes iam para o Hospital do Divino Espírito Santo), mas posteriormente num segundo contacto esta discordou com a médica reguladora afirmando que tinha sido contactada pela Sra. Presidente do Conselho de Administração do HSEIT e que esta afirmou que a evacuação prioritária seria a do utente do Centro de Saúde da Calheta”.

Portanto, quando diz que não teve qualquer tipo de intervenção, isto que está aqui escrito é falso?

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Não é verdade.

Deputado José San-Bento (PS): Eu já tinha feito essa pergunta, Sra. Deputada.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas eu não posso perguntar a seguir?

Deputado José San-Bento (PS): Pode perguntar.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, resta-me agradecer à Dra. Olga Freitas a sua disponibilidade para vir aqui prestar este esclarecimento.

Naturalmente que nós vamos continuar da parte da tarde com outras audições. Muito obrigado.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Nada. Eu é que agradeço e se não se importasse, depois de sair a comunicação social eu gostava só de uma coisa particular, que não tem nada a ver com este caso, de dispor, mas não tem nada a ver. Depois se quiserem tornar público, mas preferia que estivessem só os Deputados.

(Pausa)

Só dois minutos. Hoje sou um utente aqui, como qualquer utente de qualquer hospital e eu ia fazer aqui um reparo, se me permite o Sr. Presidente.

Eu cheguei era um quarto para as nove, e tive aqui até às nove e vinte. Nem sequer tinha uma cadeira para me sentar. Tive sempre de pé. Também já tenho 63 anos. Podiam arranjar, dentro da Assembleia, um pequeno espaço, onde as pessoas que vêm para ser ouvidas... Espero que da parte da tarde, que vem mais pessoas, que não tenham que estar 20 minutos ali.

Quando eu cheguei estava os jornalistas, claro que não se iam levantar. Sobretudo os senhores podiam ter-se levantado, porque eu era uma senhora, mas não o fizeram,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não há delicadeza!

O Orador: ... pronto, ok, não o iam fazê-lo. É só por uma questão.

No hospital todos os dias recebemos reparos desses. Por isso eu não podia estar a dizer isso diante dos jornalistas, não há necessidade nenhuma, mas acho que devia haver um espaço onde houvesse uma cadeirinha para a pessoa poder aguardar. Desculpem lá este...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Eu, relativamente à indelicadeza dos senhores jornalistas, não me vou pronunciar, porque não tenho nada a ver com isso, mas quanto ao resto farei chegar essa sugestão à Sra. Presidente da Assembleia.

Deputado Bruno Belo (PSD): E boa sugestão.

Presidente: Quanto à indelicadeza...

(*) Deputado Paulo Mendes (PS): Aliás, eu acrescentaria mais uma condicionante deste edifício, que é não é nada acessível para pessoas com mobilidade reduzida.

Presidente: Eu não tenho mobilidade reduzida, vou tendo a mobilidade cada vez mais reduzida...

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Sr. Deputado, mas eu poupo a reabilitação.

Presidente: Sra. Doutora, muito obrigada.

(*) Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (Dra. Olga Freitas): Obrigado, eu.

Presidente: Nós encontramos-nos outra vez, às 3 da tarde.

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

Audição do responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na
Região Autónoma dos Açores, Dr. Rui Bettencourt

Angra do Heroísmo, 07 de setembro de 2018

(*) Presidente: Boa tarde a todos. Vamos recomeçar os trabalhos da comissão, tendo agora a segunda audição do dia, que é a do Sr. Dr. Rui Bettencourt, responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na Região Autónoma dos Açores, penso que é a designação adequada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Agradecer em primeiro lugar a presença do Dr. Rui Bettencourt nesta comissão para os esclarecimentos pedidos e estimados por parte dos Srs. Deputados.

Vou fazer uma apresentação dos deputados que estão presentes, de que partidos são e de que ilhas são eleitos: o Deputado José San-Bento, do Partido Socialista, de São Miguel; o Deputado Ricardo Ramalho, Graciosa, Partido Socialista; Deputado Iasalde Nunes, Partido Socialista, Corvo; Deputada Sónia Nicolau, São Miguel, Partido Socialista; Deputada Fátima Ferreira (bem conhecida), Partido Socialista, Terceira; Deputado Paulo Mendes, Bloco Mendes, Terceira; Deputado Jorge ...

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Jorge Paiva!

O Orador: ... Deputado Jorge Paiva, ...

Peço desculpa, porque o nosso colega está aqui hoje pela primeira vez.

... CDS, São Jorge; Deputado Carlos Ferreira, PSD, Faial; Deputada Mónica Seidi, Terceira, PSD; Deputado Bruno Belo, Flores, PSD e é o relator da comissão; António Marinho, sou Presidente da comissão, São Miguel, PSD; e depois temos por videoconferência o Deputado Tiago Branco, que está no Faial, que é do Partido Socialista; *[impercetível]*, mas daqui a bocadinho chegará, ali à direita, o Deputado João Paulo (julgo eu que chegará) Corvelo, das Flores.

Entretanto agradecer mais uma vez a presença do Sr. Dr. Rui Bettencourt. Nós vamos iniciar, tal como já fizemos de manhã, com uma apresentação por parte do requerente das razões que levaram a este requerimento que conduziram a estas audições, que será feito pela Deputada Mónica Seidi, depois haverá uma primeira intervenção naquilo que entender pela parte do Dr. Rui Bettencourt e depois abrir-se-á um período de inscrições onde os Srs. Deputados colocarão questões onde serão solicitados alguns esclarecimentos ao Sr. Dr..

Entretanto, para não demorar mais tempo, Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Boa tarde Dr. Rui, a quem agradeço desde já a sua disponibilidade para vir a esta comissão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Como sabe devido em parte às declarações, notícias, que foram tornadas públicas através de um jornal desta Região, no dia 7 de agosto, que fala de uma questão, de uma situação de interferência por parte da Presidente do Conselho de Administração de uma evacuação aérea, o PSD entendeu que devia requerer com caráter de urgência a audição de todos os intervenientes neste processo: o Secretário Regional da Saúde, da Presidente do Conselho de Administração, das duas médicas aqui em questão, que como já deve saber mostraram-se indisponíveis para vir à comissão, portanto, a Dra. Catarina e a Dra. Manuela Henriques e o Dr. Rui na qualidade de responsável pela Unidade de Evacuações Médicas da Região e também do Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil.

Nós entendemos que haviam aqui questões que tinham que ser clarificadas. Estamos a falar de um serviço que presta e bem (felizmente!) nas nove ilhas dos Açores, a todos os açorianos e que seria necessário, ou mesmo imperioso que se assiste-se a um esclarecimento cabal de forma a que todos os açorianos pudessem saber o que é que realmente se passou e que fosse esclarecida toda a verdade.

É nessa condição que o Dr. Rui está, como responsável pela Unidade de Evacuações Médicas e, portanto, o nosso requerimento vai no sentido também de nessa qualidade de responsável vir à comissão informar, responder sobre as ocorrências relatadas por um órgão de comunicação social neste dia.

Já sabemos, ou durante a manhã tivemos aqui uma discussão (discussão no bom sentido, não interprete isto como uma expressão no sentido negativo de gritos ou de injurias, não é nada disso), tivemos uma conversa com alguns esclarecimentos, informação sobre esta questão que foram prestados pela Presidente do Conselho de Administração. Penso que toda a gente ficou minimamente elucidada sobre o normal funcionamento da Unidade de Evacuações através daquilo que está escrito no Despacho Normativo de 6 de 2014, de 28 de março do mesmo ano e, portanto, também gostaríamos, uma vez que no referido despacho nunca a Presidente do Conselho de Administração é a figura que tem qualquer peso de matéria sobre o normal funcionamento do serviço de evacuações, de ouvir o Dr. Rui relativamente àquilo que se passou no dia 2, que é do seu conhecimento e depois iremos obviamente colocar questões consoante aquilo que for respondendo, ou aquilo que for clarificando ao longo da sua exposição.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Dr. Rui Bettencourt dava-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt):

Muito boa tarde a todos.

Penso que além da nossa missão como funcionários e trabalhadores para bem do doente temos também a missão de esclarecer a população do que se pode passar eventualmente, sobretudo quando o nosso nome, no fundo, a Unidade de Evacuações Aéreas está envolvida, que é o nosso caso.

Ora bem, da situação tomei conhecimento também pelo jornal e pela comunicação social de que isto tinha acontecido. Sou de facto responsável pela Unidade de Evacuações, mas no dia 2 de fevereiro de 2017 não fui contactado para qualquer situação. Fui contactado para pedir opinião e às pede, às vezes o médico regulador diz-me: “Oh, Rui, o que é que tu achas, eu tenho duas evacuações, eu tenho uma situação assim, o que é que tu achas que eu devo fazer, não sei quê ...”, porque a Unidade de Evacuações Aéreas na Região [impercetível] desde 95, faz agora dia 14 de setembro 23 anos, portanto, temos alguma experiência. Estou na unidade, como vários colegas, desde o início, portanto, temos todos bastante experiência nesta situação, levámos com outros tipos de organização, agora estamos um pouco mais organizados e de facto ninguém me pediu opinião.

Portanto, eu soube através da comunicação social, depois tentei inteirar-me, saber do que se tinha passado e falei com a médica e com o enfermeiro que fizeram a evacuação nesse dia, com a Dra. Lúcia e com o Enf. Paz, e fui esclarecido do que se tinha passado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Dr..

Portanto, agradecia que se fossem inscrevendo.

Tenho desde já inscrito o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Pensei que fosse ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, tenho que ser a primeira.

Deputado José San-Bento (PS): Posso ser o primeiro.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Faço questão de ser a primeira, mas não me inscrevi, porque de manhã foi assim, portanto, fiz a introdução e depois comecei ...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Deputado José San-Bento (PS): Mas de manhã não me inscrevi.

Presidente: Ele de manhã não se inscreveu, foste a primeira, mas para mim resolvam a contenda.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Aliás, quando fiz aquela primeira abordagem de manhã para clarificar o funcionamento foi nesse sentido. Saber se colocava já as questões ou se ...

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, vocês são proponentes. Faça favor.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito obrigada.

Gostaria desde já e mais uma vez (penso que serão poucas as vezes que se poderá dizer aqui ...

Não são poucas ... Aliás, perdoem-me. Por mais vezes que digamos isso penso que será de pouco aquilo que se pode fazer, nomeadamente de enaltecer o trabalho da Unidade de Evacuações Médicas. Isso não está em causa.

De facto, é uma equipa que eu conheço a todos. Trabalhei com alguns. Independentemente disso penso é essencialmente uma unidade essencial de forma a ultrapassar os custos da insularidade e a nossa condição arquipelágica.

Infelizmente, esta é uma situação [*impercetível*] que não até ao momento, ou pelo menos que tenha sido tornado público, de qualquer situação com esta gravidade, ou que tenha ganho os contornos que esta situação infelizmente acabou por ter.

Isto também para ver e relembrar que felizmente a unidade funciona bem. Isto foi sem sombra de dúvida uma situação anormal.

Gostava de corroborar aquilo que disse com aquilo que está escrito na carta da Sra. Dra. Catarina, no último parágrafo, quando se diz que “desde 2014 a regular as evacuações inter-ilhas sem nunca, até ao momento, ter ocorrido uma situação tão grave de irregularidade até esta e espero muito sinceramente que tal nunca mais aconteça, principalmente para bem dos utentes que são a nossa prioridade e acredito que também a sua”, neste caso dirigida ao Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil.

A primeira pergunta que lhe coloco Dr. Rui é: no seu entender que irregularidades reporta aqui a Dra. Catarina, se é que acha que houve aqui alguma irregularidade neste processo todo?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Gostaria também de saber se foi contactado pela Dra. Lúcia Fraga, neste caso que foi a médica que foi buscar o doente, se alguma vez lhe transmitiu descontentamento, algum tipo de desagrado com toda esta situação?

Penso que nas evacuações por norma depois far-se-á um relatório desde o início da evacuação até ao fim. Gostaria de saber, uma vez que a comissão ainda não teve acesso a documentos, se no relatório desse dia está reportado algum tipo de interferência, ou de anormalidade do funcionamento perante aquilo que foi a atuação da Presidente do Conselho de Administração?

Gostaria de saber se tem conhecimento de quem foi a responsável, ou quem terá sido o elemento que acionou a evacuação no dia 2 de fevereiro, ou melhor, quem terá ligado para a Dra. Lúcia Fraga a pedir que viesse para o hospital?

Gostaria que me respondesse se considera normal a atuação da Dra. Olga e finalmente se no passado, ou se é normal a Presidente do Conselho de Administração interferir no processo de evacuações, ou em processos semelhantes ao que aqui hoje discutimos?

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Dr. faz favor.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt): Dra. Mónica, muito obrigado.

Em relação à Unidade de Evacuações há uma alteração de paradigma desde 2014 para cá. Antes o que acontecia era um médico na Graciosa contactava um médico de destino de um hospital a dizer: “Eu tenho aqui um doente com esta patologia. Tens condições para o receber? Tens disponibilidade de o recebe? Eu quero transferi-lo.”

Não havia a entidade de médico regulador. Depois de haver esse *[impercetível]* de médico regulador, como sabem, a evacuação processa-se. O médico de origem pede ao médico regulador uma evacuação e esse médico é que contacta o médico de destino e diz: “Vais receber um doente com uma apendicite, com uma situação assim, assim e assim” e desencadeia essa evacuação.

Portanto, a Dra. Mónica perguntou quem é que contactou a médica das evacuações, a Dra. Lúcia. Quem contacta é uma de duas pessoas: ou o hospital, a unidade de deslocação de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

doentes do hospital, os serviços administrativos da UDEA, que foram contactados primeiro para fazer assim: acionam uma evacuação para tirar um doente dali para transportar para acolá, ou o mais habitual é o próprio médico regulador liga para o hospital, o pessoal transfere a chamada para o telemóvel do médico que está nas evacuações e o médico ordena isto, assim, assim, assim para transportar para ali.

Estas são as duas formas de contactar a unidade: ou através dos administrativos, o que não é muito frequente e não defendo; ou através diretamente do médico regulador, por via do telefone do hospital que contacta o telemóvel do médico que está de evacuações.

Em relação à pergunta da Dra. Mónica se é normal a Dra. Olga interferir ou se nunca tinha interferido. Não tenho conhecimento.

Como diz no despacho normativo, não há ninguém que interfira. A decisão como sabe está estipulado da evacuação se se faz ou não se faz e para onde é que se faz cabe exclusivamente ao médico regulador.

É claro que se pergunta nós às vezes discutimos com o médico regulador, nós que estamos a fazer evacuação dizemos: “Oh pá, mas não achas que este doente devia ir para ali, não achas que é melhor fazer assim, não achas que é melhor passar por ali primeiro.” É uma conversa entre duas pessoas, mas é entre o médico que está a fazer a evacuação e o médico regulador. Não há interferência de terceiros. Nunca tinha acontecido interferência de terceiros do meu conhecimento.

Se é normal o Presidente do Conselho de Administração interferir não tenho conhecimento. Aliás, está estipulado no Decreto Normativo e não conheço.

Presidente: Deputada Mónica, acerca destas questões.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Sim, sim.

Primeiro dizer que à minha questão se tinha conhecimento de quem é tinha ligado à Dra. Lúcia, ficámos aqui a saber de manhã que tinha sido a própria Dra. Olga que tinha ligado à Dra. Lúcia a solicitar que viesse para o hospital, porque haveria uma evacuação a decorrer, mas as coisas ainda não estavam muito clarificadas e ela terá entrado em contato com ela, por isso é que eu lhe perguntei se o Dr. Rui teria esse conhecimento.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Fiz-lhe uma pergunta que o Dr. Rui obviamente por lapso não deve ter registado e vou voltar a fazê-la: se por acaso o que está escrito no relatório da evacuação do dia 2 de fevereiro se reporta a alguma anomalia de funcionamento desta evacuação?

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt): De todo.

Não está registado. Está registada a hora que começou cada uma das evacuações. Houve uma evacuação antes. Houve uma evacuação antes de um doente de São Jorge para a Terceira. Depois acabou essa evacuação. Os médicos foram chamados para as duas evacuações, São Jorge e Graciosa, e depois foi decidido como já sabemos, mas em nenhum dos documentos está registado que houve alguma interferência.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): E acha que essa evacuação pode ter atrasado o início destas segundas evacuações?

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt): Não, não. De todo.

A evacuação de São Jorge que se faz para a Terceira chega a tempo perfeito de voltar a São Jorge e ir à Graciosa.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Isto porque também temos a informação que durante algum período não houve da Dra. Olga qualquer tipo de decisão por parte da médica reguladora. Portanto, a minha questão é: se esse período de atraso poderia estar condicionado por uma [*impercetível*].

Presidente: Deputada Mónica está satisfeita ou tem mais algumas questões?

Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Boa tarde a todos.

Boa tarde a todos os presentes também.

Gostava também de destacar o papel que a Unidade de Evacuações e de Evacuações Aéreas, que está sedeadada no Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira, tem, o papel que desempenha nas suas funções e missões correntes, tem salvo muita gente e, portanto, isso é sempre de louvar todas as pessoas, todos os responsáveis que aqui se apresentam por esses serviços.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (*Rui Bettencourt*): Muito obrigado.

O Orador: Gostava de fazer uma pergunta preliminar que é a seguinte: o senhor como responsável por essa unidade, pela UDEA, portanto, Unidade de Deslocações e Evacuações Aéreas, pode-nos descrever (de uma forma sintética obviamente) o procedimento decisório que é seguido desde que é sinalizado um caso suspeito de emergência numa ilha sem hospital até o doente dar entrada no hospital decidido pelo médico regulador?

Acho que era interessante, até para efeitos de relatório, nós termos a descrição da parte da pessoa responsável.

Depois também dizer que do ponto de vista do Partido Socialista (afirmei isso aqui hoje de manhã várias vezes), nós consideramos que um serviço de evacuações médicas é um serviço que tem trabalhado bem, é um serviço que todos nós temos que zelar por isso e que ganha a confiança dos açorianos, é um serviço que tem funcionado de uma forma idónea, com procedimentos íntegros. Portanto, essa para nós é a regra, é isso que tem acontecido.

Agora admitimos (e aliás aprovámos a pretensão de esclarecimento do PSD e também estamos interessados, como é óbvio, no esclarecimento de toda essa questão) que em casos excepcionais possam existir procedimentos ou circunstâncias que necessitem de uma clarificação que se deseja cabal e total, aliás, nos termos utilizados pelo Sr. Presidente do Governo Regional, que como sabe manditou a Inspeção Regional de Saúde, com carácter de urgência, de elaborar um relatório e proceder a uma inspeção ... um inquérito (perdão) a estas circunstâncias no dia anterior à proposta que o PSD apresenta e que nos faz estar aqui hoje.

Portanto, aparentemente nós estamos numa circunstância em que aquilo que é a regra do sistema não terá funcionado totalmente nesses termos e, portanto, esta situação que nós consideramos excepcional levanta algumas questões que como foi dito aqui também pela colega já começaram a ser intensamente tratadas por nós hoje de manhã.

Eu gostava de lhe perguntar se o senhor tem opinião e se partilha connosco como responsável pela unidade, pela UDEA, sobre o que é que aconteceu naquela noite em que



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

recorde-se o médico regulador ligou o sistema de evacuações, neste caso concreto a médica reguladora, mas o sistema de evacuações confronta-se com duas necessidades de evacuações praticamente em simultâneo. Não foram rigorosamente em simultâneo, mas a circunstância do turno é uma operação que tudo indica que exigiria uma evacuação em simultâneo e eu penso que esse é um dos momentos em que o sistema fica mais sobre pressão: pressão em termos de ponderação clínica e operacional, pressão ao nível dos meios que é preciso acionar para proceder a essas evacuações; pelo que lhe gostava de questionar diretamente sobre o que é que acha que aconteceu e se tem uma opinião sobre a forma como o processo foi desenvolvido. Porque sem prejuízo daquilo que disse a Deputada Mónica Seidi, nós também temos conhecimento de outras circunstâncias em que vários médicos, e inclusivamente diretores de hospitais e de unidades de saúde de ilha, acabam por se envolver na questão da ponderação, das opiniões, portanto, tudo isso ...

Sra. Deputada, está a rir-se não sei porquê. Sabe que isso é verdade. Isso acontece, ou isso pode ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não me posso exprimir?!

O Orador: Pode exprimir-se, agora não pode é dar a entender que eu estou a brincar com coisas que são muito sérias e a senhora sabe disso e penso que todas as pessoas sabem disso.

Pode acontecer, repito, exceccionalmente, mas isso pode acontecer, os próprios médicos pedirem opinião a especialistas, a diretores de hospitais, o próprio envolvimento do centro de saúde de ilha no caso da Graciosa é notório, o envolvimento da própria diretora do centro. Portanto, é bom que isso ficasse aqui, de certa forma, desmistificado.

Portanto, é nesta fase, são essas questões.

Não vou pedir para o senhor clarificar a questão do relatório das evacuações, porque em resposta à minha colega o senhor foi muito claro. Portanto, os relatórios das evacuações não assinalam nenhuma anomalia notória.

Muito obrigado. Ficavam então aqui Dr. essas duas questões. Em síntese, se me permitem, a descrição processual e os agentes envolvidos e em segundo lugar o que é que o senhor acha que aconteceu naquele dia.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Eu só ia fazer uma coisa que me esqueci ... É só uma questão prática. Estas audições estão a ser gravadas através de sistema de videoconferência e depois serão transcritas e isso constituirá o relatório destas audições. Portanto, pondo o mais fiel possível, todas as perguntas na sua totalidade e todas as respostas na sua totalidade ficarão vertidas em papel. Portanto, era só para dar essa informação.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt): Com muito gosto.

Como é que se processa uma evacuação?

Neste momento, hoje, uma evacuação processa-se da seguinte forma: ...

Deputado José San-Bento (PS): Peço desculpa. Pós 2014? Quando se instituiu o médico regulador e a UDEA?

O Orador: Exatamente.

Processa-se: um médico está numa unidade, imaginemos centro de saúde da Graciosa, e tem um doente que precisa de ser evacuado para uma determinada especialidade. Não tem meios, nem técnicos, nem científicos para resolver o problema do doente e então contata o médico regulador que diz que tem um doente assim, conta a história do doente, os exames que fez, qual a situação em que o doente está: como está de visão, a temperatura, a frequência cardíaca, o ECG nacional, o raio-x, tudo o que eu fiz e este doente na minha opinião tem esta situação. Não sou capaz de resolver cá e preciso de uma evacuação. É claro que normalmente para o hospital da área de residência, mas às vezes não é. A Graciosa normalmente evacua para a Terceira, mas se for uma situação neuro cirúrgica ou outra situação que nós não tenhamos capacidade de fazer aquilo o médico regulador saber que não pode transferir para aqui, tem de seguir para São Miguel.

Fala com o médico regulador, ele diz: “Sim senhor. Ok. Vamos desencadear a evacuação.”

O médico regulador contata o médico de destino e diz: “Oh pá, tenho um doente da Graciosa assim, assim, assim com esta situação. Podes recebê-lo?”

O médico diz: “Sim senhor, manda vir ...”

Deputado José San-Bento (PS): Mas o médico de destino?

Peço desculpa, era só se pudesse clarificar.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Quem é o médico de destino nesse aspeto?

Não é o diretor clínico do Hospital de Ponta Delgada ...

O Orador: Não, não.

É o cirurgião, no meu caso, de um pediatra, otorrino, o internista que está de apoio ...

Deputado José San-Bento (PS): Que está de funções no hospital.

O Orador: ... que diz que sou capaz de receber esse doente, ele pode vir.

Então o médico regulador desencadeia a evacuação.

Há uma folha própria que tem de preencher para avaliar o grau de gravidade da situação e a maior parte das situações só de passagem por aqueles parâmetros que lá estão não justificavam a evacuação, mas claro que justificam. Posso dizer que se por acaso houver um doente que tenha uma perfuração de úlcera do estômago, se nós formos por aqueles critérios dá um índice baixíssimo que nem dá evacuação, mas claro que uma perfuração tem que ser evacuada, obviamente. Tem a tensão bem, não tem febre, tem o pulso bem, está a respirar bem, não sei quê ... está tudo bem, ou seja, tem zeros em tudo, mas este doente tem de ser evacuado. Por aqueles critérios, não é só por aquilo que esvaziamos, é pela situação.

Então o médico regulador preenche aquele papel e contata a enfermeira da Proteção Civil e contata os seus operadores, a Força Aérea e desencadeia-se o processo.

Os operadores da Proteção Civil contactam os administrativos da Unidade de Evacuações Aéreas, que contactam a equipa médica que está de prevenção e tem 30 minutos para chegar ao hospital, preparar o material, sair na carrinha para o aeroporto e apanhar o helicóptero e depois faz o relatório durante a viagem. Temos um impresso próprio. Estamos a lutar para que haja um equipamento eletrónico e não em papel. Estamos a tratar disso agora. A administração anda a tratar disso connosco. Nós não temos ainda iPads, estamos a fazer em registo papel com duplicado. Deixamos o original no médico de destino, na urgência do médico de destino, ou na unidade de cuidados intensivos, ou na unidade de coronários ou na urgência e ficamos com uma cópia do registo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem. Quanto à segunda questão.

O Orador: A segunda questão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Ora bem. Eu não fui contactado como disse do que se tinha passado naquela noite. Soube pela comunicação social e depois tentei falar com a minha médica, saber o que é que se passou.

Daquilo que a Dra. Lúcia ...

Deputado José San-Bento (PS): Quem é a sua médica?

O Orador: A Dra. Lúcia Fraga. Ela e o Enf. Pedro Paz, foram a equipa médica que estava em funções naquele dia.

A Dra. Lúcia Fraga do que se lembra é que de facto foi chamada para uma evacuação para ir a São Jorge com um doente que veio para cá para cirurgia, o primeiro doente, que acabou essa evacuação às seis e tal da tarde e que pouco depois foi chamada para outra evacuação para São Jorge. *[impercetível]* para São Jorge, há simultaneamente uma chamada para uma criança na Graciosa e foi confrontada com essa situação e a médica reguladora ter-lhe-á dito que ela teria que ir à Graciosa, depois a São Jorge e levar os dois doentes para São Miguel.

A informação que a minha médica me dá, vale o que vale, não sei onde é que isto está registado, é que os pais terão dito que não queriam ir para São Miguel, porque tinham familiares na Terceira e então preferiam vir para a Terceira e não para São Miguel. Esta informação que a minha médica dá vale o que vale.

Depois ela terá sido contactada pela Dra. Olga, de facto a minha médica foi contactada pela Dra. Olga para expor a situação para fazer ver à Dra. Lúcia que a doente da Graciosa era mais urgente do que a criança que estava na Graciosa, porque na Graciosa era uma situação *[impercetível]* e em São Jorge era uma jovem que tinha um TCE, tinha um Glasgow de 14, no máximo de 15, portanto, a taxa de consciência estava um bocadinho mais baixa, tinha perdido os sentidos, tinha amnésia para o acidente e justificava-se mais essa evacuação, essa evacuação seria prioritária em relação à evacuação da criança. E foi assim que foi feito. Ou seja, a decisão final acaba por ser efetivamente da médica reguladora que diz: “Faça-se primeiro aquela evacuação e depois a outra.”

Portanto, naquela noite ...

Presidente: Sr. Deputado, não quer fazer uma réplica ...

Peço desculpa.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Orador: Está desculpado.

Deputado José San-Bento (PS): De nada. Pensei que tinha terminado e aqui o meu Presidente também pensou o mesmo.

O Orador: Peço desculpa.

Só para a segunda questão que me pôs aqui.

Naquela noite era possível fazer de facto esta situação: passar por uma ilha, ir a outra e levar os doentes a São Miguel. Isso era possível. Não era possível ter duas evacuações simultâneas. Não é porque nós não tenhamos equipa. Nós ainda não temos oficialmente uma segunda equipa, estamos a tratar disso também, mas não há ainda orçamento para termos uma segunda equipa de prevenção. O que nós fazemos é: eu contacto os médicos todos que estão na equipa e digo: “Preciso de ti para ires ali rapidamente.” E a pessoa vai e o enfermeiro faz a mesma coisa. O enfermeiro responsável arranja um enfermeiro.

Arranjamos uma segunda equipa para fazer uma segunda evacuação com duas aeronaves diferentes. Neste caso não era possível, porque nem em São Jorge, nem na Graciosa o avião consegue aterrar à noite e só temos um helicóptero, ou melhor, temos dois, mas uma tripulação. Portanto, só podíamos aterrar com um helicóptero, ou seja, tudo o que tinha de ser feito naquela noite tinha de ser com um helicóptero, passando pelas duas ilhas, ou indo a uma como se fez e depois à outra ilha a seguir, ou podia ser feito com helicóptero, mas na Graciosa e em São Jorge não se voa de noite.

Se me perguntam se do ponto de vista clínico era de facto prioritária a jovem de São Jorge em relação à criança, da informação que eu tenho, da pediatra com quem falei e da médica que fez a evacuação, a jovem tinha mais gravidade do que a criança que estava em São Jorge. Esta é a informação que eu tenho da equipa médica que fez as duas evacuações.

(*) Deputado José San-Bento (PS): O Dr. Rui respondeu, acrescentou no fim a réplica que lhe ia questionar. Era precisamente se do ponto de vista clínico tinha uma opinião sobre a gravidade, o quadro clínico de uma situação face à outra e o Dr. acabou de o fazer.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Rui Bettencourt): Esta é a informação que a Dra. Lúcia Fraga me dá.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Dr. com certeza. Penso que foi claro quando disse que falou com a sua médica ...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA** (*Rui Bettencourt*): Não conheço os processos clínicos, mas foi isso que me disse.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Mas segundo a informação que tem a situação do traumatismo crónico encefálico de São Jorge era mais grave do que a questão da criança da Graciosa.

(*) **Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA** (*Rui Bettencourt*): É essa a informação que eu tenho.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): E também registo que o Dr. usou a expressão que no fim é sempre a médica reguladora que decide.

Muito bem.

Presidente: Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Inicialmente tinha feito uma pergunta ao Dr. Rui, mas depois reparei nas minhas notas que não tinha respondido, ...

Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (*Dr. Rui Bettencourt*): Peço desculpa.

A Oradora: Não faz mal!

... que é em relação ao que está escrito no último parágrafo da carta da Dra. Catarina quando diz que: “até à altura nunca tinha ocorrido uma situação tão grave de irregularidade semelhante a esta”.

Eu gostava de saber se o Dr. Rui também corrobora desta mesma opinião? Se, de facto, esta irregularidade e esta anomalia no normal funcionamento do serviço nunca tinha acontecido algo tão grave, por que é que acha que de facto aconteceu?

Depois, gostaria também de dizer, prosseguindo o que o meu colega estava a dizer, a tentar aqui falar de situações excecionais, mas esta não é uma situação excepcional. Nós não estamos a discutir aqui questões clínicas do ponto de vista médico, de gravidade clínica.

Nós estamos aqui a discutir a situação excepcional, no sentido de que há uma situação anormal do funcionamento, e isso também já foi dito por si, porque até ao momento nunca tinha acontecido, nunca ninguém tinha interferido no normal funcionamento do Serviço de Evacuações, pelos vistos [*imperceptível*] questões em toda a equipa, porque não foi



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

uma situação linear. Portanto, há aqui uma situação de interferência clara, que no nosso entender terá que ser clarificada.

Como já ouvimos aqui, de manhã, a Dra. Olga assumiu, que de facto, tinha feito 3 telefonemas à médica reguladora. Além de ter feito esses 3 telefonemas à médica reguladora, fez também telefonemas à Dra. Lúcia Fraga.

A minha pergunta é: então quem é que decidiu? Se a Dra. Olga diz que apenas fez telefonemas a aconselhar que fosse dada prioridade à doente de São Jorge, que a colega tinha que decidir rapidamente sem nenhum dos telefonemas (foi a Dra. Olga a decidir), mas pelo menos pressão fez, de forma que não acata aquilo que está explanado no Despacho, porque não é o funcionamento habitual.

Depois, há aqui outra situação. Se me diz que por acaso naquela noite era possível ir às duas ilhas, bem, apesar do TCE ser obviamente uma situação de gravidade, a doente tinha um Glasgow de 14, portanto, não era a passagem pela Graciosa que ia pôr em risco de vida a situação de São Jorge.

Portanto, (vá lá) de uma vez só ter-se-ia revolido, a bem, todo este problema e se calhar não estaríamos aqui hoje a discutir esta situação, que acredito que seja desagradável para todos os intervenientes.

Finalmente, também no decorrer da sua explicação, acabou obviamente mais uma vez por dizer que a Dra. Olga, sim, tinha ligado à Dra. Lúcia, e isto em nosso entender é mais uma vez interferência ilegal, clara, da Dra. Olga enquanto Presidente do Conselho de Administração. Como disse e bem, nunca tinha acontecido e não é o normal funcionamento do Serviço de Evacuações.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Doutor.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Muito obrigado.

Em relação às várias questões que acabo por resumir numa só, é de facto uma situação que eu não tinha conhecimento. No meu conhecimento, nestes 23 anos, efetivamente nunca ocorreu. Não há informação, que eu tenha, de nenhum dos meus médicos, que tenha havido interferência de alguém extra equipa de evacuações. É o médico regulador e o



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

médico de origem. O médico de origem muitas vezes pressiona, obviamente, para fazer a evacuação rápida, mas não tenho informação de terceiros intervenientes sem ser médico de destino, médico de origem, médico regulador e médico das gravações. São estes quatro que participam neste processo.

Não tenho informação de que mais alguém tenha interferido.

É de facto anormal, não é frequente isto acontecer.

De facto, confirmo, a Dra. Lúcia disse-me: “sim senhor”. Houve, de facto, um telefonema da Dra. Olga para a Dra. Lúcia a dizer isso, “a situação de São Jorge é uma situação grave, a miúda tem um Glasgow de 14, perdeu os sentidos, teve amnésia e era urgente”, dizia ela.

E concordo também! Uma estratégia, como a Dra. Mónica disse, era efetivamente ter feito como estava estipulado primeiro pela médica reguladora. Essa era uma estratégia possível. Esta é outra estratégia.

A informação que tenho também da Dra. Lúcia é que a miúda foi evacuada às 3 ou 4 da manhã, depois de virem de São Miguel, que vinha bem, estava estável, era um assunto febril e não tinha muito gravidade, mas efetivamente justificou uma evacuação. Portanto, a indicação de passar pela Graciosa e depois por São Jorge, era também uma possibilidade e fazemos isso algumas vezes.

Já agora (vocês não me perguntaram, mas posso dizer isto), nós não transportamos muitas vezes dois doentes em simultâneo. É complicado transportar dois doentes em simultâneo, sobretudo se são dois doentes graves. Neste caso era um bebé de 13 meses, e era uma jovem... Enfim, um vem ao colo da mãe, o outro vem numa maca, mas às vezes não é fácil transportar dois doentes.

Não estou a dizer que aqui não teria sido possível. A Dra. Lúcia tem assumido que sim, que transportar os dois doentes, face à gravidade pouca da criança, possivelmente teria sido possível transportar os dois doentes. Também concordo.

Presidente: Muito obrigado. Sra. Deputada Mónica...

Sr. Deputado Paulo Mendes...

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Dr. Rui Bettencourt, não considera no mínimo estranho, se não mesmo surpreendente, que o senhor Doutor, enquanto responsável pela



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Unidade de Evacuações Médicas na Região, não tenha tido conhecimento desta situação, sendo claramente uma situação, no mínimo, fora do normal?

Mais estranho ainda, não constar daquele que foi um relatório que acompanhou este processo de evacuação. Isso não ocorreu.

Na sua opinião, por que é não constou do relatório, digamos, este incidente (no mínimo incidente)? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: é possível aos intervenientes de todo este processo, e que muito bem descreveu de forma sucinta, solicitar pareceres a outros profissionais?

Terceira questão: alguém que não seja interveniente pode, por iniciativa própria, usufruir, por exemplo, dando parecer médico para de certa forma contribuir para o processo de tomada de decisão subjacente a uma evacuação?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Faça favor, Dr. Rui Bettencourt.

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Em relação à questão que me põe, e bem, se eu tive conhecimento, não tive! Tive, como disse no início, pela comunicação social. A primeira coisa que fiz foi ver, e à escala, no dia 2 de fevereiro de 2017, quem era a equipa que estava nas evacuações e telefonei a eles: a Dra. Lúcia, o Enf.º Pedro Paz... “Contem-me o que é se passou! Há aqui um problema. Vocês já leram o jornal como eu! O que é que se passou?”. E eles relataram o que tinha acontecido.

Efetivamente, do ponto de vista clínico (que é normal o que aconteceu, é) não ficou registado em nenhum documento.

Eu também perguntei se eles tinham feito algum registo. Ninguém tinha feito registos. Não é frequente isso. Podiam ter dito, esta evacuação faz-se depois daquela, por ter sido dada prioridade a esta... Enfim! Isso não está escrito. Não está escrito por que é que aconteceu desta maneira.

Efetivamente a gente sabe, porque nós trabalhamos, nós voamos e somos orientados pelo médico regulador, fazemos aquilo que o médico regulador determina. Podemos questionar, podemos sugerir, podemos dar uma sugestão, mas não tomamos a decisão. A decisão final é claramente do médico regulador.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, o que foi feito foi por orientação do médico regulador. Não está registado em nenhum papel que houve...

Dada esta história que estamos a falar aqui, que houve a intervenção de alguém, ou que esta deslocação foi mais atrasada por isto ou por aquilo, isso não ficou registado.

Segunda questão: vou dar-lhe um exemplo meu. Pergunta se as pessoas que estão na equipa de evacuações podem pedir parecer a terceiras pessoas? Sim!

Eu já pedi e já vou contar-lhe a minha história. Já estive em São Jorge com um doente que tinha um enfarte e telefonei para um cardiologista meu amigo a dizer: “nesta situação eu devo fazer mais alguma coisa? Já fiz tudo, mas posso fazer mais alguma coisa?”. Mas entre profissionais de saúde.

Eu a telefonar para um cardiologista meu amigo, disse: “eh, pá! Nesta situação assim...”, porque eu não consegui falar com o cardiologista de destino para onde o doente ia. Tentei ligar, mas não consegui e falei com o outro cardiologista meu amigo e disse: “nesta situação eu devo fazer mais alguma coisa?”;

“Não, fizeste tudo, está tudo feito, não podes fazer mais nada!”.

A gente pode pedir esse parecer a pessoas externas, claro que do ponto de vista clínico, para bem do doente e para orientação clínica do doente.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** E em contrário: alguém por sua iniciativa própria querer de alguma forma intervir (usando as palavras da Dra. Olga Freitas que fez questão de distinguir muito bem o conceito de intervir e de interferir, apesar da doença ser um debate, na área semântica, que seria muito interessante tê-lo, mas não estamos aqui para isso)? É possível...

Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Não tenho conhecimento!

O Orador: ... por sua livre iniciativa fazê-lo?

Vai dizer que é possível...

Voz não identificada: Sei que não é!

O Orador: ... mas é, digamos, aceitável à luz de todo o processo que regula as evacuações?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Não tenho conhecimento!

Que eu tenha conhecimento isso nunca aconteceu, nem está protocolado isso. Não é expectável que eu esteja a fazer uma evacuação e que uma terceira entidade que não seja quem pede, quem recebe, o médico regulador e eu, alguma pessoa fora desta equipa intervenha. Isso não é expectável.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes está esclarecido?

Mais inscrições?

Deputado Jorge Paiva...

(*) Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Rui Bettencourt, só gostava de saber (uma pergunta muito simples) na sua avaliação, por que é que nesta evacuação a Dra. Olga, Presidente do Conselho de Administração, interveio?

(Pausa)

Presidente: Está respondido?

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Não sei responder.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Fico sem resposta, Sr. Doutor!

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt):

Eu posso tentar.

A Dra. Olga foi alertada (provavelmente já concluiu isso) para que tinha um familiar doente numa ilha distante, penso que por esse motivo familiar tentou intervir. Não sei!

Presidente: Mais inscrições?

(Pausa)

Não há mais inscrições? Não havendo mais inscrições, resta-me agradecer ao Dr. Rui Bettencourt (que por acaso tem o nome de um grande amigo meu),...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Voz não identificada: Secretário Regional!

O Orador: ... embora eu não seja propriamente do mesmo partido que ele...

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Esqueci-me de uma coisa. Olhei para as minhas notas agora. Peço imensa desculpa.

Gostava apenas de perguntar ao Dr. Rui Bettencourt se por acaso tem conhecimento que, face a esta situação toda desagradável, a Dra. Manuela Henriques apresentou o seu pedido de demissão, presumo que não a si, porque não é da sua competência, mas sim à Proteção Civil, porque é uma das médicas reguladoras?

Se teve conhecimento que ela apresentou o seu pedido de demissão na sequência deste episódio?

(*) Responsável pela Unidade de Evacuações Médicas na RAA (Dr. Rui Bettencourt): Soube através do jornal também. Não tive outro conhecimento.

Presidente: Agora, sim, penso que me vou despedir do Dr. Rui Bettencourt, agradecendo a sua disponibilidade e agradecendo os esclarecimentos que prestou a esta Comissão. Até um dia. Muito obrigado.

(*) Texto não revisto pelo orador.

As redatoras: Ana Sofia Machado e Maria da Conceição Fraga Branco

**Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Sr. Presidente do
Serviço Regional Proteção Civil dos Açores**

Angra do Heroísmo, 7 de setembro de 2018.

(*) Presidente: Em primeiro lugar, queria fazer o agradecimento habitual da colaboração que vieram aqui prestar relativamente aos esclarecimentos que vão ser prestados, por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde e do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil. Dispensam-se as apresentações, exceto uma apresentação, que é um Deputado novo que ainda não é conhecido dentro do Sr. Secretário, que é o Deputado



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Jorge Paiva, do CDS, de São Jorge. O resto são todos elementos que já pertenciam a esta Comissão.

Dar nota também de que, dentro do que costumamos fazer, e aliás já fizemos uma em que isso aconteceu, estas audições estão a ser gravadas, para depois serem transcritas e o relatório não será um relatório nos termos habituais. Será a transcrições das audições, portanto, contendo todas as perguntas e todas as respostas, tudo o aquilo que for evidenciado durante a audição.

O que temos aqui adotado como metodologia, o requerente, no caso o Grupo Parlamentar do PSD, faz uma apresentação do requerimento que apresentou junto da Assembleia e depois veio encaminhado para a Comissão de Política Geral. Haverá uma primeira abordagem por parte do Sr. Secretário e do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, e depois passar-se-ia àquilo que é habitual, a uma fase de perguntas por parte dos Srs. Deputados, e as respetivas considerações que tiverem que ser feitas por parte das pessoas que estão a ser ouvidas.

Portanto, passava de imediato a palavra à Deputada Mónica Seidi para fazer a apresentação do requerimento.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos e mais uma vez, agora especificamente ao Sr. Secretário da Saúde e ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, bem-vindos a esta Comissão.

Como é do vosso conhecimento, o PSD [*impercetível*], face às notícias que foram tornadas públicas através de um jornal desta Região e atendendo ao assunto em questão, por considerarmos ser essencial um esclarecimento cabal de toda a situação [*impercetível*] nesta Comissão, a audição de todos os intervenientes. Neste caso o Sr. Secretário, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, que ouvimos hoje de amanhã, um responsável pela Unidade de Evacuações Médicas, o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, bem como as médicas intervenientes neste processo, mas que infelizmente se mostraram indisponíveis para estarem aqui presentes. Nós consideramos que seria muito mais útil se pudessem cá estar e se pudessem contribuir para um total esclarecimento, apesar de que não considero essencial nenhum ponto, no



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

sentido daquilo que foi o nosso sentido do motivo da audição, mas que obviamente que seria muito mais útil que viessem cá prestar esses esclarecimentos.

Assim, é nesta condição que pedimos que cá viessem, que se fizessem esclarecer o mais total e cabal possível atendendo à situação em questão. De facto, uma Região arquipelágica como a nossa, é essencial que os açorianos tenham confiança num serviço que é prestado de forma exemplar e que de uma forma em geral exercem muito bem. Isso também tem que ser dito.

Penso que esta situação foi sim, uma situação, não gosto de dizer excecional, porque não podemos entrar aqui numa confusão (e não gosto de usar este termo e mais à frente verão porquê), mas uma situação que é anormal e que não é de todo habitual, felizmente naquilo que é o serviço e no funcionamento da Unidade Evacuações Médicas.

E, portanto, é neste sentido que gostaríamos que viesse o Sr. Secretário e que também viesse o Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil. Inicialmente não sabíamos que até viriam em conjunto, mas penso que terão optado por essa decisão, mas aquilo que interessa é que, de facto, todos os esclarecimentos sejam prestados e o que importa é que venham.

É nesse sentido que gostaríamos inicialmente de vos ouvir e depois terei obviamente questões para colocar.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário...

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Muito obrigado.

Boa tarde aos Srs. Deputados. É sempre, como sabem, com muito gosto que estou presente nas Comissões, tentando contribuir para os esclarecimentos que são necessários. Permitam-me que eu cumprimento o Sr. Deputado Jorge Paiva e desejar-lhe felicidades neste período em que ele estará na Assembleia e também, por aquilo que sei, trabalha no Serviço Regional da Saúde.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Na educação!

O Orador: Na educação, mas esteve na saúde.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sim, sim!

O Orador: É sempre útil para as pessoas e para o contributo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(corte na videoconferência aos 33 minutos e 15 segundos)

Presidente: Eu peço desculpa... É por causa da gravação, porque a gravação é feita através do sistema de videoconferência.

O Orador: Também o que estava a dizer não era para a gravação. Era dirigida ao Sr. Deputado. Já o felicitei e que contribua para a discussão de todas as temáticas e aquelas que tenho no Serviço Regional de Saúde que serão diretamente para todos nós. Uma mera referência, nem sequer era para a ata.

Presidente: Vamos fazer um pequeno compasso de espera a ver se o Miguel aparece.

(Pausa)

(retoma da gravação aos 33 minutos e 57 segundos)

O Orador: Só para justificar a nossa vinda conjunta. Tem sido prática do Governo Regional, quando é solicitada a presença de um Diretor Regional ou de outra entidade dependente dos Membros do Governo, é hábito que venham em conjunto, o que não invalida que façam as perguntas que entenderem ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e ele está aqui obviamente disponível para o efeito.

Aquilo que eu gostaria de vos dizer da minha parte é que, como é público, está a decorrer um relatório solicitado pelo Governo Regional, pelo Sr. Presidente do Governo, relativamente a esta temática. Posso dizer-vos que o relatório ainda não foi entregue. A data limite era no dia 2. Com certeza que até às 24 horas ele será entregue.

A primeira data era o dia 31 de agosto. Foi pedida uma prorrogação, porque estiveram a fazer-se, durante um período, as transcrições das conversas que ficam gravadas nessas situações, como é óbvio, para a linha 112 e para os médicos reguladores.

Portanto, foi um trabalho, segundo a informação, do pedido de prorrogação da Sra. Inspetora, que está a decorrer.

Eu não conheço o conteúdo. Só conhecerei quando for entregue.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, da minha parte não tenho comentários a fazer, até porque como está a decorrer essa inspeção. Da minha parte estou de forma serena a aguardar os resultados para podermos analisar e perceber o que é que efetivamente aconteceu.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Dava a palavra novamente à Deputada Mónica Seidi, agora para passar à fase das questões em concreto.

(*) Deputada Mónica Seidi (PSD): Sr. Secretário, tem, obviamente, conhecimento, penso eu, daquilo que é o funcionamento normal do Serviço de Unidade de Evacuações Médicas. Aliás, está muito bem testemunhado num Despacho n.º 6/2004, de 28 de março de 2014, aliás, num Despacho Normativo de 2014, (ai!...) n.º. 6/2014, de 28 de março de 2014. Já disse esta frase tantas vezes, que sinceramente já estou um bocadinho baralhada. Portanto, tem obviamente conhecimento deste Despacho, tem também conhecimento como é que funciona toda a Unidade de Evacuações e também vamos ter que reconhecer que no corpo do Despacho nunca é referido a palavra Presidente do Conselho de Administração, ou seja, não há no Despacho qualquer papel ou qualquer figura, em toda ação, em que a Presidente do Conselho de Administração tenha qualquer tipo de ação. Portanto, a primeira pergunta que lhe faço é se reconhece claramente...

(Corte na gravação aos 36 minutos e 59 segundos)

A Oradora: Posso continuar?

Presidente: Em princípio não!

Julgo eu que a partir do momento em que o Faial está a tentar ligar, o som é recebido no Faial e está a ser gravado lá.

A Oradora: A primeira pergunta que faço é se reconhece que não há qualquer função atribuível à Presidente do Conselho de Administração do HSEIT neste processo? Ao reconhecer isto, o Sr. Secretário estará também a assumir [*termo não identificado*] da normal, de 22 de fevereiro de 2017?

A minha pergunta seria direta no sentido de se tentar perceber se alguma coisa de anormal aconteceu? Que motivos levaram a que o Sr. Secretário tivesse decidido que não seria



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

necessário investigar ou, neste caso concreto, abrir um inquérito de forma a avaliar esta situação?

Gostaria também de saber quando e como é que teve conhecimento de toda esta situação, se alguma vez foi contactado pela Dra. Olga enquanto Presidente do Conselho de Administração do Hospital sobre este processo e quando é que isso aconteceu?

Gostaria também de saber se face a estes contactos, se quer o Sr. Secretário, ou então o Sr. Presidente da Proteção Civil, eventualmente contactaram ou tiveram algum tipo de contacto com a médica reguladora que estava em funções nesse dia ou até mesmo com a equipa médica que iria fazer a evacuação?

Se tem conhecimento de outras situações semelhantes no passado, ou seja, se, e por aquilo que já ouvimos aqui de manhã, portanto houve uma interferência ilegal por parte da Dra. Olga, que até disse que era habitual, mas que lamentavelmente dito pelo responsável da Unidade de Evacuações Médicas, não é habitual, ou nunca ocorreu ao longo de 23 anos, qualquer tipo de interferência por terceiros em todo este processo.

Pergunto-lhe se tem conhecimento de alguma situação semelhante?

Depois, e já esta semana, ficámos a saber pela própria Proteção Civil, e bem, que pediu um parecer junto de um jurista de forma a saber se havia ou não a necessidade da abertura de inquérito. O jurista que fez (isto são tudo dados que temos acesso pela comunicação social, não são documentos oficiais), face a estas situações expostos e face à carta que é feita pela Dra. Catarina, o parecer jurídico considera esta situação grave.

Mais uma vez, o Sr. Secretário volta a não considerar que é necessário perder tanto tempo. Gostaria de perguntar mais uma vez e incisivamente porquê?

Finalmente, ao Presidente da Proteção Civil gostaria de perguntar muito concretamente se fez tudo o que tinha disponível ao seu alcance no sentido de tentar clarificar esta situação e evitar que no futuro situações como estas voltassem a acontecer?

Gostava ainda de saber, porque apesar da Dra. Olga dizer que não decidiu e de na carta que a Dra. Catarina escreveu estar bem explícito que a decisão foi tomada pela Dra. Olga, afinal, se o senhor tem essa informação, quem é que então decidiu relativamente à prioridade e relativamente ao trajeto que é efetuado no dia 2 de fevereiro de 2017?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Para finalizar, e uma vez que a Direção Regional de Saúde também é referida na comunicação social, e também pelas suas palavras, eu gostava que explicasse então qual foi o papel da Direção Regional de Saúde em todo o processo?

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Dava a palavra agora... Foram colocadas questões aos dois...

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Posso fazer aqui uma primeira resposta e depois o Sr. Presidente da Proteção Civil responderá obviamente àquilo que entender.

A primeira pergunta tem a ver simplesmente com a questão do conhecimento da legislação. Obviamente que conheço toda a legislação, até porque como a Sra. Deputada sabe, fui Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, mal seria se não conhecesse.

Relativamente a todas as outras questões, eu espero que a Sra. Deputada perceba que estando a decorrer este inquérito que irá certamente constatar tudo aquilo que foi e ocorreu no dia de 2 fevereiro, eu recorro a minha opinião sobre o mesmo, para quando for conhecido o relatório e tiver oportunidade de analisar. Uma vez que está a decorrer este inquérito, acho que não devo fazer qualquer apreciação, que, entende, não estando ele ainda terminado, possa ser mal interpretado.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Da minha parte, aquilo que a Sra. Deputada perguntou era sobretudo para esclarecer o que se passou naquele dia.

De facto, eu falei naquele dia com a médica reguladora. Depois falei com a Dra. Catarina Soares por diversas vezes, debatemos o assunto, chegámos à conclusão que nem tudo correu como devia e a Dra. Catarina Soares achou por bem, falando comigo, pôr a situação por escrito, e como tal a situação foi analisada por um jurista.

Foi ver se nós, o serviço, tínhamos competência, ou não, para se fazer o inquérito, para fazer uma investigação, mas dado que a Unidade de Evacuações Aeromédicas não depende do serviço, só a médica reguladora, mandei para tutela no caso de, se achassem por bem, essa situação ser averiguada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Depois disso, e também na carta, e falando com a Dra. Catarina Soares, eu penso que, aquilo que ela queria mais importante, até do que a abertura do inquérito ou algo desse género, seria que todos trabalhássemos em conjunto para evitar que situações dessas se pudessem repetir, ou essas pequenas arestas que havia muitas vezes, ou poderia haver no relacionamento entre o médico regulador e as Unidades de Evacuações Aeromédicas, ou as Unidades de Saúde de Ilhas, mesmo com a própria Força Aérea e os Bombeiros, por vezes, nem todas as coisas funcionavam sem defeitos ou completamente sem haver alguma perda de tempo. Foi isso que se fez futuramente.

Eu fiz duas reuniões com os médicos reguladores, fizemos outra na Força Aérea onde também participou a Unidade de Evacuações Aeromédicas, e penso que também o chefe, não sei se é Diretor, da especialidade do Hospital, por forma a que se conseguisse evitar mais algum constrangimento desse género, porque se passavam também alguns problemas.

Havia algum tempo de espera já com as naves a trabalhar, havia algum tempo entre a saída da Unidade de Evacuações Aéreas do Hospital até chegar lá cima à Base Aérea e agora há mais constrangimentos relativamente às horas de descanso dos pilotos e foi nisso que trabalhamos nos primeiros seis meses por forma a que se ultrapassasse essas situações. Foi um facto que se conseguiu.

As evacuações estão cada vez mais rápidas. O período em que medeia o pedido, que é tomada a decisão, até que é efetuada a evacuação, tem melhorado muito, e a prova disso é que depois desta situação de 2 de fevereiro já foram efetuadas, penso eu, mais de 400 evacuações aeromédicas, algumas delas com mais de um doente em simultâneo e uma delas até com sete doentes em simultâneo, já se efetuaram quatro resgates em terra com o apoio da Força Aérea, um com a PSD e o outro com os nossos bombeiros e todas correram muito bem. A partir daí os problemas deixaram, penso eu, de existir.

A comunicação passou a ser melhor.

Eu penso que esta situação muitas vezes... Não é uma certa falta de comunicação, é uma certa diferença de opinião entre as duas áreas tem a ver um pouco com o passado, porque anteriormente, aqui, este Despacho, as evacuações aeromédicas eram tratadas diretamente



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

entre as unidades de saúde de ilha, com a Unidade de Evacuações Aeromédicas e depois com a Força Aérea.

De facto, nessa altura, e era as críticas e a informação que eu tinha, porque na altura eu estava na Força Aérea, era que demorava muito tempo a chegar a aeronave, havia muito tempo, dificuldade (e saia nos jornais) até a decisão ser tomada, e o médico regulador veio tomar uma posição, ou veio conseguir uniformizar os critérios – pelo menos é essa tentativa – e ser ele a despoletar, a dar as autorizações e a decidir, segundo um critério, as evacuações aeromédicas.

Como eu lhe disse, a partir desse esclarecimento, as reuniões foram feitas com toda a gente e penso que esses problemas foram ultrapassados e que hoje. A prova disso é que depois, passado mais de um ano e meio, nunca mais tivemos conhecimento, porque se tivesse corrido mal de certeza que havia conhecimento. Como correu bem ninguém fala no assunto, mas fizemos mais de 400 evacuações.

Perguntou mais algo...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sobre o trajeto!

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Ah, sim! Isso era uma pergunta conjunta. Perguntei sobre o trajeto, se afinal a Dra. Olga diz que não decidiu, não teve qualquer intervenção, basicamente a questão, quem é que efetivamente decidiu?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Eu tenho uma opinião sobre esse assunto. Eu não estou a estudar, mas enquanto não houver a conclusão do inquérito, deste processo do inquérito, porque está tudo lá, as gravações, de certeza depois que a inspetora dará uma conclusão final fase às declarações e fase àquilo que se passou.

Presidente: Muito obrigado.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sr. Secretário, entretanto, já percebi que de facto não vai por questões, por escusa-se a responder.

Então deixem-me da minha parte dizer uma coisa. Quando pus a primeira questão, não estava a pôr a causa que não tivesse conhecimento obviamente do que era a legislação, mas queria perceber, pela resposta, porque obviamente conhecendo a legislação também reconhece que a figura do Presidente do Conselho de Administração, neste caso do



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

hospital, não tem interferência no processo. De facto, isso era importante para nós percebermos se comunga da mesma opinião.

Em relação ao Presidente da Proteção Civil, admitimos que falou várias vezes que é a coordenadora Catarina Soares.

A pergunta que lhe faço é: se é do conhecimento os telefonemas que foram feitos entre a Dra. Olga e Dra. Manuela Henriques como influenciadora no processo?

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Permite-me também cumprimentar a Sra. Deputada.

Penso que ela a processou.

Qualquer comentário sobre essa pergunta concreta que fez, eu não queria comentar. Com certeza que eu também fui durante sete meses Presidente de um Conselho de Administração.

Qualquer comentário que eu apresente hoje aqui, e até que pudesse transmitir o que eu fiz ou deixei de fazer, poderia dar sinal de que eu estivesse aqui a tomar partido ou a defender seja quem for.

Portanto, a nossa posição é aguardar pelo inquérito e a partir daí damos resposta concretas.

Eu não quero é de forma nenhuma tomar qualquer posição aqui que possa indiciar uma opinião pessoal ou instituir a nossa opinião na matéria.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** A senhora perguntou-me se...?

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Se [impercetível], na medida que disse nas declarações, que tinha tido nos vários contactos, quer com a médica reguladora, quer com a Dra. Catarina?

Em todo caso, se ao longo desses contactos foi tendo conhecimento dos vários telefonemas que a Dra. Olga fez para a Dra. Manuela Henriques durante o processo de evacuação?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Sim, eu tive conhecimento de que a médica reguladora estabeleceu diversos contactos, quer com a Unidade de Evacuações Aeromédicas, e que tinha falado com a Diretora de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Administração do Hospital. Tive conhecimento disso sim, e mais posteriormente depois do último telefonema que me fez a Dra. Catarina Soares, que me explicou o decorrer da situação e eu na altura disse à Dra. Catarina Soares o seguinte:

“Independentemente de quem telefona ou não, a decisão cabe ao médico regulador” e o médico regulador é pago para isso, tem experiência para isso e não se pode inibir de tomar essa decisão e vai ter que tomar essa decisão. Foi isso que eu defendi. Terá todo o meu apoio nessas decisões que tomar ao nível médico, clínico.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Mas em ambos os casos esse contacto foi feito da Dra. Manuela para a Dra. Olga e da Dra. Olga para a Dra. Manuela?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Não posso precisar isso, neste momento. Houve contactos, mas também com os chefes de serviço do hospital, no sentido de coordenar a evacuação, tanto para Ponta Delgada como para a Terceira.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Mas lá está! Aí há um propósito. Uma coisa é falar com os chefes de toda a equipa que está aqui em questão e que tem obviamente um papel de todo o movimento da evacuação, outra coisa é estarmos aqui a falar de uma terceira pessoa que não tem qualquer tipo de papel e que já foi dito aqui de manhã que só teve conhecimento porque estamos a falar de um familiar, senão, como deve saber, noutras evacuações, nunca houve qualquer tipo de interferência ou qualquer tipo de chamada entre a Presidente do Conselho de Administração e o médico regulador. Isso também já foi confirmado esta tarde aqui pelo responsável da Unidade de Evacuações Médicas.

A minha pergunta era nesse sentido. Se, de facto, teria havido necessidade?

Pode me dizer assim: Há! Muitas vezes há necessidade dos médicos terem um parecer, que é essencial numa situação que têm dúvidas.

Têm dúvidas, mas isso também não seria normal neste processo, não era para a Dra. Olga que iria ligar enquanto Presidente do Conselho de Administração.

Ligava para o diretor clínico, falava com os colegas clínicos que estariam no hospital. Se fosse outra dúvida de outro foro qualquer, teria ligado obviamente para a médica coordenadora, ou para o Dr. Rui Bettencourt que é o responsável pela Unidade de Evacuações ou até mesmo para si. A minha questão é só essa.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Boa tarde a todos. Já tinha cumprimentado todos os membros. Queria cumprimentar, particularmente o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, e queria dizer – não é muito hábito, mas deixo aqui o meu testemunho pessoal – que acho que são, e nós estamos aqui numa inquirição, duas pessoas (já lidei o suficiente com eles nesta atual legislatura) que têm revelado um grande empenho, uma grande dedicação, eu diria exemplar, mas isso é uma afirmação que me vincula mim, na dedicação que têm em permanência por forma a que o Serviço Regional de Proteção Civil, nomeadamente o Serviço de Evacuações Médicas, seja aquilo que é, um serviço importantíssimo nos Açores, insubstituível, que presta um papel da maior importância e é uma entidade idónea sujeita a procedimentos íntegros.

Esta é que é a regra e o Sr. Presidente da Proteção Civil apresenta aqui até um dado: que já foram feitas mais 400 evacuações depois dessa ocorrência. Portanto, isto significa que 1 em 400 é 0,25%. Portanto, é de facto uma absoluta exceção.

Mas deixa de ser uma situação que carece de total esclarecimento e é para isso que nós estamos aqui e é para isso que o Partido Socialista, desde o início apoiou esta iniciativa do PSD, mas também não podíamos deixar passar o reconhecimento, que me parece que é devido, a pessoas que permitem que o serviço funcione da maneira que funciona, com as regras que funciona, e que – aliás socorrendo-me das declarações que me surpreenderam-me, devo confessar, mas é uma evolução que eu registo ao longo do dia, e espero que a Sra. Deputada não me leve a mal, mas citando a Sra. Deputada Mónica Seidi quando diz – “é um serviço que funciona de forma exemplar”. Claro que nós registamos!

(Aparte inaudível da Deputada Mónica Seidi)

O Orador: Não, não. Aliás, o seu colega disse que os açorianos não tinham razões para duvidar do Serviço Regional de Saúde. Portanto, é uma evolução e eu registo com agrado. Um dia antes do PSD apresentar essa proposta, trazendo para a frente parlamentar a discussão e a clarificação de um assunto que é importante, mas que tinha sido também no



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

dia anterior objeto de uma medida do Sr. Presidente do Governo no sentido de um inquérito urgente para apurar o cabal e total esclarecimento desse assunto, é óbvio que havia duas condicionantes.

Na reflexão que o PS fez, logo à partida, havia duas questões que depois com o aproximar desta reunião se vieram a confirmar. Uma tinha a ver com o próprio conteúdo do relatório da inspeção. Como é óbvio, é um elemento determinante para o apuramento de toda a situação e de toda a circunstância e esse documento, em princípio, estaria disponível no dia 31 de agosto. Agora percebemos que será eventualmente entregue hoje, com a justificação e o pedido de prorrogação que o Sr. Secretário aqui justificou. Nós não tínhamos conhecimento dessas razões que levaram a inspeção a pedir praticamente mais uma semana.

A outra questão tinha a ver com a parte acusadora, digamos assim. As duas médicas que não aceitaram o convite de vir aqui. Acho que estas duas situações condicionam o trabalho que a Comissão pode fazer nesta data, não quer dizer que não o possa fazer e complementar essa avaliação e essa análise em momento posterior.

Dito isso, eu gostava de fazer duas questões ao Presidente da Proteção Civil.

A primeira é se nos podia descrever, de forma sintética, qual é o envolvimento do Serviço Regional de Proteção Civil no processo das evacuações? Eu fiz uma questão muito semelhante ao Dr. Rui Bettencourt. Eu penso que isso é importante para efeitos de esclarecimento e para efeitos de relatório, porque essas questões têm importância e devem ser enquadradas. Portanto, fazia-lhe essa primeira questão.

Segunda questão: na sua opinião, se tem opinião, e pareceu-me da forma que abordou e com o à vontade que abordou o assunto, e se pode partilhar connosco a sua opinião sobre as circunstâncias e as decisões que foram tomadas no dia 2 de fevereiro de 2017, em relação, como é evidente, a estes dois casos de evacuações médicas?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: A responsabilidade do envolvimento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

dos Açores nas evacuações, é total, porque nós é que somos responsáveis pela coordenação desse serviço, através do médico regulador.

Penso que é do conhecimento geral de que os médicos das unidades de saúde de ilha quando têm essa necessidade passam para o médico regulador e depois é atividade uma série de procedimentos, quer pelos nossos operadores junto da Força Aérea, juntos bombeiros e depois de estar em movimento todos esses procedimentos, é efetuada a evacuação [*impercetível*] médico regulador na parte clínica, e depois dos nossos operadores, [*termo não identificado*] para os registos e para os contatos com a Força Aérea.

Em último caso, penso eu, a responsabilidade final pela execução das evacuações aeromédicas será sempre do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. A sua segunda pergunta que era concretamente...

Deputado José San-Bento (PS): As circunstâncias...

O Orador: As circunstâncias do dia hoje. Normalmente quando as coisas não correm tão bem como nós queremos, há sempre um conjunto de situações que levam depois ao evento final, mas não posso deixar de realçar que possivelmente talvez nessa noite não tenhamos sido o mais eficiente que talvez pudéssemos ter sido, mas de certeza que fomos eficazes, porque as duas evacuações foram feitas a horas diferentes.

Segundo também (e isto é uma opinião meramente pessoal) o caso clínico mais grave foi evacuado primeiro. Se é esse o caso, não me estou a meter nisso. Estou a falar disto... Isto são opiniões que ouvi...

Deputado José San-Bento (PS): Mas foi isso que nos disseram!

O Orador: Agora se me disser que tudo correu na perfeição, não! Assumo perfeitamente que houve algumas falhas, que demorámos muito tempo a decidir, demorámos muito tempo a tomar a decisão, demorámos muito tempo a ativar...

Voz não identificada: Demorou muito tempo?

O Orador: Demorámos, é o serviço! Eu não vou dizer... apontar a responsabilidade para a médica reguladora ou para o meu operador. Quando digo demorámos, é o serviço. Demorámos bastante mais tempo do que seria expectável ou do que se calhar seria necessário a ativar o meio aéreo e isso tudo criou maior tensão.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Duas evacuações simultâneas são mais difíceis de decidir, mais ainda porque era o período noturno e só havia um meio aéreo disponível que era o EH101, que poderia ir aquela hora efetuar as evacuações, por isso aquilo que eu disse no início é, são tudo um conjunto de pequenas situações que tornam de facto depois a decisão final, o desenvolvimento de toda a operação um pouco mais difícil, mas como já disse anteriormente fomos eficazes mais uma vez e a operação da evacuação dos dois doentes correu com sucesso, felizmente.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, se me permite, só uma pergunta suplementar.

Sr. Presidente da Proteção Civil, numa audição anterior foi-nos dito que os relatórios das evacuações não fazem qualquer referência a problemas, a inferências. Portanto, dão nota de um procedimento, e a expressão é minha, escoreito e sem problemas.

Eu gostava de perguntar se tem conhecimento desses relatórios e se habitualmente tem conhecimento desses relatórios?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Habitualmente não, porque se as coisas correrem bem... Tenho o pessoal da Divisão de Planeamento e Operações, o Chefe de Divisão e o homem responsável pela coordenação dos enfermeiros que lê esses relatórios e veem o que se passa.

Chegam ao meu conhecimento se houver situações anómalas, atrasos, situações que tenham dificultado a evacuação. Não problemas com a Força Aérea, problemas de comunicações, problemas em que, por exemplo, acontece muitas vezes que a Força Aérea durante um período de 4 ou 5 horas não tem os meios ou as tripulações disponíveis. Nesse caso os relatórios vêm ao meu conhecimento.

Presidente: O Sr. Deputado vai colocar uma questão nova?

Deputado José San-Bento (PS): Não, não. Tenho aqui só mais uma questão.

Presidente: Se é nova fica para pôr posteriormente.

Deputado José San-Bento (PS): Pode inscrever-me se faz favor. É uma questão que pode ser nova, não quero colocar problemas.

Presidente: Deputada Mónica Seidi...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Tenho duas questões. Uma questão direta para o Sr. Presidente da Proteção Civil, mas gostava primeiro só dizer ao meu colega Deputado San-Bento que deve estar um bocadinho distraído, porque há bocadinho comecei a audiência anterior a elogiar e até considerei o serviço de evacuações essencial. Penso que o PSD não mudou de postura.

Deputado José San-Bento (PS): Mas falou. Foi um serviço que funciona de forma exemplar e isso impressionou-me, Sra. Deputada e daí citei-a.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Ficou impressionado. Também já disse que isto era uma situação anómala. Isto era uma situação anómala.

Deputado José San-Bento (PS): Agora se a senhora dissesse que eu tinha feito uma citação sua incorreta e abusiva, isso aí eu ficaria preocupado e pedia desculpa, naturalmente.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Em relação à Dra. Manuela Henriques, Sr. Presidente, o que eu gostava de perguntar muito diretamente, é, obviamente nós sabemos que a Dra. Manuela Henriques apresentou a sua demissão. Neste momento não trabalha como médica reguladora no Serviço de Proteção Civil.

Eu gostaria de perguntar claramente se relaciona a demissão apresentada pela Dra. Manuela Henriques com este episódio, atendendo ao facto até da Dra. Manuela Henriques ser uma pessoa com diferenciação para a área de emergência, abordagem do doente crítico.

Portanto, presumo, embora não a conhecendo, mas sendo uma colega minha que até fez um investimento na sua carreira pessoal e profissional, de fazer um ciclo de estudos especiais na área de cuidados intensivos durante dois anos, que obrigou obviamente a algum esforço, presumo que a Dra. Manuela Henriques teria imenso gosto em trabalhar e colaborar neste tipo de serviço, mas face a esta situação, gostaria que confirmasse se relaciona a demissão da Dra. Manuela com esta situação e com o todo impasse e frenesim que acabou por criar?

Finalmente, só para dizer que, atendendo que também esta opinião já foi corroborado aqui pelo responsável da Unidade das Evacuações Médicas, se por acaso naquela noite era uma noite que até podiam ter sido feitas as duas evacuações em simultâneo? Há noites



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

em que não é possível acontecer (esta afirmação foi dita pelo Dr. Rui Bettencourt), poderia ter acontecido sem qualquer tipo de problema, apesar de também já aqui termos ouvido dizer que a doente de São Jorge apresentaria um grau clínico de gravidade superior, mas depois numa escala de avaliação...

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Deixei de repente de ouvi-a, e depois eu tenho uma certa idade, se começa fazer tudo muito seguido, eu depois perco-me.

O Dr. Rui Bettencourt, só para me situar...

A Oradora: Não. É só para fazer o enquadramento.

Basicamente o que o Dr. Rui Bettencourt disse, foi que as duas evacuações naquela noite podiam ser sido feitas as duas em simultâneo.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Mas porquê? Porque eu tinha mais uma equipa médica?

A Oradora: Não, não! Na mesma evacuação...

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: A patologia permitia...

A Oradora: ... a mesma equipa poderia ter apanhado (como era o que estava definido inicialmente) o doente da Graciosa, o doente de São Jorge e depois ter transportado os dois doentes em simultâneo.

Por acaso naquela noite não fez isso.

Poderia ter sido naquela noite?

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Poderia ter uma [impercetível]

Presidente: Srs. Deputados, vamos a ver uma coisa: inscrevam-se, quando quiserem conversar. A Sra. Deputada Mónica Seidi está a fazer uma afirmação. Neste momento vamos parar de conversar.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Oradora: Inclusivamente ele diz que as duas evacuações naquela noite poderiam ter sido feitas em simultâneo. O resto penso que se torna uma questão de preciosismo, mas não vou entrar em discussões.

Mais uma vez corroboro, e o Dr. Rui concordou comigo, relativamente ao facto da doente ser uma Glásgow 14, havia margem de manobra, não havia propriamente emergência para transportar aquela doente, o que para mim as duas evacuações deviam ter sido feitas em simultâneo. Eu queria só saber a sua opinião sobre isso.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: A primeira coisa que me perguntou foi se eu relaciono a saída da médica reguladora do serviço.

Não! Não relaciono, nem deixo de relacionar, porque desde o tempo que eu cá estou, há médicos que têm saído, uns para formações, uns por umas razões, outros por outras, outros regressaram.

Também deixe-me dizer uma coisa: se alguém por causa de uma problema abdica de uma situação, como a senhora disse, que gostou tanto, que investiu tanto na formação por causa de um pequeno problema, eu desconfio que não deve ser por causa disso.

Eu também não conheço concretamente muito bem a médica reguladora, mas acho que ninguém ia abdicar de uma carreira que gostava, de uma função que desempenha por causa de um problema. Então aqui todos nós já tínhamos desistido se calhar das nossas profissões e daquilo que fazemos, porque os problemas aparecem todos os dias.

Relativamente ao grande frenesim, o grande frenesim levantou-se agora depois de sair na comunicação social. Naquela altura nós falámos, conversámos, fizemos reuniões. Havia alguma “azia”, se calhar, de algumas partes, mas a situação pouco a pouco foi melhorando de tal maneira que as pessoas continuam a funcionar, os médicos reguladores continuam praticamente os mesmos.

Última questão que me perguntou é se as duas evacuações poderiam ser feitas em simultâneo?

Eu não sou médico, nem parecido com isso, mas muitas vezes há situações em que a patologia dos doentes ou a doença não permite que se façam as evacuações em simultâneo. Não permite também que muitas vezes a própria equipa médica não se sinta



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

à vontade para estar a tratar de dois doentes ao mesmo tempo. A partir do momento em que a médica reguladora pretende que a evacuação terá que ser feita em simultâneo e se tem também o assentimento da unidade da equipa de evacuações aeromédicas, penso que poderiam ter feito em simultâneo as evacuações.

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi está satisfeita relativamente a estas questões?
Sr. Deputado Paulo Mendes...

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde, Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:

Em primeiro lugar, agradecer a vossa presença. Vai ser, de certeza, muito valiosa para determinarmos os factos e ficarmos também elucidados acerca de tudo o que se passou no dia 2 de fevereiro de 2017 e mais do que isso também perceber quais as consequências daquilo que foi tratado menos bem no dia 2 de fevereiro no 2017.

A minha primeira pergunta é dirigida ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e é uma pergunta que já tive oportunidade de a fazer ao responsável pela Unidade de Evacuações Médicas da Região, o Dr. Rui Bettencourt, que é, sabendo que no relatório desta evacuação, em concreto, não há qualquer menção ao problema que hoje discutimos, sabendo também que o próprio responsável pela Unidade de Evacuações Médicas assumiu aqui em Comissão que também não teve conhecimento deste problema, aliás, só teve conhecimento através da comunicação social, acham que é uma situação normal que, apesar de todo este problema, deve-se ou aos meios de comunicação ou a outros problemas se quem sabe mais graves?

É um problema, e que não surge no relatório desta evacuação, e que pelo menos na minha opinião (não quero estar a falar por todos, mas dá-me a impressão) o bom senso manda que após um episódio desta natureza, que pelo menos alguma coisa estivesse mencionada no relatório desta evacuação.

Mais do que isso, era mais do que normal, dentro de toda esta anormalidade, que o responsável da Unidade de Evacuações Médicas da Região Autónoma dos Açores tivesse tido conhecimento e tivesse tido conhecimento não pela comunicação social.

Qual a vossa opinião acerca disso? Essa é a primeira pergunta.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A segunda pergunta, esta mais dirigida ao Sr. Secretário Regional da Saúde: por que é que a queixa apresentada e o processo associado não deram entrada na Inspeção Regional de Saúde?

Terceira pergunta, também dirigida ao Sr. Secretário Regional da Saúde (e eu não gosto entrar no domínio dos se, no campo dos se, mas acho que vale a pena): se as situações clínicas dos doentes em causa não tivessem sido resolvidas, teria aberto um inquérito e teria encaminhado este caso para a Inspeção Regional de Saúde?

Penúltima pergunta, esta dirigida ao Sr. Presidente do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros: por que não deram conta do objeto da queixa, ou seja, desta situação, à Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito, a visada da queixa?

E após a queixa, a visada teria direito aa contraditório? Porque segundo aquilo que foi proposta da comunicação social escrita, e pelo que eu percebi, aliás numa carta dirigida ao público em geral pela Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito, um dos aspetos que é lá mencionado é que teria sido importante que na altura ela tivesse tido direito a contraditório. Não sei se lhe foi dada essa oportunidade.

Última pergunta, esta dirigida ao Sr. Secretário Regional da Saúde: sabendo que, pelo menos para responder a algumas das questões que já foram aqui colocadas, se escudou (bem ou mal, não sei , não vou aqui fazer juízos de valor acerca disso) no carácter confidencial do relatório que ainda decorre, eu gostaria de saber, e acho que todos nós se calhar gostaríamos de saber, se poderíamos ter acesso à gravação de todo este episódio, e isto porquê? Porque a Sra. Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito disse inicialmente que teve acesso a esta gravação e que conhecia mais do caso do que propriamente qualquer Sra. ou Sr. Deputado presentes nesta Comissão. Mas também é verdade que já para o final da sua intervenção acabou por dizer que só conhecia mesmo aquela informação que foi prestada pela própria, porque não conhecia a informação que foi prestada por terceiros, no âmbito do inquérito.

No entanto, parece que teve acesso... Parece, não! Teve mesmo acesso a esta gravação!



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Será que qualquer um de nós ou mesmo o público em geral poderá ter acesso à gravação daquilo que ocorreu, das comunicações que ocorreram naquele dia 2 de fevereiro de 2017?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** A primeira, a quarta e a quinta são dirigidas ao Sr. Presidente, que poderá explicar.

A segunda e a terceira foram dirigidas a mim, mas deixe-me só, até porque a resposta será a mesma... Eu não falei na confidencialidade dos relatórios. O relatório está a decorrer. O que eu disse é que ele ainda não foi entregue, que ainda não terminou, daí achar que não devo pronunciar-me sobre qualquer uma dessas situações, nem as factuais, nem as da minha opinião. Como imagina, com o meu percurso, poderei ter opinião, e tenho-a de certeza, mas não a vou manifestar, sobre essa situação.

Relativamente às duas perguntas que o Sr. Deputado fez, peço a sua compreensão de lhe transmitir que não posso responder, porque tem a ver obviamente com qualquer manifestação de posição relativamente a um caso grave.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Sr. Deputado, relativamente às suas perguntas, começando pela última, de facto, a Dra. [impercetível] do hospital, como a médica que fez a evacuação, solicitaram-me autorização para ouvir as gravações, as comunicações que elas efetuaram com o médico regulador, através do nosso sistema.

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, tal como faz sempre nessas situações, pede autorização, neste caso à Inspeção Regional da Saúde, que já estava a decorrer um processo, se haveria problema ou não, e também à entidade que regula a Proteção de Dados, que nos autorizaram a dar conhecimento das gravações onde as próprias tiveram interveniência. Não mais do que isso. Ou seja, nenhuma das pessoas, tirando a Inspeção Regional da Saúde, teve acesso a todas as gravações. Depois só os intervenientes tiveram acesso às gravações deles próprios, onde eles foram intervenientes, e isso foi autorizado superiormente.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Se o senhor me está a fazer a pergunta, vou ter que perguntar à Proteção de Dados se lhe posso dar isso e também à Inspeção Regional de Saúde se há problemas ou não para o inquérito. Mas sugiro que o ponha oficialmente e nós estudaremos e iremos pedir um parecer e daremos a resposta ao Sr. Deputado.

Relativamente à primeira pergunta se temos conhecimento dos relatórios ou não relatórios, é o seguinte: os relatórios basicamente são técnicos e são médicos e têm as horas, os contatos e tudo isso. Não tem lá espaço sobre estas situações que possam ocorrer ou não, mas que não sejam coisas oficiais que digam parte à evacuação e às decisões médicas.

Se nós [*impercetível*] ou não, eu tive conhecimento da situação, tive conhecimento também pela responsável pelos médicos reguladores que nos falou sobre o assunto. Eu tive conhecimento dessa situação.

A situação foi analisada, foi vista e conversei com os médicos reguladores e com a responsável pelos médicos reguladores, depois do mês de fevereiro, sobre a situação da carta: a carta/queixa/sugestão, medidas a tomar para ultrapassarmos aquilo que se tinha passado e foi isso que foi feito.

Trabalhámos em conjunto para ultrapassar essa situação.

Relativamente a se eu devia (eu, Presidente) nas funções de Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, dar conhecimento ou não à Sra. Doutora, Diretora do Conselho de Administração do Hospital, não sou eu que o tenho que fazer.

Primeiro, aquela situação relatada não é uma queixa formal. Ainda não tinha sido objeto de um procedimento oficial. Se assim fosse, é lógico que a senhora seria, tal como foi, quando o Sr. Presidente do Governo Regional mandou abrir o inquérito. Ela tomou logo conhecimento de todos os factos e teve direito ao contraditório, a se defender e até a vir para a comunicação social, como é o caso.

Naquela altura, e quando há uma situação oficial, eu não tenho que lhe dar conhecimento de nada, mais ainda, porque a senhora não depende de mim. Não sei se respondi às suas questões.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Eu tenho uma questão para colocar na sequência desta resposta e na sequência também da minha pergunta, é: se não deu encaminhamento à queixa, não encaminhou a queixa para a Secretaria Regional da Saúde, para a tutela?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** É do conhecimento. Está na comunicação social. Eu encaminhei por baixo. Pus à consideração superior, com parecer daquela que seria a nossa opinião, a do serviço.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** E ficou surpreendido pela postura da Secretaria Regional da Saúde?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Não.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Porquê?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Porque temos que analisar a coisa a seu tempo. Para já, porque estávamos a desenvolver um trabalho para ultrapassar essas situações, para que elas não se repetissem, para que as “azias” anteriores que havia não se voltassem a repetir, e esse trabalho começou a dar frutos.

Depois, quando os pareceres foram recebidos e quando veio a situação final (como é que eu hei de dizer?), quanto a mim também já era um pouco intempestivo. Como considero que o é agora? Não, não o considero.

Mas nessa altura seria um pouco talvez fora do tempo estar-se a abrir um inquérito, estar-se a abrir feridas novamente, para uma situação que nós tínhamos trabalhado para ultrapassar e que estava ultrapassada, quanto a mim. Tal é que em mais de 400 evacuações nunca mais se registou situação alguma.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes está?

Sr. Deputado José San-Bento...

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente da Proteção Civil, o senhor há pouco falou nisso, mas eu queria, se pudesse detalhar um pouco mais, que quando tomou conhecimento da situação, o serviço desencadeou várias medidas para corrigir o problema.

Reuniu com os médicos reguladores, foi o que eu percebi. Se nos pudesse explicar quais foram as medidas que foram tomadas por parte da Proteção Civil?



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: As medidas que foram tomadas foram em diversos âmbitos.

Deputado José San-Bento (PS): Sim. Se pudesse descrever sinteticamente!

O Orador: Tudo tinha como objetivo final melhorarmos todos os aspetos em si, das evacuações aeromédicas, desde, como eu disse no início, os tempos de espera que as Unidades de Evacuações Aeromédicas por vezes demoravam a chegar ao hospital, o tempo que por vezes acontecia até à tomada de decisão de se contactar a Base Aérea 4 para se ativar os meios aéreos, a definir concretamente, perante todos os agentes intervenientes, quais seriam e quais eram (ou relembrar), as funções de cada um, para que não houvesse dúvidas, para que ninguém tivesse dúvidas em seguir aquilo que estava escrito, situações também fundamentando uma melhor comunicação entre os próprios bombeiros das unidades de saúde de ilha para haver uma melhor coordenação no transporte do doente até à aeronave, uma melhor coordenação também com os bombeiros para que já estivessem à espera e já estivessem ativados para que a aeronave não esperasse e não tivesse em marcha muitas vezes durante uma hora ou duas. Foram diversas situações que nos permitiram melhorar os tempos e penso eu, no fundo, a qualidade de socorro às populações.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Tinha aqui uma dúzia de questões, mas o senhor já respondeu a uma série delas. Portanto, vou abreviar e uma vez que são dois intervenientes distintos neste processo e presentes, vou dirigir as perguntas, agora só ao Sr. Presidente do Serviço Regional da Proteção Civil. Havia aqui uma questão que para mim era fundamental que era perceber quando é que o senhor tomou conhecimento dessa situação?

Percebi que o senhor tomou conhecimento ainda durante a ocorrência, ou seja, no decurso do desenvolvimento da evacuação no dia 2 de fevereiro de 2017.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Perguntava-lhe, e textualmente, em que momento é que o senhor teve conhecimento de que o paciente da Ilha de São Jorge, que teve prioridade na evacuação em detrimento da bebé da Graciosa, tinha relação familiar com a Sra. Presidente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira? Em que momento é que tomou conhecimento desse facto?

Em que data recebeu a participação redigida pela médica reguladora?

O que fez ao receber, o senhor já aqui esclarecer. Pediu um parecer jurídico. Perguntava-lhe em que data recebeu o parecer jurídico e se o parecer recomendava ou não a abertura de um inquérito?

E que despacho o senhor proferiu sobre o processo nesse mesmo parecer e em que data?

E se necessariamente o senhor proferiu um despacho escrito ou se submeteu à tutela, como serviço, apenas de forma verbal? E em que data o fez?

Por último, o senhor referiu que o serviço assume a responsabilidade, pelo menos moral, que o serviço não foi eficaz naquele dia.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Eficaz foi! Eu disse foi que talvez não foi totalmente eficiente. Isso são coisas diferentes.

O Orador: Totalmente eficiente, sim senhor. O serviço não foi totalmente eficiente naquele dia.

Pergunto-lhe: se os telefonemas da Dra. Olga Freitas que fez durante a situação das duas evacuações, contribuíram ou não para essa menor eficiência no serviço naquele dia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil...

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:

Relativamente às perguntas que o Sr. Deputado me fez e foram muitas, mesmo assim.

Relativamente à data em que eu recebi... Eu falei logo naquela noite com a responsável pelos médicos reguladores e voltei a falar nos dias seguintes e eu presumo que recebi a carta da senhora talvez, em que ela me disse para enviar, e eu disse: “com certeza, sim envio, meta por escrito para nós analisarmos e vermos o que é se faz com essa situação”, penso eu que talvez 15 dias depois. Agora não tenho esse documento, não sei precisar. Talvez dentro de 15 dias, 17, 18 dias.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Depois penso que ao analisar mandei dar entrada em documento oficial, em SGC, [impercetível], e pus um despacho para que o assessor jurídico desse um parecer sobre aquela situação. O assessor jurídico disse que sim, que de facto era matéria fora do normal, que merecia ser investigada, mas que nós, nosso serviço, não tínhamos competência sobre a Unidade de Evacuações de Ilha nem tão pouco sobre a Doutora e como tal deveria ser mandado para a Direção Regional da Saúde, a Secretaria Regional da Saúde.

Eu penso que ele demorou talvez uma semana a dar o parecer, ou quatro ou cinco dias, e eu, passado dois dias, penso eu, mandei para a Secretaria Regional da Saúde um parecer que é escrito, fica vinculado, onde concordava com o parecer do assessor jurídico.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Perguntava-lhe se o senhor remeteu para a Direção Regional de Saúde ou para a Secretaria Regional da Saúde?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Para a Secretaria Regional da Saúde.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Secretaria Regional da Saúde!

E houve uma questão que ficou por responder, penso que por lapso, certamente.

Sr. Presidente, em que momento é que o senhor teve conhecimento de que a paciente da Ilha de São Jorge era familiar da Sra. Presidente do Conselho de Administração do Hospital?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Tive nessa noite, durante essa noite (tive!). Não sei precisar concretamente em que altura, mas eu presumo que tenha sido pelo telefonema da Dra. Catarina Soares. Foi durante essa noite. Exatamente em que altura de comunicação é que eu não me consigo recordar já, porque já foi há um ano e sete meses, mas foi nessa noite que tive conhecimento dessa situação.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira está...

Sra. Deputada Mónica Sedi...

(*) **Deputada Mónica Sedi (PSD):** Só para terminar. Acho que todos nós ficámos um pouco envolvidos no facto de esperarmos que o Sr. Secretário viesse a esta audição contribuir para o esclarecimento de toda esta situação, e isto de facto não aconteceu.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Mas em primeiro lugar penso que é oportuno responder ao Presidente da Proteção Civil. É a primeira vez que nos encontramos e nos cruzamos aqui numa Comissão, mas estávamos a falar em gravidade, “mas penso que aquele doente de São Jorge tinha maior gravidade”.

Mas na carta que é descrita pela Dra. Catarina e que passo a ler, diz: “na avaliação da ficha de registo de evacuação inter-hospitalar em vigor, do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o risco de transporte de ambos os utentes em questão é semelhante...”.

Isto é uma ficha que é de todo o serviço, é uma ficha generalista, é igual para qualquer tipo de doente.

Portanto, se aqui está escrito que é semelhante, ou diz que é semelhante, agora vem dizer que acha que o doente de São Jorge tem uma gravidade superior, não estará a pôr em causa, não digo aqui indiretamente, mas esta avaliação que foi feita pelas médicas?

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Não estou, não estou!

A Oradora: Finalmente, para terminar, permitam-me estas duas considerações, mas, Sr. Secretário, tenho que dizer:

Está perante uma Comissão da Assembleia, uma comissão permanente, que requereu a sua presença aqui, a que o Sr. Secretário opta por não prestar declarações.

Nós, obviamente lamentamos isto, lamentamos este facto. Como eu afirmei no início, o requerimento foi posto com o sentido de se ter o total esclarecimento. Tudo bem que está a decorrer o inquérito, mas não tenho ideia que esse inquérito seja totalmente sigiloso, penso que é opção não prestar declarações, nem responder às nossas questões, mas o seu silêncio acaba por ser logo um sinal de cumplicidade.

Essencialmente o senhor desvalorizou a situação e não abriu o inquérito. A não abertura de inquérito e o seu silêncio culminou com a atuação do Presidente do Governo, e penso que caberá a si avaliar, Sr. Secretário, se me permite, se tem ou não condições para continuar a exercer as suas funções como Secretário Regional da Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Agradecer. Não esperaria da Sra. Deputada Mónica Seidi outra consideração que não fosse essa que ela acabou de fazer, mas volto só responder o mesmo que respondi ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

Eu não disse que o relatório era confidencial. O que disse foi que está a decorrer o inquérito e, enquanto não for entregue o relatório, considero que não devo prestar declarações. É só isto.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho uma questão a colocar ao Sr. Secretário que não está certamente abrangida pelo inquérito que serve de base à sua opção de não responder a algumas das questões que foram aqui colocadas, mas primeiramente gostava de registar, e penso que terá sido certamente um lapso, que o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores não respondeu a uma questão que eu coloquei e por isso eu vou referir.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Eu perguntei se tinha respondido a todas e o senhor disse-me que sim.

O Orador: O senhor confirma que o serviço não foi totalmente eficiente naquele dia. E eu perguntava-lhe novamente se os telefonemas da Dra. Olga Freitas, naquela noite, contribuíram ou não para essa menor eficiência do serviço naquela noite?

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Essa é uma pergunta que deve ser feita à médica porque ela é que tem que dizer se os telefonemas que recebeu, inclusive um telefonema meu, ou de quem quer que seja, contribuíram ou dificultaram que ela tomasse a decisão. Essa é que é a situação. Ela é que pode decidir. Agora aquilo que eu digo que é um facto, e segundo a minha análise, é que demorámos muito tempo a tomar a decisão, por isso é que eu disse que fomos menos eficientes.

Agora a médica é que pode dizer o que é que teve influência no tempo em que ela demorou a tomar a decisão e quando digo, obviamente, que não fomos obviamente eficientes, é que devíamos ter tomado a decisão no mais curto espaço de tempo. Ao sabermos que tínhamos duas situações graves deveríamos ter logo ativado os meios aéreos ou pelo menos pré-ativados, porque depois de estarem ativados nós falámos para a Base Aérea 4,



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

normalmente demora quase uma hora até o helicóptero ou avião (neste caso foi o helicóptero, demora mais tempo, quase uma hora durante o período noturno) a ficar pronto a sair, e quando digo que não fomos verdadeiramente eficientes, foi nesses pormenores assim.

Agora se teve influência no tempo da médica, a médica é que tem que ser chamada e é que o poderá dizer.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sr. Presidente, o senhor entra numa enorme contradição.

O senhor ó assume a responsabilidade como assumiu há pouco, ou não assume e transfere para a médica.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Não! Não, não!

O Orador: O senhor não pode é dizer “nós assumimos qualquer responsabilidade; eu como Presidente do serviço assumo a responsabilidade”, claro, sem qualquer consequência, e depois quando lhe pergunto se os telefonemas, aquilo que a Sra. Presidente, julgo eu, colocam, não interferências, mas intervenções no processo, contribuíram ou não para a menor eficiência, o senhor diz, “eu aí já não sou” e transfere para a médica a responsabilidade da resposta.

Assim estamos claramente a entrar em contradição.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Não, nada disso!

O Orador: Sr. Presidente, tinha agora uma questão ao Sr. Secretário.

(*) Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores: Mas não posso responder agora?

A questão é que o Sr. Deputado está a colocar aqui coisas diferentes.

(*) Presidente: O Sr. Deputado disse que ia colocar uma questão ao Sr. Secretário, creio eu, mas primeiro foi colocada uma questão ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e logo que ele acabou de colocar essa questão o Sr. Presidente respondeu de imediato, e por isso é que isto baralhou aqui...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Peço desculpa!

Presidente: Pode colocar as questões ao Sr. Secretário.

Depois o Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil poderá responder relativamente à consideração que acabou de fazer e a terminar, a questão que tinha a fazer.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** A condução dos trabalhos é naturalmente do Sr. Presidente, mas eu penso que até seria mais facilmente convincente para todos nós, que o Sr. Presidente pudesse...

(*) **Presidente:** Mas vai responder a seguir. A condução dos trabalhos efetivamente é minha.

É colocar as questões que tinha dito que ia colocar. Ia colocar um conjunto de questões, tal como temos feito durante o dia todo e como fazemos habitualmente. Se são 3 ou 4 questões, colocam-se todas e são dadas as respostas. É isto.

Se a Comissão não concorda, há de dizer ao Presidente da Comissão e o Presidente da Comissão há de se calar.

Enquanto o Presidente da Comissão...

Deputado José San-Bento (PS): A Comissão concorda!

O Orador: Enquanto o Presidente da Comissão tiver uma determinada metodologia é aquela que ele adota. Eu torno isto de uma forma muito simples.

Sr. Deputado faça favor de continuar a colocar as questões ao Sr. Secretário, creio eu.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** De momento não tenho nenhuma questão, Sr. Presidente.

Presidente: Então faça favor, Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** São coisas diferentes. Aquilo que eu disse era que assumia que não fomos tão eficientes como eu gostaríamos que fossemos. E assumo! O serviço não foi!

Eu não estou a pôr as culpas na médica, no operador, em nada disso. O que senhor depois perguntou-me foi: e os telefonemas tiveram alguma causa nessa menor eficiência?

Não pode pôr as culpas da médica. O que é um facto é que demorámos tempo a decidir.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O porquê?... Se calhar se fosse eu que lá tivesse não atendia aos telefonemas, por exemplo.

Então não tinha problema na eficiência e na decisão final.

Se a médica o quis ouvir...

Por isso é que eu estou a dizer, que a ela é dizer assim... Se ela demorou mais tempo, ou não, a decidir por causa dos telefonemas? Tem que perguntar à médica, não a mim.

Agora eu assumo perfeitamente que nós havíamos de ter sido mais eficientes, no total. Não me estou a escudar, nem como o senhor disse, a empurrar para a doutora. Nada a disso!... Eu assumo aquilo que o pessoal que trabalha comigo faz.

Agora, claro, como é lógico, digo, que em situações, o serviço em si tem que ser mais eficiente. O senhor é que apontou o dedo à médica e é que disse que os telefonemas da Dra. Olga poderiam causar menor eficiência por parte da médica.

O senhor é que falou na médica e falou na Dra. Olga, não fui eu. Quando falei, falei foi no conjunto. Era só isso que eu queria dizer.

Presidente: Tem alguma questão?

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Tenho sim senhor.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu não falei na médica.

Eu falei nos poderes da Dra. Olga e na consequência ou não para a maior ou menor eficiência do serviço. Eu nunca falei da médica.

Muito obrigado.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Peço imensa desculpa.

Sr. Deputado, peço desculpa. Eu pensei ou intuí que os telefonemas tivessem sido para a médica, mas de facto o senhor não afirmou.

Presidente: Sim senhor, está finalizado.

Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Apenas para referir que face à intervenção da Sra. Deputada Mónica Seidi há pouco, ...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(Aparte inaudível)

O Orador: Não! Acho que é importante dizer isso.

Nós obviamente que achamos que é justificável, compreendemos e respeitamos a decisão do Sr. Secretário Regional, porque, Sra. Deputada, nós também podíamos ter considerado a vossa proposta intempestiva face àquilo que, na véspera de apresentar a proposta, o Sr. Presidente do Governo tinha decidido, e ter dito nós não aprovamos essas diligências, nós achamos isso intempestivo, vamos aguardar pelo inquérito urgente e depois avaliaremos a situação.

Portanto, a nossa disponibilidade e a nossa abertura é também um sinal de que este dia de trabalho em concreto aqui, pode certamente contribuir para esclarecer a situação.

Agora, a iniciativa do PSD contribuiu para chamar a atenção do Governo para esse assunto?

Não contribuiu. Desse ponto de vista não contribuiu, porque na véspera o Governo já tinha solicitado à Inspeção Regional da Saúde que procedesse a esse inquérito urgente.

Portanto, era isso que eu queria deixar claro e não vale a pena fazer outras leituras e criar aqui outras questões, quando aquilo que é a posição que o Sr. Secretário Regional aqui assumiu, parece-me que é uma posição digna e é uma posição que se compreende, concorde-se ou não.

Admito que não concordem. Agora ela é totalmente legítima e perfeitamente compreensível para quem estiver com boa-fé e, aliás, isso não tem nada de inédito, porque é muito corrente os responsáveis (é verdade, até no plano nacional, e não só) políticos que têm a tutela dessas matérias que estão a ser objeto da inquirição e do apuramento de responsabilidades, reservam a sua opinião para o momento oportuno, neste caso, após a tomada ou a divulgação deste requerimento.

Face às polémicas que foram aqui levantadas, Sr. Deputado, sobre a organização dos trabalhos, o PS queria afirmar aqui solenemente que o Sr. Presidente tem todas as condições para continuar a presidir à Comissão de Política Geral.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Ferreira...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho uma questão para colocar ao Sr. Secretário Regional da Saúde que penso que não colocará em causa qualquer ponto do inquérito.

O Sr. Secretário afirmou, e é do conhecimento público, que foi Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Pergunto, Sr. Secretário: alguma vez o senhor interferiu numa evacuação médica como aconteceu no dia 2 de fevereiro de 2017, enquanto foi Presidente do Conselho de Administração do Hospital?

Presidente: Sr. Secretário Rui Luís...

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Muito obrigado.

Eu também manifesto a minha solidariedade, e a do Governo Regional, pela sua condução como Presidente. O Sr. Presidente sabe muito bem que eu já vim várias vezes à sua Comissão e todas as vezes estive disponível para responder a todas e quaisquer questões e até me lembro de alguns Srs. Deputados, que agora aqui estão presentes, elogiarem o facto da transparência com que eu trago muitos dos assuntos a esta casa.

Voz não identificada: É verdade!

O Orador: Penso que devem perceber que o facto de estar a decorrer o inquérito, que este inquérito terá que ser, depois de ser entregue obviamente, analisado.

Eu já disse há pouco, até mesmo numa questão semelhante relativamente àquela que o Sr. Deputado Carlos acaba de perguntar, que eu não devo (acho eu) fazer qualquer consideração, seja para bem ou para mal, para bem ou para mal no sentido daquilo que eu disser ser considerado que estou a defender A ou B. Também já fui Presidente do Conselho de Administração e acho que não me devo pronunciar sobre isso.

Portanto, eu tenho a minha opinião sobre isso. Eu, enquanto Secretário, sei o que é que acontece com as evacuações aéreas. Eu, enquanto Presidente do Conselho de Administração sabia o que é que acontecia com as evacuações aéreas. Portanto, acho que por respeito por aquilo que está a acontecer, pelo inquérito que está a decorrer, que não me devo pronunciar sobre isso.

O Sr. Deputado Carlos Ferreira sabe muito bem a abertura que eu tenho de todos os assuntos e espero que compreenda esta minha posição.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Portanto, qualquer comentário que eu fizesse, nomeadamente esta pergunta que o Sr. Deputado me fez, iria obviamente demonstrar alguma opinião ou algum contestamento daquilo que aconteceu hoje durante o dia.

Espero que compreenda que não me posso pronunciar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado...

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de realçar que eu próprio já elogiei nesta Comissão a postura de transparência que realmente tem o Sr. Secretário Regional da Saúde.

A questão colocada não tem nada a ver com o inquérito.

Deputado José San-Bento (PS): Claro que tem, ó Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Secretário quando foi Presidente do Conselho de Administração do Hospital, terá sido em 2016, salvo erro, muito antes desta situação acontecer.

Portanto, também não pedi ao Sr. Secretário qualquer comentário. Solicitei apenas uma resposta concreta. Se alguma vez na qualidade de Presidente do Conselho de Administração tinha tido uma intervenção num processo de evacuação médica, deixando claro que num tempo anterior, inclusivamente à sua nomeação como Secretário Regional, o senhor tinha todas as condições para responder à pergunta se assim quisesse.

Portanto, penso que tem que ficar registado que o senhor não respondeu, quando na minha opinião poderia e deveria ter respondido nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado.

Não sei se o Sr. Secretário quer fazer alguma observação.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Eu não respondi não por causa da sua opinião, mas por causa da minha.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sr. Deputado, queria fazer uma interpelação à Mesa, mas vou aguardar que a gente acabe e faço a seguir, vai ser melhor. Tem a ver com a condução dos trabalhos, mas não há necessidade de o fazer neste momento.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes...



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde, Sr. Presidente do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros:

Eu penso que está criada aqui uma espécie de campeonato para ver quem retira a “rolha” ali ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Eu vou dar o meu contributo para ver se consigo.

Voz não identificada: Muito bem! Vamos a isso!

Deputado Bruno Belo (PSD): Já esteve pior!

O Orador: Vou fazer uma pergunta que eu coloquei também à Dra. Olga Freitas e só não coloquei ao responsável pela Unidade Evacuações Médicas da Região, porque sinceramente não me lembrei na altura, que é, na sua opinião (e aqui é uma opinião meramente política, aliás, a Dra. Olga Freitas não deu uma resposta, porque considerou que a resposta teria algum teor político e ela não quis dar a sua opinião), se a Região tivesse mais meios aéreos para atender a evacuações e mais tripulações também para atender a essas mesmas evacuações, se poderíamos evitar problemas semelhantes a estes e melhorar certamente a qualidade do serviço? Essa é a pergunta que eu tenho a fazer.

Outra pergunta é dirigida ao Sr. Presidente do Serviço de Proteção e Civil e Bombeiros, e tem a ver com algo que me respondeu.

Disse que recebeu a queixa (recebeu uma queixa!) no dia 22 de fevereiro de 2017, depois pediu um parecer a nível jurídico, aos juristas, penso eu que do próprio Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. Esse parecer indicou que haveria necessidade da abertura de um inquérito para esclarecimento da situação e apuramento de responsabilidades.

Julgo que disse, e se não disse, corrija-me por favor, que concordou inteiramente com esse parecer e a seguir encaminhou a queixa com o parecer à Secretaria Regional da Saúde.

No entanto, a inação do Serviço Regional de Saúde perante todos estes elementos não o surpreende. Não é estranho?

Presidente: Isso é para ambos, não é?

O Orador: É mais para o Sr. Presidente.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** A primeira eu só não lhe vou responder para o Sr. Deputado Carlos Ferreira não ficar ofendido e levantar aqui um protesto relativamente a esta situação.

(*) **Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores:** Eu, para já, não disse inação e não disse que... Repita a expressão, por favor, a última expressão que teve, a última afirmação que fez.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Se não achou estranho?

O Orador: Eu tinha dito que não fiquei surpreendido com a inação. Não, não disse.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Mendes)

O Orador: Eu não disse isso. Analisando a situação e aquilo que se foi falando e os trabalhos que foram feitos, que foram sido efetuados e todas as ações que nós temos para ultrapassar as situações, era uma situação que estava a ser trabalhada e resolvida. Por isso não houve inação.

O senhor pode dizer é, houve inação relativamente àquela carta, mas aquela carta é uma situação, que é a vossa principal preocupação. A minha não! A minha é resolver os problemas e quanto a isso não houve inação, nem minha, nem do Sr. Secretário, nem dos médicos reguladores que trabalhamos todos em conjunto.

Deputado Paulo Mendes (BE): Mas confirma!

O Orador: Agora, a coisa que o senhor se refere (posso agora continuar até ao fim?)...

Presidente: Pode e deve continuar. O Sr. Deputado Paulo Mendes já está inscrito.

O Orador: Aquilo que os senhores consideram uma inação, pode ter a sua preocupação e a sua importância, mas a minha importância é ter as coisas a funcionar bem e quanto a isso não houve inação.

O resto tudo bem!... São procedimentos legais. Vamos a ver. Se demora mais um mês, ou dois meses, ou três meses a abrir o inquérito, eu não achei estranho. Acharia estranho – porque essas coisas demoram tempo a serem investigadas, elaborar pareceres é preciso pedir um parecer aqui, parecer ali – era se nós não tivéssemos trabalhado para ultrapassar as situações, se depois consecutivamente as evacuações tivessem corrido mal, se



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

consecutivamente tivéssemos constatado que haveria problemas ou as evacuações não eram feitas ou as decisões não eram bem tomadas.

Não!... Isso, de facto, é que não voltou a acontecer; 400 evacuações depois, nós trabalhamos concretamente.

Eu não posso concordar com o senhor quando o Sr. Deputado diz “então o senhor não estranha que houve inação?”.

Não!... Ninguém falou em inação e não houve inação nenhuma nos procedimentos. Nós trabalhamos para resolver as situações.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) Deputado Paulo Mendes (BE): A estranheza que eu tenho e que penso que uma parte pelo menos dos Srs. e Sras. Deputadas devem partilhar, é que o Sr. Presidente assume que deu entrada uma queixa, deu relevância a essa queixa, tanta relevância deu que até pediu um parecer técnico-jurídico sobre essa mesma queixa. Esse parecer dá conta que há espaço para a abertura de um inquérito.

O Sr. Presidente também aqui (e pedia para me confirmar) concordou com a pertinência do inquérito.

A seguir envia toda essa informação para a Secretaria Regional da Saúde – estou a referir-me aqui concretamente a este caso, não estou a referir-me às 400 e tais evacuações, que de certo correram bem, estou a referir-me a este caso em concreto – e, no entanto, perante todo este processo, dá relevância à queixa, solicita um parecer técnico-jurídico acerca da queixa, o parecer técnico-jurídico não só valida essa queixa como considera que ela é tão pertinente que deverá dar origem a um inquérito e de seguida, e muito bem, encaminha a queixa e o parecer técnico-jurídico para a Secretaria Regional da Saúde, mas a Secretaria Regional da Saúde, por razões que eu desconheço (o Sr. Secretário Regional da Saúde neste momento não me vai dizer quais)... Eu não sei até que ponto o Sr. Presidente do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros conhece ou desconhece as razões pelas quais a Secretaria Regional da Saúde simplesmente não agiu conforme aquilo que já era uma indicação que vinha da parte do Serviço Regional da Proteção Civil e dos Bombeiros. Era só isso.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

É essa a estranheza que eu tenho e de certo muitos dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas também terão. Era só isso.

Presidente: O Sr. Presidente não quer tecer mais nenhuma consideração adicional?

Mais inscrições? Posso deduzir que não há mais inscrições?

Há uma interpelação à Mesa por parte do Sr. Deputado João Vasco Costa. Agradecia que a fizesse.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sr. Presidente, muito obrigado, pela sua disponibilidade para receber esta minha interpelação e tem um bocado a ver com...

Longe de mim querer pôr em questão a bondade e o mérito da condução dos trabalhos por parte do Sr. Presidente, que até hoje o tem feito de forma brilhante e também o fez enquanto presente no nosso Estatuto, mas já de manhã fiquei com essa ideia. Incomodou-o de alguma forma e agora de tarde aconteceu exatamente o mesmo. É exatamente por isso que eu interpelo a mesa neste sentido.

A audição, o motivo que aqui nos traz, é tentar apurar factos relacionados com a situação concreta. É marcada uma reunião para se indagar e se questionar pessoas, convidam-se pessoas para serem interrogadas.

E o que eu reparo, sem qualquer reparo, Sr. Presidente, é que ao invés de fazerem perguntas, se fazem considerandos, se fazem perguntas que são conclusivas, o que é manifestamente capcioso e isso subverte completamente aquilo que nos devia aqui ter trazido.

É por isso que eu queria saber se de futuro, quando houver uma nova comissão, se nós podemos contar que aqui, o que se vai passar, é que cada um traz as suas conclusões, a gente faz uma série de encenação de eventuais questões que não são questões, que são conclusões e *a priori*, que desvirtuam o trabalho que seria e vai ser certamente meritório, porque eu tenho a certeza que com a sua conclusão as coisas vão chegar certamente a bom porto, e portanto queria fazer essa pergunta à Mesa. Era isso que queria deixar à sua consideração.

(*) **Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu, pela minha parte, aquilo que gostava de dizer é o seguinte:



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Em primeiro lugar, que isto não é uma Comissão de Inquérito. Portanto, as características daquilo que viemos aqui fazer são diferentes daquelas que são estabelecidas numa Comissão de Inquérito onde há inquirições. Aliás, há bocado o Deputado José San-Bento falou em inquirição. A gente não está aqui a fazer nenhuma inquirição.

Deputado José San-Bento (PS): Formalmente não! Na prática é isso que estamos a fazer!

O Orador: Estamos a fazer uma audição e nas audições naturalmente há questões que são colocadas. Eu não chamaria uma inquirição, chamaria questões que são colocadas e tento dar a latitude suficiente a que naturalmente aquilo a que nós chamamos... Eu costumo dizer muitas vezes, e disse agora há poucos dias a alguém: o que a gente estamos aqui a fazer é política.

Nós conhecemo-nos. Nós sabemos todos, nós temos uma determinada posição de partida, esclarecemos, tornamos uma posição em nota. Até pode ser diferente daquela que foi a posição inicial.

Por isso, é possível serem feitas considerações que não são propriamente questões a serem colocadas.

Não sou eu que posso impedir alguém de pensar aquilo que pensa sobre determinada matéria. No final da Comissão, cada um tirará a sua conclusão. Pode-se decidir inclusivamente, quando acabar esta audição, que vamos ficar aqui durante mais uma hora a fazer o debate relativamente àquilo que ouvimos. É uma coisa que é possível, agora eu não impeço ninguém de tirar conclusões e de ir tirando conclusões acerca daquilo que está em causa e daquilo que pode ser alterado ao longo da audição com as questões que são colocadas.

Não vou fazer isso. A única coisa que eu faço e às vezes faço de forma demasiado...

Deputado Bruno Belo (PSD): Veemente!...

O Orador: ... veemente, para não dizer com alguma violência, é o quê?

Isso aí tem a ver (deixem-me dizer-vos) com os 14 anos que levo disto. Também só vão levar 16, também já agora. Tenho vindo a informar. Só vão levar 16. No final dos 16 eu vou-me embora.

Na próxima legislatura não estarei aqui de certeza, mas esses 14 anos em que aqui ando (o Sr. Deputado José San-Bento, é o mais velho aqui), em determinada altura, se não se



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

atalhar uma situação que está a ser criada com “os apartes são regimentais” (isso é o que a gente ouve sempre), às vezes os apartes também são desestabilizadores em determinadas alturas.

Se se deixa passar essas situações, depois vai crescendo, e a determinada altura aquilo que era para ser uma audição passa a ser uma confusão e isso aí eu tenho que o fazer. Por isso é que eu disse, em determinada altura, relativamente àquilo que o Sr. Deputado Carlos Ferreira estava a dizer, “eu faço assim”. Quando a Comissão entender que eu não o devo fazer, eu aceito perfeitamente e tiro as minhas conclusões.

Relativamente àquilo que disse, eu não posso impedir que as pessoas tenham ideias feitas sobre determinada matéria e que as exprimam.

Não está satisfeito com a minha resposta? Eu percebo o que é que quer dizer.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Eu agradeço imenso a sua resposta. Fico agradecido quanto ao conteúdo da resposta, mas a gente vai ter oportunidade de falar nisso, de uma forma informal.

Presidente: Vamos falar e vai ser já daqui a pouco.

Parece-me que não há efetivamente mais inscrições.

Não havendo mais inscrições (não vamos embora já, só para falarmos alguma coisa em relação a isto, se vamos fazer mais alguma coisa ou não), eu queria agradecer mais uma vez a presença do Sr. Secretário e do Sr. Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, das questões que vieram aqui responder, falando mais ou falando menos.

Teremos oportunidade, não dentro de muito tempo, de nos voltar a encontrar. Este é um dos mandatários da atuação da Comissão de Política Geral.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Muito obrigado! Obrigado aos Srs. Deputados.

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Angra do Heroísmo, 07 de Setembro de 2018

O Relator

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized letters that appear to be 'B', 'R', and 'C'.

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Soares Marinho'.

António Soares Marinho